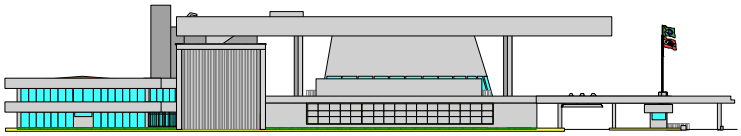
16ª Legislatura

ESTADO DE SANTA CATARINA

2ª Sessão Legislativa

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIII | FLORIANÓPOLIS, 08 DE ABRIL DE 2008 | NÚMERO 5.875

16ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia
PRESIDENTE
Clésio Salvaro
1º VICE-PRESIDENTE
Ana Paula Lima
2º VICE-PRESIDENTE
Rogério Mendonça
1º SECRETÁRIO
Valmir Comin
2º SECRETÁRIO
Dagomar Carneiro
3º SECRETÁRIO
Antônio Aguiar
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Silvio Drevek

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Pedro Uczai

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO
Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grando

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira – Vice Presidente
Jean Kuhlmann
Gelson Merísio
Pedro Uczai
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Herneus de Nadal
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO
Reno Caramori – Presidente
Décio Góes - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Serafim Venzon
Manoel Mota
Renato Hinnig
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Jailson Lima da Silva - Presidente
Odete de Jesus – Vice Presidente
Darci de Matos
Herneus de Nadal
Jandir Bellini
Jorginho Mello
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL
Moacir Sopelsa – Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Marcos Vieira
Gelson Merísio
Romildo Titon
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
Jean Kuhlmann - Presidente
Joares Ponticelli – Vice Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
José Natal Pereira
Renato Hinnig
Professor Grando
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Jorginho Mello - Presidente
Gelson Merísio – Vice Presidente
Décio Góes
José Natal Pereira
Jandir Bellini
Manoel Mota
Renato Hinnig
Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
Dirceu Dresch - Presidente
Sargento Amauri Soares – Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA
Silvio Dreveck – Presidente
Renato Hinnig – Vice Presidente
Ada de Luca
Elizeu Mattos
Marcos Vieira
Pedro Uczai
Professor Grando
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
Décio Góes – Presidente
Edson Piriquito– Vice Presidente
Edison Andrino
José Natal Pereira
Cesar Souza Júnior
Reno Caramori
Professor Grando
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Genésio Goulart – Presidente
Jailson Lima da Silva – Vice Presidente
Edson Piriquito
Gelson Merísio
Kennedy Nunes
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMILIA E À MULHER
Ada de Luca - Presidente
Pedro Uczai – Vice Presidente
Genésio Goulart
Kennedy Nunes
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Darci de Matos - Presidente
Pedro Uczai – Vice Presidente
Ada de Luca
Manoel Mota
Jorginho Mello
Professor Grando
Silvio Dreveck
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL
Nilson Gonçalves – Presidente
Narcizo Parisotto – Vice Presidente
Edison Andrino
Jandir Bellini
Elizeu Mattos
Moacir Sopelsa
Jailson Lima da Silva
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
Odete de Jesus – Presidente
Kennedy Nunes – Vice Presidente
Jailson Lima da Silva
Moacir Sopelsa
Joares Ponticelli
Nilson Gonçalves
Jean Kuhlmann
Romildo Titon
Manoel Mota

DIRETORIA LEGISLATIVA

Coordenadoria de Publicação: responsável pela digitação e/ou revisão dos Atos da Mesa Diretora e Publicações Diversas, diagramação, editoração, montagem e distribuição. Coordenador: Eder de Quadra Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia: responsável pela digitação e revisão das Atas das Sessões. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazzi

Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

EXPEDIENTE

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - **NÚMERO 1887**
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS

ÍNDICE

Atos da Mesa
Atos da Mesa 2

Publicações Diversas
Audiência Pública.....2
Ata da Procuradoria.....18
Aviso de Resultado.....18
Extrato.....18
Ofícios.....19
Projetos de Lei.....20
Projeto de Lei Complementar 23
Portarias 24
Redações Finais.....27

A T O S D A M E S A

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 058, de 08/04/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 342/08,

RESOLVE: *com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,*

ELEVAR ADICIONAL DE EXERCÍCIO do servidor **ALTEMIR BEZ**, matrícula nº 2083, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-51, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, concedido pelo Ato da Mesa nº 095, de 02 de maio de 2007, de 50% para o correspondente a 70% (setenta por cento) da diferença do valor do código de seu cargo efetivo e do código do cargo em comissão, PL/DAS-6, do Grupo de Atividades de Direção e Assessoramento Superior.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Rogério Mendonça - Secretário
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 059, de 08/04/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta dos processos relacionados,

RESOLVE: *com fundamento no art. 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,*

ATRIBUIR aos servidores abaixo relacionados, **ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**, no valor correspondente ao índice estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, conforme discriminado:

Nome Servidor	Matr	Processo nº	Nível	Vigência
Vania M. C. de Oliveira Cervi	1546	2227/07	Especialização	09/11/07
Johni Lucas da Silva	2096	0219/08	Especialização	28/02/08
Almerinda Lemos Thomé	4968	0315/08	Especialização	11/03/08
Sabrina Roberta Schmitz	4341	0317/08	Especialização	11/03/08

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Rogério Mendonça - Secretário
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 060, de 08/04/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0230/08,

RESOLVE: *com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003,*

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de contribuição, ao servidor **Nivaldo Garcia**, matrícula n.º 1595, no cargo de Agente Legislativo, código PL/AGL-25, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, com proventos integrais na forma da lei.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Rogério Mendonça - Secretário
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

*** X X X ***

P U B L I C A Ç Õ E S D I V E R S A S

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER, PARA DISCUTIR SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES CATARINENSES, REALIZADA NO DIA 6 DE MARÇO DE 2008, ÀS 14H, NO AUDITÓRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Boa-tarde a todas. Sejam bem-vindas. Agradeço a presença de todas vocês, do fundo do coração; dos secretários ou de seus representantes; dos deputados e das deputadas e de seus representantes. A mesa agradece mais uma vez.

Declaro aberta esta audiência pública que irá tratar de políticas públicas para as mulheres de Santa Catarina, atendendo o requerimento da deputada Ana Paula Lima.

Convido para compor a mesa a excelentíssima deputada estadual Ana Paula Lima, proponente desta audiência pública; a eminente deputada estadual Odete de Jesus; o excelentíssimo deputado estadual Pedro Uczai; com muita honra, o desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho, presidente do Tribunal de Justiça deste Estado; a vereadora Ângela Albino, representante do Poder municipal de Florianópolis; a senhora Dalva Maria De Luca Dias, secretária de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação; a senhora Maria Darci Mota, diretora da Cohab de Santa Catarina; a doutora Vera Teixeira, coordenadora Estadual da Mulher; a senhora Schirlei Azevedo Ribeiro, coordenadora do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Urbanas de Santa Catarina; e a senhora Noemi Margarida Krefta, representando o Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina. (*Palmas.*)

(*A senhora Noemi Margarida Krefta manifesta-se perguntando fora do microfone, sendo respondida pela platéia: "Fortalecer a luta?" "Em defesa da vida!" "Quando?" "Todos os dias!"*)

Eu gostaria, também, de deixar registrada a presença das seguintes pessoas, para todas as companheiras ficarem sabendo: Miriam Darós, representando a excelentíssima senadora Ideli Salvatti, de Santa Catarina; Dolores Tómio, representando o Fórum Lei Maria da Penha/Região de Blumenau; Valéria Cabral Carvalho, coordenadora do Fórum Estadual Lei Maria da Penha; vereadora Vivian Matias, de Taió; Mário Antônio da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Estadual (Sintespe); Danilo de Assis Clímaco, integrante da Campanha Brasileira do Laço Branco - Homens pelo Fim da Violência Contra a Mulher - parabéns!; Silvana Brás, representando a Prefeitura de Indaial; Anna Júlia Rodrigues, secretária da Mulher Trabalhadora da CUT-SC; Nadir Azevedo de Abreu Marques, secretária da Associação das Mulheres Negras Antonieta de Barros (Amab;) Helena Casagrande, coordenadora estadual da Pastoral da Juventude; vereadora Iara Mariza Bonin, presidente da Câmara Municipal de Taió; Sara Camargo, coordenadora do CDL de Florianópolis; Simone Colatto, presidente estadual da União Brasileira de Mulheres; Neuza Freire Dias, presidente da Casa da Mulher Catarina; Débora da Silva, representando a vereadora Dalva Rhenius, de Itajaí; Estela Mara, Coordenadora da União de Negros e Negras pela Igualdade; Jucimara Tomas, representando o deputado estadual Padre Pedro Baldissera. (*Palmas.*)

Desejo que a senhora Estela Mara, Coordenadora da União de Negros e Negras pela Igualdade, tome assento à mesa. Estela, por favor. (*Palmas.*)

Como presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher e tendo ao meu lado a proponente desta audiência pública, inicio com a minha fala.

Excelentíssimos secretários, deputada Ana Paula Lima e deputada Odete de Jesus, eu creio que cumprimentando as duas deputadas eu esteja saudando e abraçando todos os componentes da mesa (para eu não repetir tudo novamente) e a todas vocês. Também agradeço a presença da TV AL, da Rádio Alesc e de toda a imprensa que está dando esta cobertura e que nos faz sentir - quando a imprensa comparece - cada vez mais valorizadas.

Fico muito feliz em poder me dirigir a um público tão seletivo, tão selecionado e que a maioria absoluta dos presentes também seja formada por mulheres. Estamos aqui reunidas exatamente porque somos mulheres e pretendemos debater sobre políticas públicas para as mulheres.

Se nós queremos debater esse tema é porque todas nós temos certeza que a política, no sentido literal da palavra, é o campo próprio para as grandes transformações. E a isso eu agrego que não só nas reivindicações, Ana Paula. Nós Parlamentares, que já temos os nossos mandatos, devemos incentivar cada vez mais todas as mulheres de todos os partidos a participarem das nominatas dos seus partidos em todas as eleições, sejam elas no âmbito municipal, estadual ou federal. (*Palmas.*) Porque só assim, com o poder do nosso voto na Câmara Federal, na Assembléia Legislativa e na Câmara Municipal nós mulheres, conseguindo pelo menos a equiparação, meio a meio, homem e mulher, poderemos literalmente reivindicar com força e com poder.

Portanto, todas vocês que estão aqui levem esta semente aos seus municípios, às suas localidades, e cultivem isto, para que daqui saiam várias mulheres candidatas a algum cargo eletivo. Eu digo sempre: as grandes transformações passam pelas mulheres conquistarem seus mandatos, terem a sua independência e, acima de tudo, pela união da mulher com a mulher.

Com este tema, que é a participação efetiva da mulher na política, eu considero que a mulher politizada é a mulher valorizada. Isto até foi tema da minha campanha: "Mulher politizada é mulher valorizada." Mas agora eu já mudei um pouco: mulher empoderada, politizada é valorizada.

É bem verdade que nós temos no Senado Federal a nossa senadora Ideli Salvatti e temos deputada federal, mas nós queremos mais; temos três deputadas na Assembléia Legislativa, mas nós queremos mais, para termos mais força. Se não muitos dos nossos movimentos caem no cansaço, caem no desânimo. E só assim teremos mais força!

Aqui na Assembléia Legislativa, por exemplo (façam a conta comigo), somos quarenta deputados - apenas três mulheres. E tanto a deputada Ana Paula quanto a deputada Odete de Jesus (me desculpe, deputado Pedro) sabem o que temos de fazer, ou seja, temos que matar um leão por dia para, para ser puxado o tapete. (*Palmas.*)

É bem verdade que em 2004 elegemos algumas prefeitas, mas nós queremos mais. Porque eu tenho certeza que a mulher, que administra a casa, que administra o campo, que administra cinco ou seis filhos, que administra a venda do marido, que administra os filhos na escola, essa tem muito mais capacidade para administrar a Prefeitura, pois é arrumar o lar, o município que ela habita! (*Palmas.*)

Como a nossa participação está bem escrita ali (*aponta para um cartaz*), 30% para as minorias, por que nos envergonharmos de que nós somos minoria? Vamos encarar essa realidade! Não adianta fugirmos da real. Não adianta sonharmos com aquilo que não se consegue. Não adianta caminharmos em terreno arenoso. Nós vamos encarar que somos minoria! E vamos, vocês com a força que têm - a mulher agricultora, a campesina, tem muito mais força que a mulher da cidade... Isso eu tenho e certeza e consciência. Certo?

Então vamos encarar que somos minoria e vamos preencher esses 30% nas próximas nominatas que vamos ter para a Câmara Municipal como candidatas a vereadoras. E ao mesmo tempo nos queixamos do nível em que a política é debatida, que as nossas reivindicações não chegam aos canais competentes porque faltam mais mulheres berrando e gritando na Câmara [Municipal], na Assembléia e na Câmara Federal. Mais mulher empoderada, mais secretárias.

Nós temos que exigir, companheiras! Nós temos que reivindicar com coerência, com seriedade. Sabendo que aquilo é um ato de responsabilidade, não um ato de vaidade. É um ato de responsabilidade! É para com a gente? Não, ninguém mais aqui tem dezessete aninhos. É para com os nossos filhos e para com os nossos netos.

Aqui eu falo como mãe e como avó de três netos; não falo só como deputada. Aqui eu falo como uma pessoa que teve história de vida, não caí de para-queda. Sempre participei ao lado do meu marido, sempre estive ali, junto. Nunca disputando espaço com ele, por quê? Não precisava! Os nossos ideais eram os mesmos; comungávamos das mesmas idéias.

O nosso passo para conquistar, para galgar uma cadeira seja na Câmara, seja na Assembléia, é lenta e gradual, é árdua, penosa, mas a gente consegue. O meu partido, depois de 40 anos, elegeu a primeira deputada estadual, que é essa que vos fala.

Então, volto a bater na tecla do que vejo como questão fundamental: que as mulheres ocupem os seus espaços. Aqui nessa seleta platéia nós temos lideranças dos mais diversos segmentos da sociedade, haja vista a mesa aqui formada; vocês estão vendo as representantes. Então, nós temos mulheres muito, muito capacitadas, o que lhes falta é oportunidade até nos seus próprios partidos! (*Palmas.*)

Então, para mim, é fundamental a participação da mulher na vida política. É fundamental! Não nos iludamos, a realidade é esta: nós precisamos que, quem não é filiado, se filie no partido que optar, seja ele o partido que for. Eu não estou aqui falando como partidária, estou falando como deputada e como mulher que sempre defendeu a causa das mulheres desde a época da ditadura, na qual passei por cinco prisões. Eu tenho história! Não estou aqui para brincar. No meu PMDB, no PT da Ana Paula, no PRB da Odete e em outras agremiações! O fato é que as mulheres precisam ocupar o seu espaço, pois são determinadas, organizadas, decididas e há muito tempo nós procuramos novos desafios. Vamos encará-los, companheiras. Nós temos que alcançar a igualdade de representação entre homens e mulheres, para daí sim nós conquistarmos o mais que a gente quer: para ter mais força, para ter mais luta. Acima de tudo, é o que eu digo, temos que unir as forças. Unir, não descriminar mulheres.

Aqui em Santa Catarina, temos exemplos fortes, como Anita Garibaldi. Tu vês, faz toda a vida, mas ainda falamos em Anita Garibaldi e vamos continuar falando, pois foi uma mulher que mostrou coragem, mostrou garra, não teve medo e enfrentou. A nossa primeira deputada, a negra Antonieta de Barros. Olha o que essa mulher não passou naquela época para conseguir ser deputada, Virgem Maria! Temos que olhar para trás e valorizar essas mulheres!

No Brasil, nós temos várias governadoras, no Rio Grande do Sul, no Pará, temos a presidente do Supremo Tribunal Federal, a Ellen Gracie, e muitas outras expressões. Claro que temos!

No plano internacional, temos uma mulher disputando a presidência da maior potência do mundo; há a primeira-ministra da Alemanha. Aqui perto, temos na Argentina e no Chile.

Então, estamos caminhando! Estamos caminhando, mas o passo é lento. E como nós vamos acelerar esse passo? Como? Será que é elegendo de cima para baixo? Eu não acredito! É de baixo para cima. É com a massa, é com as mulheres fazendo essa reivindicação.

Nesta semana da mulher nós devemos pensar no nosso papel na sociedade. É semana para chá, cafezada, desfile de modas? Eu não encaro assim e nunca encarei! Em todos os anos da minha vida, no dia 8 de março, sempre usei preto por nunca ter me conformado com aquele massacre acontecido na fábrica em Nova Iorque, que todo mundo aqui já está careca de saber, não é?

Então, também precisamos sair daqui com a mensagem de levar para os nossos municípios que as mulheres precisam lutar pelos seus direitos, e não é só berrando na rua e, às vezes, arrumando encrenca dentro de casa. É conquistando primeiro o espaço dentro de casa, com o marido, com o acompanhante, com os pais, com os irmãos para ela poder ter livre poder de ação. A primeira conquista é essa, depois as outras. Jamais perder o equilíbrio e o espírito de guerreira, que é muito natural da mulher catarinense. Esse espírito de guerreira da mulher já vem desde a tenra idade, desde jovem, desde pequena.

É só vocês fazerem o raciocínio: nós ajudamos a mãe a tirar a mesa, a lavar a louça, depois vamos para a escola; depois, vamos para a escola, ajudamos a tirar a mesa, a lavar a louça, arrumamos namorado e estudamos; arranjamos namorado, estudamos, tiramos a mesa e casamos; casamos, vem filhos, vem marido, vem trabalho. Olha como nós somos poderosas!

Então, já me alongando demais, eu sei, para finalizar quero informar que estamos iniciando, neste sábado, lá em Tubarão (as nobres colegas já sabem), a primeira etapa regional - vamos fazer doze jornadas catarinenses, nas macrorregiões - para abordar literalmente temas que talvez sejam abordados aqui por toda esta seleta mesa que nos dirigirá a palavra. Será no Salão Nobre da Unisul, a partir das 14h, dia 8, em Tubarão. Estão todas convidadas, e se for alguém daqui, ficarei muito feliz.

Vamos fazer essa jornada em doze municípios, porque ela será regional. Por quê? Porque vamos fazer o raio-X da realidade, pois ali compreenderão dezoito micromunicípios. Nós vamos fazer o raio-X dessa realidade dali, da região, feita em Tubarão. A realidade do sul é diferente da realidade da mulher do oeste, cada um com a sua cultura e os seus hábitos. E isto tem que ser interpretado e aceito: cada um de nós tem a sua cultura. Feito esse diagnóstico, pronto esse raio-X, depois vamos fazer um grande encontro no fim do ano, aqui, em Florianópolis, na capital, e também gostaria de contar com a presença de vocês.

Saindo esse documento, eu tenho certeza que as deputadas Odete de Jesus e Ana Paula e esta parlamentar sairão, eu espero, numa campanha aguerrida em prol das necessidades das mulheres de cada região para atender as suas reivindicações. E eu conto com a participação de vocês em todos os encontros que forem realizados e que vocês souberem.

Para encerrar, eu quero ressaltar que a mulher informada e politizada é mulher respeitada. Só com as mulheres informadas e politizadas construiremos uma sociedade mais justa, mais humana e mais igualitária.

Um beijo no coração de vocês, muito obrigada por esta oportunidade e parabéns a todas que aqui compareceram. Valeu a pena mesmo!. (*Palmas.*)

Antes de passar a palavra à deputada Ana Paula Lima, proponente desta audiência, vou conceder ao presidente do Tribunal de Justiça, o desembargador Francisco José de Oliveira Filho, que está pedindo a palavra. Será uma honra e um prazer escutá-lo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA (desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho) - Senhoras deputadas, senhor deputado, lideranças que aqui se encontram, eu quero pedir licença para que a minha saudação seja dirigida a todos na pessoa da professora Zuleika Lenzi (*palmas*), que há pouco ingressava neste recinto.

Também quero dizer-lhes que por trás desta divisória (*aponta para os fundos da mesa de autoridades*) estão os assentos de julgamentos do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e que este local é parte daquele auditório.

E entre os nomes aqui referidos eu me permito lembrar o nome da primeira juíza de Direito do Brasil, que quebrou em nosso País uma odiosa discriminação que impedia as mulheres de ingressar na Magistratura! Eu estou me referindo a este exemplo extraordinário de mulher, de decisão e cultura jurídica que foi e é a desembargadora Thereza Grisólia Tang.

Deputada Ana Paula Lima, eu não poderia deixar de atender o seu pedido para que aqui se realizasse esta audiência pública que faz parte do processo legislativo e das atividades dos nossos parlamentares. E não poderia por quê? Porque o Judiciário de Santa Catarina está entre os primeiros do Brasil que cumpriu, executa e executará o cumprimento da Lei Maria da Penha. (*Palmas.*)

Ao saudar todos que aqui se encontram, tenho certeza, eu que conheço o Estado de Santa Catarina de ponta a ponta, e percebo que aqui existem representantes de todos os municípios. Estejam certos que, se estariam bem alojados na Assembléia Legislativa para discutir os problemas, aqui não lhes faltará o mesmo apreço, a mesma acolhida e o mesmo carinho. Eu tenho certeza que este evento não esquecerá que está numa repartição judiciária, mas que ela, por certo, saberá atender os objetivos a que se propõe esta audiência pública.

Sejam bem-vindos à Casa da Justiça e tenham certeza que através da Ouvidoria Judicial, ouvidoria que no Estado de Santa Catarina pretende aproximar a Justiça ainda mais da sociedade, e no caso particular, aqui, especificamente das mulheres, tem as suas portas abertas. E faço questão de referir-me ao nome do desembargador José Mazzoni Ferreira, que está apto a atendê-las, se necessário.

Tenham certeza, senhoras deputadas, senhor deputado, senhora vereadora Ângela Albino, que esse é o desejo da sociedade catarinense, ao qual também se curva o Poder Judiciário do nosso Estado.

Peço licença para cumprir outro compromisso. Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Com a liberdade que eu tenho pelos anos de lutas juntas, sei que a Zuleika vai me perdoar, mas eu não a tinha visto. Então, registro a presença da senhora Zuleika Lenzi, presidente da Icespe, e do desembargador Silveira Lenzi.

Agora, companheiras, eu concedo a palavra a deputada Ana Paula Lima, proponente desta audiência. (*Palmas.*)

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL ANA PAULA LIMA (SC) - Boa-tarde a todos e a todas. Primeiramente quero agradecer ao presidente do Tribunal de Justiça, doutor Francisco de Oliveira Filho, por ter cedido este espaço para que nós, mulheres, pudéssemos, na tarde de hoje, realizar esta audiência pública solicitada pelo Movimento de Mulheres Urbanas e também pelo Movimento de Mulheres Camponesas.

Quero também saudar os meus companheiros e as minhas companheiras de Parlamento, o deputado Pedro Uczaí e as deputadas Ada De Luca, que é presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, e Odete de Jesus; bem como saudar a vereadora Ângela Albino, da cidade de Florianópolis, e a vereadora da cidade Taió, que preside a Câmara de Vereadores daquela cidade.

Mas também quero lamentar... Hoje, quando cheguei aqui, fiquei assustada, não sei se quando vocês chegaram estava cheio de policiais na entrada, e não sei se era para nos receber ou para nos repreender. Acredito que estivessem ali para nos receber, porque também estamos na luta dos policiais (*palmas*) civis, militares e do Corpo de Bombeiros para que seja cumprida a Lei 254, que é uma luta nossa, da Assembléia Legislativa. Quero crer que estivessem ali para receber essa categoria maravilhosa. Mas também pensei que o nosso secretário da Segurança Pública, deputada Ada, estivesse aqui presente para ouvir essas mulheres que vieram de tão longe, dos vários cantinhos do Estado de Santa Catarina, que passaram vários dias em vigília no INSS, pela defesa do Cepon e do Hemosc e fazendo a carta-compromisso para ser entregue ao governador do Estado.

Eu também gostaria que estivesse aqui presente o secretário da Agricultura, o ex-deputado Antônio Ceron, mas mandou representantes, e tenho certeza que essas grandiosas mulheres que vieram representar esses secretários vão levar, sim, as nossas reivindicações, as reivindicações de vocês para que o governo do Estado possa implementar de uma vez por todas esta luta que não é só minha, da deputada Ada, da deputada Odete ou da vereadora Ângela, mas uma luta de cada uma e de cada um de vocês.

Temos também que relembrar que aqui, na Casa da Justiça, tem que se fazer justiça. O dia 8 de março, vereadora Ângela e secretária Dalva, sempre foi comemorado... Eu, no ano passado, fiz um discurso na Assembléia Legislativa e disse que não queria nem beijo nem flores, claro, aceitamos as flores e os beijos, mas o dia 8 de março, para mim, representa muito mais do que isso, representa um dia de luta, um dia de reflexão, de reivindicação, e isso a gente não pode esquecer, pois as nossas lutas continuam vivas e ativas. Claro, muitas delas já conquistamos, inúmeras delas, a começar por aquela que iniciou lá na Inglaterra, onde aquelas trabalhadoras foram mortas, como frisou a deputada Ada, por reivindicarem a diminuição da jornada de trabalho, melhores salários. Elas foram carbonizadas porque lutavam naquela época. Mas quem disse que na data de hoje não morre mulher? Às vezes até no anonimato, como aquela que apanha, apanha do marido e num determinado momento ele a mata. Muitas mulheres ainda morrem e por isso é importante o dia de hoje.

Já que foi sancionada a Lei Maria da Penha pelo presidente Lula, nós, hoje, aqui, temos que tirar alguns pontos de reflexão, de atuação e de reivindicação, para que sejam implementadas em todos os municípios do Estado de Santa Catarina as delegacias de proteção à mulher. (*Palmas.*)

Nós também temos que tirar aqui... Apesar de a gente votar e ser votada, e essa também foi uma luta das mulheres de muito pouco tempo, setenta e poucos anos, nós também temos que dar condições, deputada Ada, de não só colocar o nosso nome lá para preencher a cota, como muitos partidos fazem: ah, são necessários 30%, vamos colocar o nome da Ana Paula lá - graças a Deus que botaram o meu nome, porque aí eu venci e pude representar vocês, homens e mulheres catarinenses, na Assembléia Legislativa (*palmas*). Mas temos que dar, deputada Odete, formação para as nossas mulheres, porque a mulher sai, sim... Vocês saíram das suas casas, largaram casa, filho, marido e trabalho para estarem aqui representando e lutando. Vocês saem, sim, para discutir temas polêmicos, como a questão da violência doméstica, como a questão da droga, como a questão do emprego e renda, da luta pelo salário igual para homens e mulheres, saem na defesa dos seus companheiros e dos seus filhos. Nós temos coragem para isso! Nós temos coragem de acampar na praça, de reivindicar melhores salários dos nossos maridos ou não temos? Nós temos coragem de trabalhar no campo!

Por isso que a minha missão na Assembléia Legislativa, além de estar representando o povo catarinense, é encorajar mais homens e, principalmente, mais mulheres a participarem deste espaço tão democrático e imprescindível que é o espaço de decisão de poder. E é na política que acontecem as coisas; é na Assembléia Legislativa, é na Câmara de Vereadores, é no Congresso Nacional e é também nos Executivos.

A participação das mulheres é imprescindível. Não só para fazer campanhas políticas, não só no dia da eleição para entregar o santinho; não só no dia da eleição para dar o microfone para o candidato falar; não só no dia da eleição para levar, de repente, um copo de água para o orador! Mas (*ininteligível*) também a participação. Eu posso, a deputada Ada pode, a deputada Odete, pode, o deputado Pedro pode, cada um de vocês aqui, homens e mulheres, também pode! Nós precisamos de vocês, de homens e mulheres que tenham a sensibilidade, porque não basta ser só mulher, não! Tem que ter a sensibilidade de fazer as transformações que nós queremos (*palmas*), deputado Pedro, as transformações que nós queremos para a mudança da nossa sociedade, para melhorar a qualidade de vida da nossa sociedade.

A assessoria do meu gabinete preparou esse material que está sendo passado para vocês, mas uma vitória que nós, parlamentares, tivemos no ano passado, com o apoio de cada um e de cada uma de vocês aqui presente, foi colocar, não é mesmo, deputada Ada, no Orçamento de 2008, o orçamento mulher, secretária Dalva, para a construção e a manutenção das casas-abrigo para mulheres vítimas de violência. Isso foi um avanço! (*Palmas*.) Nunca na história do Parlamento catarinense se discutia esse tema. Pela primeira vez nós conseguimos colocar no orçamento a mulher! E eu espero que para este ano nós consigamos, deputada Ada, deputada Odete e deputado Pedro, também colocar outras emendas para outras problemáticas que as mulheres vêm enfrentando, como a questão da educação infantil, no caso a creche, a questão das nossas agricultoras com o problema da estiagem e das cisternas e de tantos outros problemas que vocês têm na carta de reivindicações que o governador do Estado tem que receber.

É dessa forma, amigas, que eu quero que sejam implantados o Programa Mulher Catarina para a formação profissional das mulheres, as casas-abrigo para as mulheres vítimas de violência, a política de geração de emprego e renda para as mulheres camponesas e o curso de formação profissional para os agentes públicos que trabalham com as questões ligadas às mulheres. Nós, mulheres, se soubermos o potencial que temos, dominamos o mundo, porque nós somos as geradoras da vida! E por isso temos que estar fortes, unidas, vivas e vibrantes para reivindicar nada mais do que um direito que já foi nosso e que tem que voltar a ser nosso, que é o dom da vida, da qualidade de vida. A nossa luta não é individual, é uma luta coletiva para o bem da nossa humanidade.

O meu muito-obrigada a todos e espero que esta audiência sirva para que as nossas reivindicações sejam atendidas. (*Palmas*.)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Quero registrar a presença da senhora Oléia dos Prazeres Nogaroli, vereadora de Barra Velha e vice-presidente da Associação das Mulheres agricultoras; da senhora Rita de Cássia Rodrigues, vice-presidente da Associação de Mulheres Agricultoras e Ambientalistas da Ilha; e da senhora Maria Carolina Milani Caldas, neste ato representando o secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Ronaldo Benedet. (*Palmas*.)

Passamos a palavra, com muito prazer, à deputada Odete de Jesus. (*Palmas*.)

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL ODETE DE JESUS (SC) - Eu quero cumprimentar todas vocês de uma maneira muito especial. Eu sei que o dia-a-dia da mulher é de muito trabalho, muita luta, tudo é feito com muita dificuldade, e aquele cartaz ali (*aponta para o cartaz afixado*) me sensibiliza muito: "Casa, comida, trabalho e dignidade." A mulher não nasceu somente para estar na cozinha, a mulher não nasceu somente para produzir a comida, para ser escrava, a mulher nasceu para fazer a diferença, ela veio para formar a família, trazer o bem-estar para a família, trazer para o seio familiar o companheirismo. E essa mulher - eu estou me referindo a todas que estão aqui -, os homens que me perdoem, mas hoje eu tenho que falar da mulher, da mulher que é rainha do lar, da mulher que agüenta as pontas todos os dias, que levanta cedo, coloca à mesa, como a deputada Ada De Luca salientou, preocupada com o que pode faltar à família, daquela mulher que faz o papel duplo, o de mãe e o de pai, daquela mulher que carrega o lar nas costas.

Hoje eu tenho que falar da mulher pública, que com toda a sua experiência pode elaborar leis, pode entrar em órgãos públicos, fiscalizar. É essa mulher que nós estamos chamando, porque nós somos em poucas. Na Câmara de Vereadores, aqui da Capital, nós temos somente uma vereadora, que é um exemplo de mulher ali dentro, que está fazendo a diferença e tem feito um trabalho magnífico; aqui na Assembléia somos somente em três, eu, a deputada Ada De Luca e a deputada Ana Paula, mas graças a Deus que somos unidas, aqui não temos sigla; no momento dos debates, no momento das decisões, nós nos unimos. Nós acolhemos a brilhante idéia da deputada Ana Paula Lima para que nos uníssemos e elaborássemos as emendas para o Orçamento, e esquecemos a nossa sigla partidária, porque no momento em que estamos para defender vocês, para defender a população brasileira, para defender a família, esquecemos as nossas siglas, as nossas diferenças. Graças a Deus que nós temos compromisso com vocês, com o povo, com a família.

Eu quero dizer que hoje é um dia não de comemoração, mas de reflexões, é um dia para nós analisarmos, para nós refletirmos e para nós avançarmos.

Hoje, muitas mulheres estão morrendo no Brasil. De quinze em quinze minutos tem uma mulher sendo assassinada, tem uma mulher sendo sufocada, tem uma mulher sendo até queimada viva. Então nós não podemos nos calar. E graças a Deus que hoje nós temos o apoio do presidente do Tribunal de Contas (*sic*), que salientou que temos as portas abertas.

Ainda bem que Deus colocou um cajado em minhas mãos, que é a presidência da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Assembléia Legislativa, através da qual podemos acatar, analisar, decidir e colocar para apreciação dos outros oito deputados várias propostas - são em nove os parlamentares que compõem a Comissão. Que bom que os quarenta deputados desta Casa têm muita responsabilidade, e eu me sinto orgulhosa por estar integrando esse colegiado de parlamentares de diversas regiões do Estado. Já falei das outras colegas e quero salientar o trabalho do deputado Pedro Uczai, um deputado experiente, já foi prefeito, uma pessoa que sempre está nas ruas brigando pelos direitos da família. Que bom que nós temos pessoas comprometidas!

Mas eu quero dizer para todas que sei da luta de vocês. E contem conosco, nós estamos ali recebendo denúncias, apurando os fatos e também elaborando leis para atender aos anseios da população.

Quero dizer para a secretária de Assistência Social, Trabalho e Habitação Dalva Dias, essa guerreira, que queremos ajudá-la nessa tão brilhante Secretaria, que pode trazer muito bem-estar para as famílias carentes. Vamos brigar de maneira educada, mas vamos cobrar do governo do Estado mais recursos para essa secretaria, para que a nossa secretária Dalva Dias possa assistir às pessoas que precisam, às menos favorecidas, que estão sem emprego, que estão necessitadas. E nós, ajudando a família, já estaremos ajudando as crianças e assim por diante.

Também temos aqui a diretora-presidente da Cohab, senhora Maria Darci, com quem também quero conversar muito, com quem preciso ter um diálogo muito longo, porque recentemente foi aprovada uma lei no sentido de que toda a madeira apreendida na região possa ser utilizada na própria região para, em parceria com a Cohab, sejam construídas casas para as pessoas de baixa renda, porque o sonho de toda pessoa, de toda família, é ter sua própria casinha. Então eu vou conversar muito com a presidente Maria Darci para que nós possamos estreitar esse diálogo e concretizar essa brilhante iniciativa, para a qual tive o apoio dos quarenta parlamentares. E já aproveito para agradecer ao governador Luiz Henrique por ter sancionado essa lei de iniciativa social (*palmas*), que vai poder contribuir para a construção de casas-abrigo, asilos, orfanatos, creches, hospitais e restauração de escolas.

Eu agradeço por essa oportunidade e desejo que Deus abençoe a todas. Vamos à luta! Deus conta com vocês, porque Jesus, quando ressuscitou, em primeiro lugar apareceu para uma mulher e disse: "Por que procuras entre os mortos aquele que vive?" Jesus mandou uma mensagem para nós dizendo que conta conosco e vai nos dar muita força, coragem, vigor, disposição e vitória! (*Palmas*.)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Eu sei que vocês estão com pressa, porque daqui a pouco todo mundo tem que pegar ônibus, mas, infelizmente, eu obedeço ao protocolo, companheiras.

Eu gostaria de registrar a presença e chamar para a mesa o doutor Wilson Fontana, juiz de Direito, que sempre nos prestigia. (*Palmas*.)

(*Manifesta-se fora do microfone dizendo que vai ficar onde está*.)

Vai ficar aí? Está bom aí no meio das mulheres, não é? (*Palmas*.)

Eu gostaria de passar a palavra à secretária de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação, senhora Dalva Maria De Luca Dias.

A SRA. SECRETÁRIA DE ESTADO DALVA MARIA DE LUCA DIAS (SC) - Inicialmente gostaria de fazer uma saudação muito especial a todas essas mulheres corajosas que vieram de tão longe por uma causa bastante justa. Um abraço especial a todas vocês. Também quero cumprimentar a deputada Ada De Luca, presidente dessa Comissão, e em seu nome cumprimentar todas as demais deputadas e mulheres presentes à mesa, bem como estender essa saudação ao único homem presente à mesa, o deputado Pedro Uczai.

Quero agradecer pela oportunidade que nos é dada de fazer uma prestação de contas do que tem sido realizado na Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação do Estado de Santa Catarina, da qual eu estou à frente há apenas doze meses.

Muito se falou aqui do empoderamento das mulheres nas instâncias partidárias. E o empoderamento da mulher, na minha leitura, tem que avançar muito mais, para além da participação na vida política, porque a mulher agricultora, trabalhadora, maricultora, pescadora, tecelã, toda essa teia de mulheres que trabalha com a economia solidária é o que faz sustentar a economia de um Estado. Se ela não tiver inclusão produtiva e social que lhe permita trabalho, emprego e renda... o caminho está muito longe ainda.

Então, nas políticas para a inclusão produtiva e social das mulheres se inscrevem as reivindicações de vocês, porque acredito que todas sejam mulheres insubmissas como eu. Insubmissas e inconformadas, porque é através da luta permanente e da pressão política que conseguiremos fazer com que a governança, as Câmaras Municipais, a Assembléia Legislativa, façam projetos de proteção e prevenção de políticas para as mulheres, porque senão nós acabamos ficando no discurso. E essas políticas requerem investimento.

Nós assumimos a Secretaria com um orçamento muito pequeno e mesmo assim foi contingenciado, foi cortado. Eu estava conversando aqui com algumas mulheres lá do oeste, de Dionísio Cerqueira, e elas estão ali com uma cesta de milho, de feijão, que têm um cheiro gostoso - eu não sou da cidade, também sou do interior, não tenho a luta, a vivência que vocês têm na agricultura e no campo, mas me criei entre o milharal, entre o que nós chamávamos na época dos colonos de casinhas com cheiro de flor, entre a criação de abelha e a fabricação de mel. E já muito antes dessa época a história da mulher era de opressão, de discriminação.

Como romper com esse quadro? Como gestora pública, compromissada com a causa das mulheres, sim, especialmente com a causa dos pequenos que trabalham, dos que têm baixa renda, que precisam de aval para os seus pequenos negócios, que precisam colocar o produto da roça, através da agricultura familiar, porque é a renda da sua família... Precisamos de políticas propositivas que venham trabalhar a fortificação e o empoderamento da mulher no sistema produtivo, pois sem isso o resto é conversa!

(*Procede-se à projeção de imagens*.)

Desse modo, o que fizemos nessa direção? A primeira atitude foi criar o Programa de Aceleração do Emprego, porque quando eu penso em um programa desse tipo, eu penso que ele vai compensar os mais diferentes segmentos da economia catarinense. Então, nós trabalhamos incessantemente, todos os dias do ano, seja Páscoa, feriado, dia santo, de manhã, à tarde, à noite, sábados e domingos, e fizemos 41 projetos. Hoje, já estamos na casa dos quase 60 projetos encaminhados ao Ministério do Trabalho e Emprego, fizemos várias parcerias com organizações da sociedade civil (naquele momento, na verdade, com quem estava mais organizada), e desses projetos seis contemplam políticas específicas para mulheres abrangendo a Grande Florianópolis, Joinville, Criciúma e Araranguá.

Mas não paramos por aí. Os projetos que tivemos na Secretaria e que estão no MDS para apreciação, incluem projetos para mulheres, para Grupos Cooperativos de Mulheres em Arranjos Produtivos de Moda, Vestuário e Confecção; Integração e Melhoria da Produtividade das Cooperativas (Cooperanti e Conserere, de Joinville); curso de Qualificação de Mulheres Artesãs do Vale do Araranguá, de Criciúma e Florianópolis; Incubadora de Cooperativas de Produtos Recicláveis, em Palhoça, numa parceria com o Centro Cultural Escrava Anastácia, perfazendo esses projetos um valor total de R$ 3.321.871,00.

Esses projetos ainda não estão aprovados, pois estão sob a apreciação do Ministério, mas, paralelamente a isso, desenvolvemos outros trabalhos, para os quais já temos os recursos assegurados, com a contrapartida do Estado. Quando dizem que o governador Luiz Henrique da Silveira não faz política pública, isso não é verdade. Eu vou mostrar para vocês (*vaias*). Não é verdade! Na área da assistência social, não é verdade! (*Manifestação da plenária fora do microfone. Inaudível.*) Vamos mostrar, porque mulher é assim mesmo, não basta falar, tem que falar, provar, parecer e comprovar. Mas nós vamos fazer e, então, na seqüência, vocês terão a resposta.

(*Manifestações fora do microfone. Inaudível.*)

Mas de modo civilizado, eu peço que a pessoa se identifique. (*Palmas*.)

Depois, na hora do aparte, que eu não sei se vai ser durante a minha fala, eu gostaria que a pessoa se identificasse, levantasse qual é o problema para se fazer um debate civilizado e para que possamos responder todas as questões. (*Palmas*.)

Vamos dar continuidade. Um outro projeto que já está em andamento é o da Reconcepção do Sistema Nacional de Emprego (Sine), que nós temos em Santa Catarina. Vocês, quando procuraram emprego, certamente o fizeram através de um dos postos do Sine, que totalizam 105 postos de atendimento no Estado.

(*Oradora não identificada manifesta-se fora do microfone dizendo que tem que pagar para fazer a inscrição.*)

Não, senhora! Negativo. Então é corrupção, vamos ver isso!

(*Oradora não identificada manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

Aqui, quem pagou? Quando? Em que época?

(*Oradora não identificada manifesta-se fora do microfone. Inaudível. Palmas.*)

Quando foi isso?

(*Oradora não identificada manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

Ah, tá! Na nossa gestão isso não está acontecendo, não! E se estiver acontecendo, denunciem!

(*Manifestações fora do microfone. Inaudível*.)

Então, nós estamos proporcionando, com esse trabalho, serviços de excelência para que não venha a acontecer cobrança indevida, ilegal, irresponsável, porque se a gente descobrir vai tomar uma atitude para saber se foi de funcionário, ou de quem foi. Denuncie! Cada secretaria tem agora uma Ouvidoria. Denuncie à Ouvidoria e nós iremos apurar. Não pode cobrar! O serviço é completamente gratuito!

Nós queremos melhorar esse atendimento, melhorar o serviço. Encontramos salas apertadas; filas; muito calor, porque os aparelhos de ar-condicionado estavam queimados; as cadeiras estavam rasgadas; e tinha um pessoal sem capacitação para exercer as suas funções, de modo que esses recursos vão servir para aumentar a produtividade do Sine. Já estamos com o dinheiro em caixa, com a contrapartida do Estado de Santa Catarina.

Pela primeira vez, em oito anos, o Estado de Santa Catarina, embora tardiamente, está fazendo política pública de trabalho, sim! Está fazendo política pública de assistência social, sim!

Então, além do projeto do Sine, naquele valor de um milhão e alguma coisa, nós elaboramos também um Projeto Juventude Cidadã, que já foi aprovado, no valor de três milhões e trezentos mil reais, com contrapartida do Estado.

Quando eu digo que o Estado faz política pública, ele faz por que assegura a contrapartida, tem participação nessas políticas. Essas políticas públicas são para capacitar para o primeiro emprego, porque o jovem chega para pegar um trabalho e passa a impressão de que não tem experiência. E como ele vai ter experiência se ele não teve nenhum trabalho?

Então, isso aqui é uma espécie de pré-vestibular. É um programa para capacitar jovens e oportunizar o acesso ao mercado de trabalho que irá atingir quatro mil jovens de todo o Estado de Santa Catarina.

Agora, acho que já estou respondendo ao questionamento que foi levantado pela ala da esquerda: qualificação profissional e social. Esse é um programa que temos intensificado na nossa gestão, porque entendemos que participar de qualquer trabalho hoje, de qualquer emprego, de qualquer atividade, exige que a gente se prepare, exige que tenhamos qualificação.

Então, o objetivo do Programa de Qualificação Profissional é capacitar mão-de-obra feminina na área de economia solidária para consolidação de empreendimentos autogestionários.

A área da economia solidária é hoje seguramente uma área que merece melhor atenção dos governantes, dos economistas, dos políticos, do setor privado e das organizações da sociedade civil organizada que, na verdade, compõem uma rede muito grande de organizações e economias solidárias. E aquela cooperativa lá em Faxinal dos Guedes, por exemplo, que trabalha com tecelagem em palha de milho, ou lá de Joaçaba, ou empresas que vão à falência porque não têm o suporte e o apoio do Estado que assegure a sua sobrevivência, aí, portanto, a mulher trabalhadora perde o trabalho, o marido perde o trabalho, o filho perde o trabalho.

Então, os cursos que estão em andamento no Estado, em toda a rede de economia solidária, consistem em: escultura em madeira, artesanato de garrafa PET, gastronomia, artesanato de semente, artesanato com material reciclável, artesanato com produtos artesanais, artesanato de conservas, artesanato com palha de milho, turismo, costura industrial, empreendedorismo, associativismo, recepcionista em hotel e pintura em tecidos.

Portanto, todos esses cursos aqui estão disponíveis para as mulheres, num total (arredondando) de um milhão e oitenta mil reais, que está atingindo cerca de duas mil mulheres catarinenses. Devemos encerrar esses cursos aí pelo mês de abril.

Quais os municípios que foram contemplados com essas políticas específicas para mulheres? Todos esses aqui. Só ficou de fora Içara, que é a minha terra. Quase todos os municípios do Estado foram contemplados. Aí está a lista. Todos esses municípios estão tendo cursos de qualificação profissional nessas áreas que falamos.

E agora um outro projeto especial que fizemos lá, que é um projeto de formação política e de agroecologia, que consiste numa parceria do Governo do Estado com o Ministério do Desenvolvimento de Combate à Fome, no valor de quatrocentos mil reais, para Chapecó. Esses recursos se destinam a apoiar uma cooperativa para a construção de uma fábrica de sal, com vista à produção do leite orgânico, feita em parceria com a Universidade Federal do Estado de Santa Catarina e a cooperativa do Movimento dos Sem Terra.

E agora, mais recentemente, estamos em uma grande tarefa com a finalidade de buscar parcerias com o setor privado e com as organizações que trabalham com crédito e microcrédito a fim de fazer uma rede de aval e financiamento para os pequenos, ou seja, para aqueles agricultores, maricultores, criadores de abelhas, tecelãs, ONGs, Oscips, cooperativas e associações que não têm acesso ao banco tradicional. Porque o banco exige tanta coisa, o banco exige tanto aval, tanto papel, tanta burocracia, além de cobrar um juro altíssimo que impede que a pequena empresa desse conjunto de empreendimentos solidários se fortifique, que ela possa crescer e contribuir para o desenvolvimento econômico sustentável do Estado.

Então, já realizamos várias reuniões, constituímos um grupo de trabalho, na verdade, uma comissão e estamos percorrendo todos os gabinetes, todos os caminhos. E já conseguimos a parceria nesse que é um grande projeto para Santa Catarina e que vai atingir o conjunto de trabalhadores e trabalhadoras catarinenses, com o BRDE, o Badesc, o Cepagri de Santa Catarina e a Associação de Microcrédito em Santa Catarina, que é uma reivindicação muito grande das micro e pequenas empresas que, na sua maioria, acabam morrendo por falta de amparo, de apoio de política pública para a área.

Esperamos que esse fundo de aval seja constituído da maneira mais simples. De uma maneira tão simples que um agricultor que tenha um pequeno negócio possa ir lá e fazer um empréstimo individual a juro baixo, porque o fundo vai garantir, sem necessidade de comprovar patrimônio, enfim, romper com essa barreira que impede os pequenos de ter acesso a crédito e microcrédito.

Então, essa política de finanças tem por objetivo universalizar o acesso ao microcrédito para toda a rede de empreendimentos solidários, cadeias e arranjos produtivos, associações, ONGs, Oscips, enfim, pequenas e médias empresas com a estratégia de formar um fundo com esses parceiros elencados anteriormente.

Com relação à Lei Maria da Penha, as ações da Secretaria, eu acredito que ainda sejam muito tímidas, a não ser na questão da divulgação da lei e na participação de todos os fóruns que vêm ocorrendo no Estado, mas já estão de acordo. E também, talvez, a melhor política pública feita na nossa gestão tenha sido um grande pacto, um grande acordo que foi o Pacto de Aprimoramento de Gestão para a definitiva implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), para funcionar, Valéria, de modo semelhante aos postos de atendimento de saúde, que bem ou mal tem lá, e deve ter. Se não tem, deveria ter um médico, um paramédico, um enfermeiro, enfim, vacinas, remédios. Mas nós não damos vacina, não damos remédio. Mas vamos, com o apoio financeiro que conseguimos para o Pacto de Aprimoramento e Gestão e em parceria com as prefeituras, co-financiar os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os CREAS com as prefeituras. Temos muito poucos deles no Estado, mas a política para este ano é isso: são equipamentos sociais com espaços que garantam assistência à mulher vítima de violência, vítima de abuso sexual, vítima da sua própria condição histórica de pobreza, crianças e adolescentes, idosos, portadores de deficiência, que são os usuários, em resumo, negros e índios, da assistência social. *(Palmas da plenária.)*

A SRA. ANNA JÚLIA RODRIGUES - Com todo respeito à presidente da Comissão que está presidindo a mesa dos trabalhos, gostaria de pedir que estipulasse um tempo, porque mais pessoas que estão na mesa gastariam de falar e este plenário maravilhoso, com certeza, tem muita coisa a questionar e a contribuir. *(Palmas.)*

A SRA. SECRETÁRIA DE ESTADO DALVA MARIA DE LUCA DIAS (SC) - Eu já estou finalizando.

Só temos o elenco de todos os conselhos de direitos que trabalhamos. Encomendamos uma pesquisa ao Dieese para contemplar políticas específicas para as mulheres.

Eu queria fazer no Estado inteiro, mas uma pesquisa dessa é de grande envergadura; pediram muito dinheiro e acabei priorizando a região da Grande Florianópolis e de acordo com essa demanda, para o próximo ano, serão feitos os cursos.

Esses são os projetos em andamento e quero dizer que estão assegurados pelo governo do Estado para a implantação definitiva da política de assistência social R$ 16 milhões. Esse é o fato! Obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Parabéns, secretária Dalva, pela exposição de motivos que acho que interessou a todas, apesar de ser longa demais. *(Vaias.)*

Vamos ser maduras! É do interesse de todas! *(Palmas.)* Não adianta fazer oposição por oposição.

Muito obrigada pela interferência, professora Anna Júlia, e achei que foi em boa hora.

Eu gostaria de registrar a presença da senhora Izabel Braga, que neste ato representa o vereador de Florianópolis, Deglaber Goulart. Obrigada.

Agora, por um minutinho, vamos ter uma voz grossa, uma voz de homem.

Com a palavra o deputado Pedro Uczai. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO ESTADUAL PEDRO UCZAI - Eu quero cumprimentar todas as mulheres; a Schirlei, do Movimento Camponês; o movimento urbano das trabalhadoras; as deputadas - quero aqui destacar e registrar a alegria de estar aqui nesta mesa com destaque a presidente da Comissão Ada De Luca, a Ana Paula, a deputada Odete já se retirou; as demais mulheres companheiras e as representantes dos movimentos.

Na condição do sexo masculino, não tenho que falar muita coisa aqui. Tenho que dar dois ou três recados.

Quero, primeiro parabenizar as mulheres, a luta de vocês, a organização de vocês; parabenizar as mulheres também do parlamento, destacando a presença das deputadas e da proponente, deputada Ana Paula Lima, do meu Partido, guerreira, batalhadora, que representa muito bem o nosso Partido na Assembléia Legislativa nesse debate de gênero. Por isso queria destacar e registrar.

Agora não posso deixar de me pronunciar muito rapidamente aqui. Estou há dois, três dias acompanhando a luta e a mobilização das mulheres numa luta, numa caminhada, em outra caminhada, em outra caminhada. O que nesta audiência pública a gente precisa ter de resposta, é que tipo de resposta tem a pauta de reivindicação das mulheres. *(Palmas.)*

E, aqui, quero dizer: a participação na política é fundamental; a denúncia contra a violência nas mulheres é fundamental e tem que denunciar todos os dias, todos os dias; a mulher não pode aceitar ser pisada por ninguém, por ninguém. Então, tem que denunciar!

Eu, lamentavelmente, quando fui prefeito de Chapecó, umas das últimas obras que fiz foi uma casa-abrigo de violência às mulheres. Tive que fazer, foram trezentos e cinqüenta mil, porque tem ainda mulher, na nossa cidade, no município de Chapecó, sendo violentada e agredida.

Nós deveríamos nunca precisar de delegacia da mulher, nunca precisar de casa-abrigo, mas lamentavelmente a violência continua. As mulheres não podem aceitar serem violentadas por ninguém. Por isso, tem que denunciar, tem que resistir, tem que se organizar, construir e exigir política pública. O mínimo é ter delegacia da mulher. O mínimo é ter casa-abrigo. Isso é o mínimo! Com profissionais que tem que atender.

Terceiro lugar, a questão da pauta de reivindicações. Aqui, as secretárias, as representantes das secretarias estão colocando várias posições, mas o secretário e o governo do Estado têm que dizer da pauta de 2007. O Hemosc e o Cepon vão ser privatizados ou vão ser mantidos públicos? É isso que nós estamos precisando ouvir. Segundo, em relação à pauta da educação das mulheres, a pauta da questão de moradia vai ter atendimento, a pauta da alimentação saudável (*manifestação da plenária*.) ...as seiscentas cisternas, tem resposta? Porque água é saúde, é a vida das mulheres. Essas seiscentas cisternas estão na pauta desde o ano passado. Vai ter ou não vai ter? Por isso, eu acho que esse tipo de resposta tem que ter e ouvir aqui, que é a pauta das mulheres organizadas. É isso que as mulheres querem: respostas. É por isso que elas estão aqui, porque essa mobilização permite colocar.

Por isso, temos o compromisso aqui de nós, parlamentares... O governo do Estado tem que decidir se vai atender à reivindicação das mulheres hoje, daqui a um mês, daqui a dois meses, ou não vai. E tem que decidir. Nós, deputados, que estamos aqui nesta mesa, com relação a todas as reivindicações que não forem atendidas pelo governo, temos que colocar no Orçamento para 2009, não só essa pauta, mas as outras pautas que as mulheres trarão para a Assembléia Legislativa.

Boas lutas para vocês! São vocês que têm que falar! E o Movimento tem que falar, mas não desanimem nunca, nessa luta só se conquista... E Dom José quando dizia: mulheres saem de casa, vão para a estrada, se organizem, lutem! Assim que vocês conseguiram a aposentadoria aos 55 anos na área rural. Por isso as domésticas têm que conseguir também aposentadoria das donas-de-casa. As reivindicações são pela luta, pela organização para além da participação na política.

Um abraço, boa caminhada.

Estou muito feliz de estar aqui hoje. (*Palmas*.)

(*Manifestação da plenária*.)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada de Luca) - Por cinco minutos, concedo a palavra a companheira Maria Darci, presidente da Cohab de Santa Catarina.

Antes, eu gostaria de justificar que a deputada Odete de Jesus tinha um compromisso, teve que se ausentar e pediu desculpas. Como daqui a pouco eu vou passar a presidência para a deputada Ana Paula, porque eu tenho que ir para Laguna.

A SRA. MARIA DARCI MOTA - Eu gostaria de cumprimentar os participantes da mesa na pessoa da nossa deputada Ada De Luca, e estender esse cumprimento a nossa deputada Ana Paula, ao nosso deputado Pedro Uczai, aos demais participantes, à Carminha, à Schirlei, que representam todas vocês, trabalhadoras, e quero também fazer um cumprimento especial a vocês todas que nos honram e dignificam as mulheres pela luta e pela presença aqui neste momento.

Nós viemos aqui para falar de habitação, de moradia para Santa Catarina. Santa Catarina tem um déficit habitacional de 180 mil moradias, e nós temos um déficit de 25 mil moradias rurais. Eu gostaria de dizer que, quando nós fomos convidados pelo Luiz Henrique, nosso governador, para assumir a Cohab, a Cohab estava para fechar as portas e o governo anterior não tinha feito nada. E, nos últimos anos, pouca coisa tinha sido feita na área de habitação em Santa Catarina.

Então, não precisávamos fazer grandes estudos para saber que nós tínhamos que começar construindo casas. Demos uma arrumada na casa e lançamos a luta. E seguindo uma recomendação do governador, vamos atender primeiro o oeste de Santa Catarina *(palmas)*, porque temos que estancar essa vinda do pessoal dessa região porque não tem atenção. Então, o processo de descentralização teve uma atenção especial com o Programa Nova Casa, que é um programa de habitação de Santa Catarina. E pela primeira vez em Santa Catarina se começou a fazer casa rural, casa para o pessoal do campo, casa para quem produz os nossos alimentos.

E essa também foi uma diretriz estipulada pelo nosso governador que nós prontamente atendemos, e já fizemos mais de quatro mil moradias no campo. Estamos evitando com isso que as pessoas deixem o campo para vir morar na cidade. Por que fizemos isso? Porque queremos que vocês tenham o mesmo conforto das pessoas que moram na cidade, porque vocês merecem toda a nossa atenção, todo o nosso carinho, porque vocês fazem um trabalho especial, um trabalho difícil que é produzir os nossos alimentos. Vocês nos mantêm na cidade, se vocês não produzissem, teríamos que plantar os nossos próprios alimentos.

Então, gente, é muito justa toda a reivindicação de vocês. Nós sabemos que estamos longe de atender todas as necessidades, mas estamos fazendo tudo o que é possível.

Eu falava aqui com um grupo de senhoras lá do oeste e perguntei: vocês sabem que estão sendo construídas as casas lá? Sabem.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

Gente, olha, eu gostaria de poder me manifestar e depois vocês podem me questionar à vontade.

Mas gostaria de dizer que estamos fazendo um programa importante, não discriminamos ninguém e estamos fazendo o que é possível, fazendo toda a execução baseada num trabalho de parceria do governo federal, do governo estadual e do governo municipal. E, além disso, trabalhamos também com os sindicatos rurais e com as associações de moradores. Se não estão atendidas todas as reivindicações é porque nós não temos orçamento ainda, nem federal nem estadual. Essa é uma luta para a qual eu conclamo todas vocês, ou seja, trabalharmos juntas para que no governo federal tenha um orçamento fixo para Santa Catarina a fim de fazermos as moradias, quer através de parceria com o governo do Estado ou diretamente com os sindicatos. Mas precisamos da mesma forma ter orçamento e fonte de recursos aqui no Estado, e estamos trabalhando para isso. Montamos um projeto de lei que o nosso governador já encaminhou para a Assembléia. Está sendo apreciado na Comissão de Justiça que o nosso deputado faz parte.

Eu queria aqui, neste momento, pedir uma atenção especial e que vocês me ajudem a fazer com que esse projeto de lei para moradias para Santa Catarina, para as nossas trabalhadoras, para os nossos trabalhadores, para todos os que precisam de um teto, seja aprovado.

Então, fica aqui o meu apelo para o nosso deputado Pedro Uczai - e já sei que pediu vista - para que ele olhe bem rapidinho e analise com carinho o assunto, para a nossa deputada Paula de Lima, para a deputada Ada, e que vocês façam lá um movimento para que todos os deputados, independente de partido, apreciem e aprovem esta matéria. Porque esse projeto de lei é que cria a política de habitação para Santa Catarina, e estamos fazendo isso em sintonia com o governo federal.

Além disso, também estamos iniciando um plano de habitação do Estado de Santa Catarina, que não é um plano de governo, mas é um plano de Estado, e que todas vocês já estão convidadas a participar dele. Vai ser amplamente discutido em todo o Estado, e é fundamental a participação de todos os segmentos: da baixa renda, dos empresários, dos lojistas, dos construtores, para que possamos encontrar a melhor forma de resolver o problema da moradia em Santa Catarina. É um plano que vai até 2023, em consonância com a proposta federal. Com essa parceria, esperamos resolver, no mínimo, 50% do déficit habitacional, que é um déficit agregado de anos, sem atenção a esse setor.

Gostaria de pedir um pouquinho da atenção de vocês. Estou aqui para dar atenção a vocês, mas também gostaria de ser ouvida, mesmo que alguns discordem do que eu disser. O trabalho que estamos fazendo é bem sério. Se não conseguirmos soluções para todas, é porque não conseguimos! Nem o governo federal, nem o Estado, nem o município têm conseguido. Todos estão se esforçando muito, mas é uma área difícil. Construir casa para rico é difícil! Imaginem construir casa para quem tem pouca renda! *(Manifestação da plenária.)* Mas estamos fazendo um esforço para isso! Estamos oferecendo projeto de graça, estamos oferecendo assistência técnica de graça! E abrimos as portas da Cohab, não nos escondemos, queremos o diálogo com vocês.

Ontem mesmo discutimos essas políticas públicas e nos colocamos à disposição, porque não queremos debater esse assunto somente agora, na semana da mulher. O problema da moradia é grave, precisamos discuti-lo o ano todo, buscar solução o ano todo, e para isso precisamos do apoio de vocês! *(Palmas.)*

A luta de vocês é digna. Vocês têm toda a razão de estarem insatisfeitas, bradando que as coisas não estão sendo feitas. Sei que não estão sendo feitas conforme vocês querem, mas estamos nos esforçando para isso, e queremos a parceria de vocês para encontrar o melhor caminho.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada de Luca) - Eu acho que todos os que estão na mesa cumpriram a sua parte.

Companheiras, ponham em mente uma coisa: temos quase cem anos de atraso; faz pouco tempo que começamos a votar. Vamos reivindicar, sim, cada vez mais, não fazer oposição por oposição. Não leva a nada!

(Oradora não identificada manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

(Manifestações da plenária. Inaudível.)

Por favor! Não é porque você veio de longe que somos obrigadas a escutar tudo.

Você tem uma grande vocação para ser vereadora. Não perca a chance! É assim que nascem as lideranças. Vá em frente, vá berrando, gritando, reivindicando, que é assim que acontece o nascimento de grandes lideranças. Parabéns!

Neste momento, passo a presidência dos trabalhos à deputada Ana Paula, porque tenho que pegar a BR-101, que está uma droga, ir até Laguna.

Um beijo no coração de todas e cada vez mais a força da mulher!

Minha amiga, não sei o teu nome, mas continue reivindicando, lutando. Você é uma líder nata! *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ana Paula de Lima) - Muito obrigada, deputada Ada.

Vamos ser um pouco mais democráticos aqui. Temos uma série de personalidades que querem falar, mas como vocês vieram de muito longe, quero consultá-las sobre a possibilidade de inverter a pauta, ouvir primeiro os movimentos, tanto o Movimento das Mulheres Urbanas quanto o Movimento das Mulheres Camponesas. Depois, passar a palavra aos membros da mesa para que se manifestem sobre as reivindicações, os encaminhamentos que queremos, que vocês vieram de tão longe para saber. Pode ser? *(Palmas.)*

Com a concordância de todos, passo a palavra à Schirlei Azevedo, coordenadora do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Urbanas de Santa Catarina.

A SRA. SCHIRLEI AZEVEDO RIBEIRO - Boa-tarde, meninas. Estou aqui representando um movimento e não quero falar para vocês, quero falar em nome de vocês para a mesa. Então, peço licença para ficar de costas. *(Palmas.)*

Deputada Ana Paula, é em função de tudo o que aconteceu até aqui, da ironia e da arrogância de algumas pessoas do governo do Estado, que nós não conseguimos afinar a viola. Estão aí os exemplos, que já vêm acontecendo desde 2007, principalmente o que aconteceu na Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres.

(Passa a ler.)

"As mulheres trabalhadoras urbanas vêm a esse espaço lembrar que o dia 8 de março é um dia de luta, resistência e compromisso com a vida.

Senhoras e senhores, há mais de um século lutamos, principalmente por meio da cultura, das crenças e tradições do sistema educacional, das leis cíveis, da divisão sexual e social do trabalho para que a sociedade desconstrua a relação de domínio e subjugação que existe entre homens e mulheres.

Tivemos grandes conquistas, sim, como o direito ao voto, o reconhecimento do trabalho das donas-de-casa, as cotas para as mulheres na participação política, mas queremos muito mais. Queremos saúde pública com qualidade, com ênfase na prevenção e promoção. Defendemos o SUS como maior política pública neste País e o fim das terceirizações e privatizações por meio das OSs neste Estado.

É uma vergonha o que vem acontecendo com a nossa saúde. Nós lutamos contra toda e qualquer forma de violência contra a mulher. Exigimos a implementação imediata da lei Maria da Penha, casas-abrigo, centros de referências e mais delegacias de mulheres."

O presidente do Tribunal falou sobre a implementação da lei, mas é necessária a criação urgente da defensoria pública. Este é o único Estado que ainda não tem defensoria pública. *(Palmas.)*

"Nós queremos pedir a esta Comissão uma resposta ao ofício protocolado pelo Fórum Estadual Lei Maria da Penha que solicita a apuração dos fatos veiculados no jornal O Impacto do dia 22 de fevereiro de 2008, que em matéria de capa e em duas páginas afirma que um deputado desta Casa praticou violência física, psicológica e moral contra sua ex-esposa, infringindo, dessa forma, o que rege a Lei Maria da Penha.

Não adianta vir à Assembléia Legislativa defender a Lei Maria da Penha se permitem que isso aconteça desta forma, sem ser investigado. *(Palmas.)*

Denunciamos o impacto da globalização neoliberal na vida das mulheres e nas condições de trabalho; defendemos a valorização do trabalho das mulheres com garantia dos direitos trabalhistas e previdenciários, com carteira assinada e igualdade salarial; defendemos a redução da jornada de trabalho sem perdas salariais, com o fim das terceirizações e a precarização do trabalho em todos os setores; defendemos os serviços públicos com qualidade e um ambiente de trabalho seguro e saudável, linhas de créditos especiais para as mulheres com objetivo de geração de trabalho e renda; exigimos a ampliação da licença-maternidade para seis meses; lutamos para o reconhecimento da produção das maricultoras e das pescadoras artesanais, a regulamentação da aposentadoria das donas-de-casa e a manutenção dos direitos já conquistados pelas trabalhadoras rurais; lutamos por uma educação pública de qualidade, não sexista, não lesbofóbica e anti-racista; acesso e ampliação da alfabetização, capacitação e formação de mulheres por meio de políticas públicas de responsabilidade do Estado; lutamos por educação infantil, creches para todas as crianças de 0 a 5 anos, em período integral; lutamos por um salário digno e por condições de trabalho seguras e saudáveis a todas as servidoras e servidores do Magistério - É uma vergonha como o nosso Magistério é tratado neste Estado! *(Palmas.)*

Defendemos uma alimentação saudável, com maior controle na produção e industrialização de produtos, o consumo consciente de alimentos pela população, com incentivo à agricultura camponesa e aos direitos das mulheres camponesas; exigimos maior controle e fiscalização na utilização de agrotóxicos e queremos evoluir para a agroecologia.

Na política, a maior participação das mulheres nos espaços de poder, por uma reforma política democrática, com participação das mulheres, campanha de estímulo a candidaturas femininas comprometidas (comprometidas!) com a luta emancipacionista das mulheres - e aqui quero lembrar a importância de Luci Choinaki para a organização das mulheres do campo e da cidade. *(Palmas.)*

Defendemos e fiscalizamos a aplicação do Segundo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. E perguntamos: onde está a devolutiva da Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que nós já havíamos acertado com a Coordenadoria da Mulher para que acontecesse no Estado e nos dessem uma resposta a tudo o que foi feito lá?

Defendemos a reforma agrária e o desenvolvimento rural sustentável com ênfase na agricultura camponesa e linhas de crédito especiais para as mulheres camponesas.

Também pedimos à Assembléia Legislativa que retome o debate sobre o amianto. É impossível termos um Estado que ainda permita a produção, a comercialização e o transporte de produtos com matéria-prima feita pelo cancerígeno amianto.

Nós queremos denunciar aqui, neste espaço, que o governo Luiz Henrique da Silveira não vem atendendo às reivindicações das mulheres catarinenses. Em março de 2007, foi apresentada uma pauta exigindo políticas públicas para as mulheres, e após um ano avalia-se que em nada se avançou. As terceirizações e privatizações de serviços públicos (o companheiro do Sintespe está aqui) só aumentaram, a exemplo do Hemosc e do Cepon, a licitação para passar a gestão do Hospital Infantil de Joinville (se há alguém aqui de Joinville), que será gestado por uma OS, uma Organização Social, a terceirização das merendeiras nas escolas, da padaria do Hospital Psiquiátrico, entre outros. E, com isso, há a precarização da saúde e de trabalhos realizados, na grande maioria, por nós, mulheres!

Denunciamos o roubo no preço da luz e exigimos, por parte do governo do Estado, o cumprimento imediato da lei da tarifa social para todas as famílias que consomem até 160 kW/mês.

Agradecemos à Assembléia pela oportunidade deste momento e agradecemos pelos dois dias que nós, mulheres, passamos juntas! E temos a certeza de que é só o início, porque juntas, lutando pelas mesmas bandeiras, vamos conseguir aquilo que queremos: um mundo em que homens e mulheres sejam iguais, que tenhamos o direito de andar de cabeça erguida, porque somos dignas de viver em um Estado que promove, sim, políticas públicas para as mulheres.

À luta, companheiras! *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ana Paula Lima) - Muito bem, Schirlei.

Com a palavra a senhora Carmem Munarini, representando o Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina.

A SRA. CARMEM MUNARINI - O Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina tem uma história de 25 anos de lutas e organização.

Nós, do MMC, estamos aqui porque nossa missão é a libertação da mulher, é a construção de um projeto de agricultura camponesa, e é também a missão da transformação da sociedade. A libertação da mulher porque vivemos em uma sociedade patriarcal, o que prevalece é a decisão masculina, que na maioria das vezes é machista, oprime e ignora todo tipo de iniciativa e organização feminina. Desde criança fomos orientadas a ser domésticas, ou seja, ser amansada, ensinada a ser obediente e serviçal.

Queremos construir um projeto de agricultura camponesa e agroecológica que seja capaz de cuidar da vida e da natureza. Nos últimos anos, temos dedicado muito esforço na questão da recuperação, produção e melhoramento das sementes crioulas de hortaliças, nas plantas medicinais, na produção diversificada de autosustento, contribuindo na preservação e no cuidado com a biodiversidade - o sistema capitalista e o modelo de agricultura química extensiva vêm trazendo várias conseqüências para a vida do planeta, prova disso é o aquecimento global, que é muito falado hoje na mídia.

Este momento exige de nós maior intensificação das nossas ações na produção de alimentos saudáveis, na proteção das nascentes, no cuidado com as águas, na preservação das matas nativas e ciliares.

Nossa missão, como falei, é transformar a sociedade, mas nesse sistema capitalista não é fácil, pois as mulheres, além de terem dupla jornada de trabalho, se escolherem participar de algum tipo de organização, acontece uma tripla jornada, isso sem contar com o cuidado com os filhos, com os doentes e com os idosos. E a mulher é vista como um ser frágil! Como falou uma das deputadas, é considerada a rainha do lar, mas rainha do quê? Sem ter reconhecimento, sem ter direitos?! Por isso estamos aqui fazendo essa luta: para garantir os nossos direitos de políticas públicas diferenciadas para as mulheres.

Então, pessoal, depois de amanhã, sábado, é dia 8 de março, dia que para nós, lutadoras do povo, tem um grande significado, pois lembra as 129 mulheres que foram queimadas naquela fábrica em Nova Iorque, como todo mundo sabe, por reivindicarem uma menor jornada de trabalho e melhores salários.

Por isso, não queremos receber flores, não queremos receber festa. Esse dia, para nós, é um dia especial de luta, de resistência e compromisso de todas as mulheres trabalhadoras. E para fortalecer a continuidade da Campanha Nacional de Alimentação Saudável, estamos aqui em Florianópolis para reafirmar a nossa pauta de reivindicações que foi protocolada em março de 2007, que já está fazendo um ano e não tivemos nenhum tipo de avanço. Passamos o ano todo tentando marcar audiência com o senhor governador, que preferiu nunca nos receber.

Queremos manifestar o nosso repúdio aqui nesta audiência, porque esse tipo de autoridade que foi eleita com o voto de muitas companheiras, muitas camponesas, muitos camponeses, não nos recebeu, não deu atenção à nossa reivindicação. Isso nós consideramos uma falta de respeito. *(Palmas.)*

Nossa pauta é simples, mas é fundamental para continuarmos produzindo comida. Vejam: a gente pede na infra-estrutura a construção de seiscentas cisternas, a construção de melhoramento de seiscentas hortas, e a gente tem esse número, porque existem mulheres que já trabalham nessa perspectiva de alimentação agroecológica. Então, a gente já tem certo conhecimento sobre essa área, e é com essas mulheres que queremos continuar o trabalho.

Nós precisamos de viveiros de árvores nativas para reflorestar com árvores nativas, não com eucaliptos e *Pinus*, que só desgastam. (*Palmas da plenária*); nós queremos um curso de capacitação técnica para as mulheres e queremos, também, a construção de hortos medicinais para podermos produzir o próprio remédio.

Na questão da educação, queremos transporte escolar para o ensino médio e, também, para o 3º grau; escolarização das mulheres camponesas, o que nos foi negado durante o nosso tempo - não tivemos a oportunidade de estudar; inclusão dos currículos escolares ou ensino de gênero e emancipação feminina; capacitação de profissionais para a discussão de gênero, raça e etnia.

E na questão da saúde, queremos fortalecer as iniciativas populares na prevenção e promoção da saúde - aquilo que vem sendo trabalhado também pelo Movimento de Mulheres Camponesas; queremos, também, a garantia da saúde pública de qualidade em todos os municípios do Estado de Santa Catarina.

Bom, após um ano de insistência, como já falei, ontem conseguimos conversar com alguns representantes do governo. Esperamos, daqui para a frente, a atenção necessária, pois não estamos brincando. Queremos ver os nossos projetos sendo realizados.

A nossa luta é séria e estamos representando muitas outras mulheres que não puderam estar aqui hoje. É ou não é? *(Palmas da plenária.)*

Então, precisamos de políticas públicas para dar continuidade à produção de alimentos.

Estamos aqui porque queremos produzir comida, queremos direitos previdenciários, queremos estudar, cuidar da natureza, defender a mata nativa, a água; estamos aqui porque queremos os nossos direitos; estamos aqui porque queremos fortalecer a luta.

(*Manifestação da plenária: "Em defesa da vida!"*)

Quando?

(*Manifestação da plenária: "Todos os dias!"*) (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, Carminha.

Passo a palavra agora à representante da Unegro, a senhora Estela Maris.

A SRA. ESTELA MARIS CARDOSO - Com certeza, quero falar aqui sobre várias mulheres negras. Estou representando aqui a Unegro, mas estou falando em nome da Amab, em nome do Fórum de Mulheres Negras, de muitas mulheres, domésticas, professoras que não estão presente.

Quero lembrar a vocês que a nossa história tem quinhentos anos; lembrar das nossas mulheres negras que sequer tiveram a oportunidade de criar seus filhos; lembrar daquelas mulheres negras que não puderam amamentar seus filhos; lembrar daquelas mulheres que sequer viram seus filhos crescerem; lembrar da mulher negra que não teve direito à educação; lembrar da mulher negra que até hoje não tem saúde de qualidade.

Quero aqui lembrar, também, que, com certeza essas mulheres foram guerreiras. Nossas mulheres negras são guerreiras! A figura da mulher frágil nunca nos coube. Nunca! Sempre lutando. Todo dia era um dia, todo dia era um confronto, e é por isso que estamos aqui.

Nós, mulheres negras, na primeira Conferência de Promoção da Igualdade Racial, levamos uma pauta para o Estado, mas ainda não tivemos uma agenda com o nosso governador para nos dar a resposta.

Quero lembrar, ainda, da nossa segunda Conferência de Promoção da Igualdade Racial, que também é de suma importância para nós.

Quero dizer a vocês que as mulheres negras querem, sim, uma agenda. Estão abertas, sim, para discutir uma agenda.

Dona Dalva, queremos, sim, sentar juntos e discutir emprego e renda para as nossas mulheres negras; queremos discutir aqui a referência das nossas mulheres negras, a mortalidade materno das nossas mulheres negras - sabemos que o índice não é o que está apresentado.

Quero dizer a vocês que não tem como não falar de muitas mulheres importantes na minha vida nesses dez anos de militância no Movimento; mulheres que têm história que não podemos esquecer. Para nós, as nossas mulheres e os nossos representantes não morreram, porque são sempre lembrados, estão sempre na nossa história - quero lembrar a nossa Dandara, a nossa Nissanga, Jerusa Roman, Antonieta de Barros, Altair, Vera Fermiano, Marilú, Hernandina, Uda Gonzaga, Arilda, Benedita da Silva, Ioná, Sônia, Nadir, Neli, Dulce e Valdionira.

Queremos, sim, as nossas reivindicações. A nossa reivindicação não é diferente da reivindicação das mulheres rurais, a nossa reivindicação não é diferente da reivindicação das mulheres urbanas, mas tem uma necessidade, sim, de ter um recorte racial, porque precisamos saber o que está acontecendo com as nossas mulheres, que moradia estão tendo, que educação estão tendo e que saúde estão tendo.

Esta audiência é fundamental, é um marco. Temos, sim, que aqui dizer aos nossos representantes do governo: precisamos de uma resposta rápida. Nós temos uma Coordenadoria de Mulheres e sabemos que está sendo trabalhado, mas queremos respostas práticas. Precisamos de qualidade de vida; queremos, sim, educação; queremos, sim, estar no poder, ser vereadora, deputada estadual, presidente da República! E para isso temos que nos unir.

Quero dizer o seguinte: basta de ser enrolada. E nós temos, sim, que ir para dentro dos partidos políticos. Eles têm, sim, que respeitar as condições reais, não só nos colocar como fantoche. Cota?! Ela só vai ser importante a partir do momento em que seja real!

Obrigada (*Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada.

Com a palavra a senhora Vera Teixeira, Coordenadora Estadual da Mulher.

A SRA. VERA TEIXEIRA - Boa-tarde a todos.

Quero dizer que a Coordenadoria Estadual da Mulher, como falou a Estela, está trabalhando. Estamos trabalhando, sim! Mas vocês sabem que trabalhar sem orçamento é difícil. Mas com pouco se pode fazer muito. Acho que depende de cada uma de nós para poder avançar, e avançar cada vez mais.

Não vou fazer aqui um discurso, porque endosso, assino embaixo tudo o que já foi falado. (*Palmas.)*

Realmente nós, mulheres, precisamos avançar, avançar e avançar!

Eu, na Coordenadoria Estadual da Mulher, tenho cumprido o meu papel dentro dos objetivos da coordenadoria. Estamos fazendo as articulações e fazendo contato com todas as Secretarias. Mas vocês que estão aqui sabem que quando se fala em mulher tudo é muito difícil. Assim como o deputado Pedro Uczai falou na pauta, outras companheiras também o fizeram - a Schirlei, por exemplo. E desde o ano passado venho lutando, no bom sentido, é claro, fazendo a interlocução com as Secretarias para o cumprimento da pauta.

Eu só gostaria de falar - e já disse ontem na reunião que tivemos convocada pelo governador, até porque ele tinha um compromisso fora -, eu, na Casa Civil, falei: não, nós precisamos atender sim a associação de mulheres camponesas. De imediato, a Casa Civil se prontificou, marcamos a data; foi um tanto atropelado ao marcar, mas como a própria associação já tinha dado a data, então nós marcamos ontem pela manhã, convocamos os secretários (aqueles que não foram enviaram os diretores).

Deputado Pedro Uczai, eu tenho certeza que nós avançamos e muito, muito mesmo. Durante esses meses que se passaram, posso dizer quase um ano, porque foi no dia oito, ainda faltam alguns dias, nós avançamos no seguinte sentido... Como estão presentes várias representantes de Secretarias, eu não vou ser repetitiva. Elas vão falar tecnicamente o que se decidiu, os encaminhamentos que foram tomados.

Quanto à questão do projeto de alimentos saudáveis, foi sugerido pelo diretor da Epagri, o senhor Dietmar... Tendo em vista que existem 74 grupos de mulheres já organizadas para implantar esse programa, foi nomeada uma comissão, e ontem à tarde já fizemos uma reunião para que a gente consiga empréstimo a fundo perdido com o Microbacias.

Então, Deputado, eu acho que é viável, até porque esse projeto de construção das cisternas, das hortas e o apoio à construção dos viveiros eu tenho a impressão que não vai ser nenhum bicho-de-sete-cabeças para o Estado. Até porque a própria associação... a mão-de-obra vai ser praticamente a contrapartida do governo. Então o governo vai investir sim nessa questão de procurar esses recursos a fundo perdido.

Na questão da moradia, a doutora Maria Darci fez uma exposição, e eu tenho certeza que as várias representantes que estiveram lá (eu vou tomar a liberdade de ler), a Carmem, a Ivete, a Lourdes, a Fabiana, a Flávia (representante da Secretaria de Assistência Social), a Tânia Jango (ela esteve lá e também já a vi por aí), a Ivonete, a Terezinha, a Rosalina, enfim... Elas se encarregaram de fazer uma reunião, até porque ficaram um tanto preocupadas pois estavam representando os segmentos e não tinha um número muito grande. Mas até foi bom, porque muitas vezes quando o grupo é muito grande a gente não se consegue dar rumo aos objetivos da reunião. Então, foi muito produtiva.

Assim, nessa questão da moradia a doutora Maria Darci colocou à disposição a Cohab. E a proposta para todas as reivindicações foi no sentido de que a reivindicação do Movimento de Mulheres Camponesas e Rurais fosse encaminhada para a Coordenadoria Estadual da Mulher. Uma comissão de três, quatro ou cinco integrantes para conversar em cada uma das Secretarias a fim de discutir diretamente as suas reivindicações. Porém, ficou muito claro, eu confesso a vocês, que as reivindicações são muitas, e por isso eu pedi que fossem pontuadas e detalhadas, porque as reivindicações estão muito genéricas! Então, eu acho que têm que ser pontuadas as localidades de maior necessidade. Sei que a Associação é muito bem organizada e tem condições de fazer isso. A doutora Maria Darci se colocou à disposição para que fosse encaminhada essa comissão. E assim que a Coordenadoria recebesse essas informações marcaria direto com a doutora Maria Darci a data para que fossem recebidas.

Aqui, doutora Maria Darci, eu gostaria, tendo em vista que a Epagri marcou, no dia 29 de abril, uma reunião com a associação, que a senhora já olhasse a sua agenda para que em seguida elas pudessem não só vir a Florianópolis para resolver o problema lá na Epagri, mas pelo menos em duas Secretarias. Até por uma questão racional e também financeira, porque sei que o gasto é grande.

A questão da educação foi discutida e aqui também foi colocado garantir os recursos de transporte, escolarização da mulher camponesa. Disso, já foi feita uma chamada pública. E aqui ao meu lado tem a representante da Secretaria da Educação: que a pauta, na realidade, não tem nenhum problema! É possível solucionar, e muitos deles já estão em vias de solução. Depois a colega aqui vai falar.

A questão da tarifa social, do preço da energia, que também foi comentado aqui, não é a minha área, mas eu tomei anotações, até porque vou cobrar do diretor executivo, o doutor Carlos Alberto. Ele foi muito claro, inclusive repassou material para a comissão dizendo que o regulador, quem regula o preço da tarifa é a Anatel (*sic*). Não é o governador, não é a Celesc!

Então, essa questão é uma questão que é de...

(*Oradora não identificada manifesta-se fora do microfone: "É a distribuidora!"*)

Como é?

(*Oradora não identificada continua manifestando-se fora do microfone: "É a distribuidora que tem que (ininteligível)."*)

A Anatel!

(*Oradora não identificada continua manifestando-se fora do microfone: "Não! A distribuidora dos Estados tem que fazer a (ininteligível) em seu Estado. Ininteligível."*)

Pois é. Eu não sei se a senhora faz parte da associação, mas estou falando aqui o que foi colocado ontem, e inclusive foi repassado um material. E eu acho que é interessante, nessa reunião, que também vão ser abertas as portas, vai ser marcada esta comissão para falar com o diretor executivo, porque é ele que faz toda a... é o setor específico dele, no dia que for marcado, eu acho que é interessante a senhora participar e vocês levarem uma bagagem para poder fazer a discussão.

Eu tenho o seguinte princípio: acho que nós temos que levar, muitas vezes, soluções do que problema, porque problema, se a gente quer ver, a gente vê muito, não é isso? Então, vamos ajudar. Eu acho que nós temos que nos ajudar. Correto? Até, ele fez uma colocação sobre a tarifa de baixa renda, deu uma explicação técnica que, na realidade, é uma...

(*Outra oradora não identificada manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

Como é?

(*Oradora não identificada continua manifestando-se fora do microfone. Inaudível.*)

Bom, eu acho que audiência pública é para a gente poder discutir e conversar. Na realidade, a primeira parte, senhora presidente, foi muito longa. Eu, como fui citada, foi citada aqui a pauta, e a pauta foi entregue à Coordenadoria, então eu quero me manifestar. Vou fazer o possível para ser mais breve possível.

Então, com relação à tarifa social, também foi aprovada uma comissão. E saímos de lá, não só eu como a comissão, convencidos de que não é o governo do Estado que determina a tarifa, certo?

Quanto à questão da saúde pública, a doutora Carmen Zanotto esteve lá. Inclusive houve um episódio não muito satisfatório, mas eu acho que águas passadas a gente não tem que reviver. E aqui também tem representante da Secretaria da Saúde que poderá dar maiores esclarecimentos para vocês. Ela também se colocou à disposição no Projeto Hortas e Plantas Medicinais para fazer parceria com a própria Epagri.

Com relação à questão do trabalho e renda, a secretária Dalva também está aqui, e ela já fez a exposição.

No que se refere à questão da implementação da Lei Maria da Penha, eu acho que nós temos o Fórum, que inclusive é presidido pela deputada Ana Paula, é isso?

(*A deputada estadual Ana Paula Lima manifesta-se fora do microfone: "O Fórum, não, é a Ada."*)

O Maria da Penha é a deputada Ada, mas também há o Fórum Permanente.

(*A deputada estadual Ana Paula Lima manifesta-se fora do microfone: "Não, é a Ada."*)

A SRA. VERA TEIXEIRA - Ah, é a deputada Ada!

Como ela falou, em Tubarão vai ser a primeira, a abertura da região sul, e para que a gente possa ter os dados nas mãos, para que a gente possa ver as necessidades de implementação dessas políticas públicas, a gente precisa de dados. Então estamos cobrando e acelerando, sim, para que o Fórum seja implantado de imediato em todos os municípios, a fim de que a gente possa ter os dados e saber onde precisa colocar casas-abrigo, onde a gente pode implementar, talvez, até atendimento aos próprios agressores. Portanto, com relação à Lei Maria da Penha, eu vejo que sem esses dados não temos condições de avançar.

Quanto à Conferência, eu confesso para as senhoras que participei da Conferência e daqui foram dois ônibus com mais outro... um número grande de mulheres. Eu recordo que solicitei aos ônibus, quando lá chegaram... Eu não estava coordenando os ônibus, mas foram pessoas responsáveis que levaram o pessoal, lá existiram alguns probleminhas de alguém que não embarcou, embarcou; de imediato, a Secretaria, a pessoa que era responsável pelo ônibus, encaminhou, tomou um avião; sei que houve um probleminha assim. Então, eu solicitei que fizessem, no retorno da viagem, uma avaliação da Conferência, até para a gente fazer uma reunião aqui e a gente avançar na questão até do Plano Nacional, que está sendo lançado no dia 8, em Brasília. Mas na realidade eu não fui comunicada, não... de forma alguma. As pessoas que foram, também deram retorno.

Gente, o retorno é para fazermos essa avaliação, para ver o que se pode avançar na questão da Conferência. Neste momento, eu me coloco à disposição, eu coloco a Coordenadoria Estadual da Mulher, em parceria com a Secretaria, com o Conselho Estadual da Mulher, para que a gente possa fazer uma avaliação e dar andamento nos avanços que a gente pode ter, até para contribuir com os trabalhos que estão sendo feitos em Brasília. A Coordenadoria tem participado de vários comitês, e eu a coloco à disposição de todas. A Coordenadoria está instalada na SC-401.

Eu tenho um compromisso às 16h30min. e diante do adiantado da hora já estou atrasada. Porém, vou ficar aqui mais um pouquinho.

Um abraço e um beijo para todas vocês. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ana Paula Lima) - Obrigada, Vera Teixeira.

A gente ia inverter a pauta, falando com representantes dos movimentos de mulheres. Mas tínhamos ainda a vereadora Ângela Albino, que não falou, mas também teve que sair; a senhora Edna, que está representando a Secretaria da Educação; e a senhora Arlene, que está representando a Secretaria da Saúde.

Porém, a gente percebe a ansiedade de vocês também falarem. Então, como falei antes para inverter a pauta, eu passaria a palavra para o plenário, fazendo as inscrições, e vocês se manifestariam. Daí, conforme o tema, algumas pessoas que compõem a mesa poderiam responder. Pode ser assim? Ou querem ouvir a senhora Edna e a senhora Arlene? (*A plenária concorda com a inversão.*)

Então, eu peço para a Valéria coordenar aqui, e a gente começa as indagações. Só peço para que se identifiquem. Pode ser? (*Pausa.*) Quem quiser falar, como a Tânia, é melhor se aproximar, porque o microfone está aqui na frente com a Valéria.

A SRA. VALÉRIA CABRAL CARVALHO - Enquanto a Tânia está chegando, eu vou me inscrever e já vou falar, cumprimentando todos os presentes na mesa, todas as trabalhadoras urbanas, camponesas, todas as mulheres. Algumas coisas neste debate me assaltaram e me causaram uma tremenda indignação. Parece que estamos mais uma vez começando um novo governo. Isso não é verdade! É o segundo mandato do mesmo governo, e nada foi alterado. Discordo das questões que foram colocadas, deixando bem claro: nenhuma questão pessoal, partidária, aqui na minha fala.

Sou do movimento de mulheres desde 2000, enquanto Conselho de Serviço Social. Hoje sou a coordenadora do Fórum Estadual Maria da Penha, e desde 2000 viemos discutindo a questão de casas-abrigo, de centros de referência, de qualificação profissional. Não consigo enxergar propostas concretas - desculpe-me, professora Dalva -, ou está havendo um ruído muito grande na comunicação e não estão sendo viabilizadas nem "publicizadas" nem popularizadas as políticas públicas para as mulheres. (*Palmas.*)

Um Estado como Santa Catarina, que tem 293 municípios, tem 12 delegacias da mulher? Doze! Em Florianópolis, que é uma das que tem as melhores condições, representante do secretário da Justiça, não funciona vinte e quatro horas! Temos Jaraguá do Sul, uma cidade que ultrapassa 170 mil habitantes, que não tem delegacia especializada em atendimento à mulher! São José, que, se não me engano, depois de Joinville, é a segunda cidade com maior número em população, não tem delegacia para mulher! Como faz a mulher? Se a mulher que está na zona urbana já tem essas dificuldades, como faz a mulher do campo? Eu quero dizer: não tenho medo!

Enquanto Fórum, houve uma pequena confusão, minha colega Vera Teixeira. A deputada Ada De Luca faz uma jornada Maria da Penha. Nós aqui, no Estado, temos um fórum estadual que luta pela implementação da Lei Maria da Penha, que é a forma de prevenir, coibir, ter medidas protetivas e assim por diante.

Ainda desafio a Secretaria da Educação. Já temos exemplos em alguns municípios de incluir nos currículos. Itapema já fez isso. E nós ainda não temos incluído nos currículos a questão de discutir direitos humanos, gênero, etnia, raça. Eu gostaria que as Secretarias presentes aqui... Volto a dizer: nenhuma questão sectária, partidária, porque a pessoa, o político, o movimento social que faz política através da desgraça humana não merece nem o nosso crédito, para faturar politicamente.

Agora, quero perguntar. Como eu estava conversando com o meu colega Erlédio, todas as colegas, professora Dalva, minha ex-chefe, colega e companheira Darcy, da Educação, todas vocês colocaram a dificuldade do Orçamento. Quem faz o Orçamento não é o Executivo? Que poder é esse, então? O Executivo faz o Orçamento e não é discutido com as Secretarias? Eu trabalhei na Secretaria da Assistência, e lá a gente fazia, em conjunto, muitas vezes tecnicamente, um orçamento. Aí, cadê o nosso *lobby* para discutir o financeiro? Eu desafio a deputada Ana Paula, a deputada Ada De Luca, a deputada Odete e o deputado Pedro Uczai.

Nós conseguimos incluir, por um momento histórico, quatro emendas orçamentárias. Essas quatro emendas que incluem as mulheres agricultoras, as mulheres urbanas, estão lá no Orçamento. Mas eu não quero que isso só vá ter financeiro em 2009! Em 2009, nós teremos que estar aqui para avaliar o que foi feito com esse financeiro que foi aprovado. Senão é discurso! E eu vou dizer um negócio: aí, nós temos que buscar outras estratégias, porque discurso sem ação, para mim, não confere. (*Palmas.*)

Para concluir, mais do que nunca eu gostaria de dizer que os parlamentares, as nossas colegas secretárias de Estado estão lá por uma militância, por uma vocação, por uma indicação política, e não nos devem favor nenhum. Se as deputadas estão lá, foi porque nós acreditamos nelas e as colocamos. Quando os técnicos estão lá, os secretários, né, dona Dalva, é por uma escolha, uma vontade, um desejo de mostrar, sim, que Santa Catarina tem que ter uma política de assistência social.

Aí, um dia, eu vi uma matéria da professora Dalva que dizia assim: "Política de assistência social tem esperança." Aí, eu falei: quando a dona Dalva está dizendo isso, ela quer dizer que está tendo; a esperança dela é que venha o orçamento e o financeiro. Eu sei que ela está lutando por isso. (*Palmas.*) E ela sabe que se precisar, independentementede qualquer questão sectária, volto a frisar isso, nós vamos mobilizar. Porque ocorreram as enchentes antes do carnaval e o nosso governador do Estado, Luiz Henrique, disse assim: "Não se preocupem, temos dinheiro do Fundo Social!" Na semana seguinte onde estava o governador? Em Brasília buscando recurso. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ana Paula Lima) - Quem desejar se inscrever, é só se identificar. Mas tem que vir para cá, porque aqui as mulheres também querem ouvir.

A SRA. EDEL SCHNEIDER - Boa-tarde às camponesas, ao grupo urbano e às demais organizações que hoje estão aqui presentes. Eu venho lá do oeste, sou de Palmitos, do extremo oeste, lá da região de Chapecó, e sou camponesa, trabalho na roça, com a terra.

Eu quero aqui, da pauta que entregamos no ano passado, a questão da água. Nós estamos enfrentando uma seca lá. A gente devia não tá aqui hoje, a gente devia ta lá puxando água para as nossas plantas, que não tem! Então, eu queria aqui a secretária do governo pensar com sensibilidade essa questão da água, porque a cisterna tá na nossa pauta. Que fosse olhado com atenção, porque é um problema sério a questão da natureza, que não tá mais chovendo.

Eu vejo que o governo tem descaso com nós, porque não nos atendeu no ano passado nem neste ano. Nós não vimos o governador! A gente veio até aqui, viajamos uma noite inteira, o pessoal todo cansado (*palmas*), mas a gente teve que fazer todo esse movimento, toda essas caminhadas aqui, e a gente ainda não tem uma resposta certa.

Então, eu queria que o governo e os deputados olhassem com muita atenção, porque a questão da água é muito séria, a seca tá aí. E não temos vendo resposta a essa questão.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. TÂNIA SLONGO - Gostaria de cumprimentar a mesa e todas as companheiras que estão aqui nesta jornada, nesta luta.

Eu queria dizer que ninguém gosta de fazer esses movimentos, de estar na rua, de sofrer, de passar a noite dormindo lá na laje, enfrentando o sol. Não é porque a gente acha bonito fazer isso, é porque a gente acredita e merece, tem direito a políticas públicas neste Estado. É por isso que estamos fazendo essa luta.

Eu acredito que boa parte das companheiras que se inscreveram para se manifestar vão falar mais. E já foi falado sobre estas questões de o governo do Estado não ter políticas públicas.

Gostaria de falar, a partir da manifestação da deputada Ada, com relação à participação das mulheres na política. Eu queria dizer que é muito importante nós mulheres participarmos da política. Mais do que isso, eu quero dizer que não é só porque é mulher; tem que ser mulher que tenha compromisso com a luta dos trabalhadores e das trabalhadoras deste Estado. (*Palmas.*) Não pode ser mulher como o exemplo da governadora do Rio Grande do Sul, a Yeda Crusius, que mandou bater nas mulheres agricultoras! (*Palmas.*) Não são essas mulheres que a gente quer nos defendendo. Nós queremos mulheres que pensem no humano, que pensem nas pessoas e que façam a luta das mulheres. São estas mulheres que a gente quer eleger agora, nas próximas eleições: mulheres comprometidas com a nossa luta!

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. NOEMI MARGARIDA KREFTA - Sou integrante do Movimento de Mulheres Camponesas do extremo oeste de Santa Catarina.

Nesta semana, nós estamos em mais uma jornada do dia 8 de março; é uma atividade que acontece em vinte Estados. Neste ano, chama-se Jornada de Luta em Defesa da Vida e pelos Direitos. Então, é nesse sentido que viemos buscar, reivindicar, também no Estado de Santa Catarina, os nossos direitos.

Nesse sentido, eu quero dizer a mesa, em nome das mulheres, que a gente vai, mais uma vez, dar mais um voto de confiança ao governo do Estado. E esperamos que este ano as nossas reivindicações, de fato, possam sair do papel.

Mas, infelizmente, eu tenho que fazer uma pergunta aqui: eu gostaria de saber onde está saindo o Programa Nova Casa? Porque eu moro lá no extremo oeste de Santa Catarina e sei que, das minhas companheiras, das minhas vizinhas que iniciaram construções de casas dentro de um projeto, a parte da contrapartida do governo do Estado está lá por fazer! E as companheiras estão faz dois anos com suas casas em meia viagem e por falta dessa contrapartida não estão tendo condições de terminar a sua casinha, por sinal, muito pequena. Mas nem isso elas estão conseguindo terminar

Outra coisa a salientar: a gente gostaria que o governo do Estado retirasse o dinheiro do programa Reflorestar(?), que é para a plantação do monocultivo de *pinus* e eucalipto! A gente ouve todos os dias nas nossas rádios (*palmas*) esse incentivo! E que esse dinheiro fosse investido para o plantio de fato de plantas de matas nativas. Isso, de fato, vai garantir a recuperação da biodiversidade!

E nós não sabemos se esse dinheiro das casas está indo para as SDRs ou está indo para a onde. (*Palmas*.) Porque nós sabemos que as SDRs têm orçamento em torno de quatro milhões e meio por ano, cada uma. Então, companheiras, eu gostaria de saber de vocês: que resultado vocês estão tendo lá nos seus municípios com as SDRs?

(*Manifestações negativa da platéia*.)

Pois é!

Outra questão que eu quero trazer aqui é que a gente gostaria que esta mesa pudesse encaminhar uma moção de repúdio à ação da governadora do Estado do Rio Grande do Sul e também uma moção de repúdio contra o secretário de Segurança Pública, o José Francisco Mallmann, e os seus comandados. Porque, se existe a Lei Maria da Penha, que deva valer a Lei Maria da Penha também para autoridades que usam e abusam do poder contra as mulheres. (*Palmas*.)

Nessa semana em que as mulheres foram fazer um ato de denúncia de legítima defesa do patrimônio nacional... porque quando uma multinacional se instala e agride a Lei 6.634, de 1939, que diz que nenhum estrangeiro pode ter propriedade de terras numa faixa de 150 quilômetros de distância da fronteira com outro país, no mínimo essa empresa é criminosa. Ela agride as leis do País e nada se faz!

Quando as mulheres fazem um ato de denúncia dentro de uma empresa dessas, que nós sabemos têm por fim acabar com a biodiversidade, acabar com a água do nosso país, são violentamente agredidas, têm seus acampamentos destruídos e, além disso, ainda praticam uma barbaridade de violência contra as crianças que estavam junto com essas mulheres. Duzentas e cinqüenta crianças foram separadas das suas mães, tiveram que deitar no chão e que pôr as mãos na cabeça, como se fossem criminosas das mais violentas.

Nós repudiamos essa atitude, por isso queremos que essa mesa encaminhe uma moção de repúdio em função desses fatos, pois não podemos mais aceitar esse tipo de violência contra as pessoas, contra as mulheres, contra a classe trabalhadora. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ana Paula Lima) - Obrigada, Noemi.

Passamos, agora, a palavra à senhora Miriam Darós, que neste ato representa a senadora Ideli Salvatti.

A SRA. MIRIAM DARÓS - Boa-tarde a todas. Cumprimento a Ana Paula, assim como todos os demais membros da mesa, e em nome da senadora Ideli deixo um fraterno abraço a todas vocês, que não se faz presente nesta audiência pública porque se encontra no Senado instalando, no dia de hoje, a Subcomissão Permanente de Defesa da Mulher no âmbito da Comissão dos Direitos Humanos. Essa é uma reivindicação feita ao governo federal desde o ano passado que este ano foi concretizada, e estavam presentes a esse ato, ao debate, a ministra Ellen Gracie, do Supremo Tribunal Federal, a ministra Dilma Rousseff, a atriz Fernanda Montenegro, a cantora Leci Brandão e várias outras governadoras e prefeitas. Inclusive por essas questões é que a senadora se faz presente a partir de amanhã no Estado, participando de vários atos programados em Santa Catarina em defesa dos direitos da mulher.

Mas eu também me inscrevi para falar sobre o lançamento no dia de ontem, no Palácio do Planalto, junto com o presidente Lula, do II Plano Nacional de Política para as Mulheres. E eu vou me permitir ler os eixos estratégicos desse plano: (*Passa a ler.*)

"Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão", que já foi dito aqui por várias companheiras; "desenvolvimento sustentável no meio rural", que é um dos primeiros eixos da pauta das mulheres hoje, "na cidade e na floresta, com garantia de justiça ambiental", que é uma reivindicação antiga e sobre isso a companheira acabou de fazer uma denúncia, que é a questão da destruição da nossa mata atlântica, que está sendo trocada por *pinus* na serra catarinense, "soberania e segurança alimentar; direito à terra, moradia digna e infra-estrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais; cultura, comunicação e mídia igualitárias, democráticas e não discriminatórias", porque nós sofremos uma discriminação bastante grande também pelos meios de comunicação; "enfrentamento do racismo, do sexismo e da lesbofobia; enfrentamento das desigualdades geracionais que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas."

Então nós temos esse projeto e estamos nos comprometendo a passá-lo para as lideranças a fim de que se continue implementando, e naquilo que é novidade que a gente venha buscar a sua implementação. Por isso agradecemos pela oportunidade de estarmos colocando isso em público.

Quero também dizer, Ana Paula, que sobre os projetos de habitação eu fui buscar no mandato alguns dados e, de fato, hoje em Santa Catarina nós temos duas mil construções de casas urbanas e rurais, todas elas financiadas pelo crédito solidário do governo federal. Nós temos também o Projeto Vertical de construção aqui no litoral norte de Santa Catarina sendo desenvolvido, e todos estão sendo fiscalizados, inclusive com representação do Ministério das Cidades no Estado de Santa Catarina.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ana Paula Lima) - Obrigada, Miriam.

A SRA. CATIANE CINELLI - Boa-tarde a todas as companheiras. Eu venho aqui como uma jovem camponesa que quer continuar vivendo no campo, mas que se sente ameaçada, porque a vida no campo está sendo bastante prejudicada.

Quero afirmar a nossa pauta do 8 de março, já entregue em 2007, e dizer que nós queremos produzir e queremos também comer alimentos saudáveis. Por isso também quero pedir à mesa que faça uma moção contra os transgênicos, porque isso ameaça a nossa vida e a nossa saúde.

Um outro assunto que também discutimos nesses dois dias aqui em Florianópolis é a questão de que estamos sendo ameaçados pela alteração da Lei de Cultivares, que trata do direito de uso de repartição de benefícios dos recursos genéricos de conhecimentos tradicionais; pela alteração da Lei de Biossegurança; e pela flexibilização dos critérios de importação e simplificação dos procedimentos dos agrotóxicos no Brasil, assim como também pela liberação de milhos transgênicos.

Diante disso, eu apresento uma moção em nome do Movimento de Mulheres Camponesas.

(*Passa a ler.*)

"O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) solicita desta audiência pública que coloquem em votação a aprovação a esta moção de repúdio quanto ao Projeto de Lei 2.335, de 2007, apresentado pela deputada Rose de Freitas, do PMDB do Espírito Santo, que busca restringir os direitos dos agricultores de guardar parte de sua colheita para usar como semente para o plantio no ano seguinte. Essa lei, se for aprovada, impedirá também que o produto seja comercializado sem autorização do dono da propriedade intelectual da semente ou muda, ou seja, para comercializar seu produto o agricultor ou a agricultora terá que pagar uma taxa ao dono da variedade, o *royalty*.

Existe ainda outra proposta de alteração da Lei de Biossegurança, através do Projeto de Lei n. 268, de 2007, do deputado Eduardo Sciarra, do DEM, que tem por objetivo permitir a utilização, o registro, o patenteamento e o licenciamento das chamadas tecnologias genéticas de restrição de uso, popularmente conhecidas como sementes *terminator*. Se o uso dessas tecnologias for liberado no Brasil, as empresas poderão produzir e comercializar sementes e plantas transgênicas e estéreis, ou seja, que não se reproduzem ou que só conseguem se reproduzir através da utilização de produtos químicos vendidos pelas próprias empresas. Se forem liberadas, essas tecnologias irão tornar os agricultores e as agricultoras ainda mais dependentes das grandes transnacionais, pois não poderão multiplicar suas sementes e terão de comprá-las a cada safra. A contaminação de outras plantas por estas sementes poderá fazer com que outras espécies e variedades se tornem estéreis.

Por isso nós, do Movimento de Mulheres Camponesas, conclamamos todas as autoridades aqui presentes para se posicionarem contrários a essas propostas de alteração da legislação vigente, cuja aprovação das mesmas significa a destruição do modo de vida das camponesas e dos camponeses e uma grave ameaça à soberania e à segurança alimentar de toda a população brasileira.

Conclamamos também que o governo suspenda o encaminhamento ao Congresso Nacional de toda e qualquer proposta de mudança de legislação que possa afetar os direitos das camponesas e dos camponeses ao livre uso da biodiversidade e apropriação de seu conhecimento, com destaque para o anteprojeto de lei de acesso aos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais, que atualmente se encontra em consulta pública na Internet, até que as populações tradicionais dos camponeses tenham sido devidamente consultadas e suas demandas incorporadas."

Eu quero que essa moção seja enviada para o presidente da Câmara dos Deputados, para o presidente do Senado Federal, para o senhor presidente da República e para a ministra da Casa Civil. (*Palmas*.)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ana Paula Lima) - Pode deixar na mesa que depois a gente põe em votação, *o.k.*? (*A proposta de colocar em votação mais tarde é aceita*.)

Temos mais quatro pessoas inscritas para ouvir e depois a gente passa a palavra para a mesa a fim de que os que foram citados possam se manifestar.

A SRA. MARIA CLEMENTINA - Boa-tarde, companheiras e companheiros urbanos e rurais.

Estou aqui para cumprimentar a mesa e também para lamentar, porque quando a gente ouviu nossas companheiras secretárias, que são mulheres, se manifestando, todas praticamente relataram a escassez de recursos que há nas secretarias, e isso também é uma violência contra as secretarias em que trabalham, porque elas podem ser companheiras, mas não têm como gerar seu próprio recurso para atender as necessidades dos camponeses e das mulheres urbanas. (*Palmas.*)

Eu também quero deixar uma pergunta direcionada à Maria Darci, que falou da questão da habitação rural, mas como muito pouco a gente sabe de casas que foram construídas com recursos do governo do Estado, eu gostaria de saber se elas são distribuídas pelas Secretarias Regionais ou pela prefeitura e quais são os critérios e como se faz a inscrição para se receber essas casas.

Também queria lamentar que no meu município, Dionísio Cerqueira, em 2005, começo de 2006, foi firmado convênio para a construção de casas num convênio do governo federal em parceria com o Estado, e muitos agricultores e muitas agricultoras começaram a construir suas casas esperando a contrapartida de R$ 2,5 mil do governo do Estado, mas até hoje esses agricultores não conseguiram terminar suas casas e outros se endividaram no banco, porque para o agricultor isso faz a diferença.

Eu também queria perguntar para a Dalva se em Dionísio Cerqueira foram feitos agora cursos de capacitação do Sine, porque segundo informações, lá tem um curso de hotelaria e as pessoas estão pagando para fazer esse curso. Mas se for curso do Sine, e aí feito com dinheiro público, eu acredito que não se deve pagar, ele deveria vir para gerar renda e gerar capacitação das pessoas. Se ele vai ter que ser pago, muitas pessoas não terão acesso. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ana Paula Lima) - *O.k.*, muito obrigada.

A SRA. LEILA DENISE MEURES - Boa-tarde. Eu sou de Curitibanos e sou do Movimento de Pequenos Agricultores.

Muitas companheiras que me antecederam falaram dessa questão das casas e nós, como Movimento, desde o seu nascimento, estamos pleiteando no Brasil essa questão da habitação rural. Em nível de governo federal essa conquista foi arrancada em 2000, mas para ser implementada o Movimento teve que travar muitas lutas, inclusive com contrapartida, porque o governo federal ainda trabalha por projetos, pois que não é política pública - e estamos lutando para que também seja política pública a habitação rural. Então a gente tem que participar de leilões, tem que fazer várias manobras para conquistar também esse recurso do governo federal, e as famílias têm que entrar com a contrapartida.

Aqui no Estado, em 2004, a gente desencadeou uma luta fazendo uma reivindicação à Cohab e ao governo do Estado e o Estado se comprometeu a construir 500 casas ou a entrar com a contrapartida. Na verdade não era nem doar dinheiro, nem colocar dinheiro de graça, nem a fundo perdido, as famílias estavam pedindo apoio e força. O governo do Estado se comprometeu com 500 casas e foi esse o andamento que o Movimento deu. O dinheiro entrou para 77 famílias, 78 famílias, ainda com muita luta, dinheiro esse que as famílias estão devolvendo ao Estado todo mês, porque é valor financiado, não é recurso a fundo perdido. Então não é nenhum favor, não é um dinheiro... Não foi cumprido o projeto das 500 casas, e não foi por falta de o Movimento se colocar nas ruas, de cobrar, pois nós fizemos três mobilizações e nas três eles se negaram a nos receber. Inclusive em uma eu me lembro muito bem que foi no Hotel Lang, em Chapecó, onde estava o governador Luiz Henrique. Ele saiu pela porta dos fundos do hotel para não receber o grupo de agricultores que estava lá.

Então, discurso é muito bonito, não é? Onde estão sendo aplicadas essas quatro mil casas e através de quem? Muitas vezes, elas são moedas de troca, por voto.

Outra coisa: a senhora - que eu não lembro o nome - colocou que foi deliberada uma proposta da Epagri, dessa nossa reivindicação, quanto à produção de alimentos saudáveis para se fazer alguns projetos via microbacias. Por que nós temos que fazer toda a nossa parte ou, inclusive, a parte que compete ao Estado, e empresas como a Klabin e outras, que funcionam em função do *pinus* ou do eucalipto, não precisam fazer a sua parte ou fazer o trabalho, pois o governo faz tudo com o nosso dinheiro? Essa questão do Projeto Refloresta ou do Fomento Florestal é um trabalho que o Estado faz endividando os agricultores, empobrecendo os agricultores, sugando terra e água do nosso solo, do solo catarinense, para que as empresas lucrem e os agricultores percam as suas terras. (*Chora.*) E quando é para financiar produção de alimento, não tem orçamento, não tem recurso. (*Chora. Palmas.*)

(*Manifestação da plenária fora do microfone: "Produzir alimentos saudáveis! Cuidar da vida e da natureza!"*)

E ontem, para referendar as manifestações feitas antes de mim, em repúdio à ação do Estado e, infelizmente, na pessoa de uma mulher, de reprimir mulheres... (C*hora. Palmas.*)

Desculpem-me, mas... (*Palmas.*) A indignação é muito grande (*chora*).

Uma outra questão que eu queria trazer é a da educação, que também é uma reivindicação antiga não só a esse governo, não só ao governo do Estado: contra a nucleação das escolas do meio rural, inclusive eles sabem que essa não é uma iniciativa só do Estado ou do governo federal; isso está em função (*ininteligível*) de um projeto muito maior, porque tirar a escola... (*Chora.*)

(*Oradora não identificada manifesta-se fora do microfone: "É esvaziar o campo!"*)

É esvaziar o campo, isso mesmo! Tirar uma escola do meio rural é tirar o espaço de organização daquela comunidade (*chora*), não é somente transferir as crianças para a cidade. E a educação que é dada, seja no campo ou na cidade, não está voltada para a independência dessas famílias. E essa é uma reivindicação muito antiga. Nós entregamos uma pauta em 2004, se não me engano, e no mesmo momento em que a gente pleiteava a questão das casas, a gente defendia a educação do campo, no campo e voltada para a realidade da agricultura camponesa. Ali está a produção de alimentos, estão as crianças para discutirem e se capacitarem, para viverem e conviverem no espaço em que foram criadas, com a cultura de seus pais na produção de alimentos, na produção de vida, porque é uma realidade diferente para quem está no campo e para quem está na cidade.

Então, essa questão da escola, da educação, tem que ser melhor debatida. Existem muitas experiências no Estado e pelo Brasil afora e a gente sabe muito bem a realidade vivida pelos professores e educadores populares que têm iniciativas como essas, pois enfrentam perseguição política por parte do próprio Estado e falta de apoio nos seus projetos. Então, essa questão da educação... se existe essa abertura do governo do Estado, a gente não percebe para essas iniciativas. Eu queria registrar isso também.

Bem, a nossa pauta é comprida. A gente passou o dia inteiro de ontem trazendo em marcha e faltou tempo, mas se a gente quisesse aqui tem muito mais. Desculpem pelo fato de eu ter me emocionado, mas a indignação é tamanha (*palmas*) e a gente sabe que não vão encerrar aqui hoje. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ana Paula Lima) - Obrigada.

A SRA. IRACI COLAMBO - O meu boa-tarde às companheiras e aos companheiros que estão na mesa.

A gente faz parte do Movimento de Mulheres Camponesas, também sou lá do oeste, e gostaria de dizer que nós estamos na luta desde 2000 sobre a questão da semente; nós estamos no resgate das sementes crioulas. Nós temos uma atividade muito árdua, muito difícil, porque a gente tem que percorrer o Estado inteiro, nos municípios mais distantes e de difícil acesso, e as mulheres para participar das oficinas de semente também sofrem muito, é com muito sacrifício, porque além de a gente resgatar a semente, a gente resgata a cultura, e a gente vê na semente crioula toda uma vida. A gente não pega a semente e vai lá na horta e joga. Não! A gente pega a semente e cultiva com muito carinho, porque sabemos que ali trazemos saúde, trazemos vida. Por isso que hoje, depois de dois dias, reafirmamos aquilo que foi falado: nós somos contra os transgênicos, porque aqui nós temos alguma coisa que diz que podem ser aprovadas novas formas de agrotóxicos, de venenos, e daí a gente sente na nossa comunidade, no nosso município a questão das alergias, a questão dos cânceres.

Nós tivemos agora em novembro a realização de uma pesquisa sobre quantos tipos de cânceres havia nas nossas comunidades, e foi um número muito elevado. E se for aprovado mais transgênico, a questão do milho, a questão de mais sementes, o que será da nossa vida, o que será dos nossos filhos, o que será dos nossos netos e o que será da biodiversidade? Então nós não somos (*ininteligível*) natureza, mas tudo que é ser vivo, tudo que nos circula, é natureza, é biodiversidade e nós temos o compromisso de defender. Por isso nós estamos aqui nos sacrificando nesses dois dias, porque nós não vimos para passear, nós temos sofrido muito e estamos sofrendo, mas para que essa luta dê frutos e valores na nossa vida.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada.

A última pessoa inscrita é a dona Adelaide, de Concórdia, e depois passarei a palavra para a senhora Maria Darci, para a Vera e para a professora Dalva, que também têm compromisso.

Agora passo a palavra à senhora Adelaide, depois para a Darci e depois ao presidente do Sintespe, o Mário, e ao nosso outro companheiro que também se inscreveu.

Com a palavra a senhora Adelaide Frasneli.

A SRA. ADELAIDE FRASNELI - Boa-tarde a todos os membros da mesa - não vou dizer o nome de todos porque já foi dito várias vezes. Eu sou de Concórdia e só quero fazer uma avaliação sobre o dever do Estado. É dever do Estado ser (*ininteligível*)... é cumprimentar o Estado, se ele é tão mau. Então, o que as companheiras estão dizendo lá na nossa região? A minha pergunta é a seguinte: daqui a vinte anos nós não vamos poder lavar o carro porque não tem água; daqui a cinqüenta nós não vamos poder cortar o cabelo porque não tem água. E (*ininteligível*) para as multinacionais entrando (*ininteligível*) e plantando *pinus* na nossa região! E os nossos filhos, o que vão comer? Até quem está fora já está dando (*ininteligível*) no nosso Estado! Não tem projeto de saúde! A saúde é um dever do Estado, a educação é um dever do Estado. Eu não tive educação porque eu nasci 61 anos atrás e (*ininteligível*) a na nossa sociedade tem gente querendo destruir. Isso é dever do Estado. E nós precisamos, gente, deste Estado, dessa administração, para cuidar da vida e não para cuidar do lucro da grande multinacional, que é estrangeira.

É por isso que estou aqui, gente, para dizer o seguinte: grande parte do dinheiro vai para os banqueiros e para as multinacionais (*ininteligível*) que querem destruir o planeta Terra! Querem fazer poços artesianos em todos os lugares do nosso planeta Terra e lá na nossa região também! Por isso que temos que cuidar da nossa terra. Não tem projeto para cuidar da água, não tem projeto para cuidar da saúde, não tem projeto nenhum! E quando vão começar isso?! Dizem que tem?! Mas não tem! É por isso que eu digo que precisamos de gente com responsabilidade.

Se não querem me deixar falar, não me deixem, mas isso tem que ser falado ao mundo inteiro. (*Palmas.*) Estão querendo tirar até a última gota de sangue da Terra. E cavoucando subterrâneos, poços artesianos, é matar a humanidade. É o fim da humanidade!

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, dona Adelaide, a senhora falou com o coração.

Temos dois companheiros inscritos, mas vou pedir licença a eles para passa a palavra à senhora Maria Darci, pois que foi questionada várias vezes sobre a questão das moradias.

A SRA. MARIA DARCI MOTA BECK - Gente, eu não tenho nenhuma pretensão de concluir esse assunto hoje, porque este é um debate que ainda vai muito longe. Eu gostaria de fazer apenas alguns esclarecimentos, mas nós vamos continuar conversando.

Eu me coloquei à disposição. Não sou do tipo que corre de alguma parada (*palmas*). Eu sou uma mulher aposentada, muito bem aposentada, e antes de trabalhar no governo eu coordenava os movimentos sociais de Florianópolis, num projeto da Universidade Federal.

Eu quero dizer para vocês que estou aqui mais por um desafio, porque não se fazia habitação em Santa Catarina. E eu digo, eu sempre trabalhei com os movimentos sociais, eu estava com eles antes, estou agora e vou estar depois do governo, porque essa é uma luta que não se extingue só num ano, gente. Essa é uma luta antiga, são reivindicações antigas que vamos ter que batalhar muito juntos.

Mas eu gostaria de dizer para vocês que nós não estamos resolvendo tudo, pretendíamos fazer muito mais. Eu acho que estamos fazendo pouco. Nós precisamos fazer muito mais, mas estamos aí para fazer essa parceria.

Quando nós falamos ao Charles (lá do Movimento Campesino, no PPA) para trabalharmos juntos, não tínhamos nem dinheiro, mas fizemos: colocamos uma meta e fizemos. O que eu contratei, eu paguei. Vamos fazer com a Fetraf-Sul: o que eu contratei, eu paguei. Vamos fazer com os sindicatos rurais: um grande número de sindicatos rurais está fazendo as casinhas e nós estamos repassando os recursos. Nós trabalhamos em silêncio, porque a Cohab não pode gastar dinheiro para fazer propaganda do que está realizando porque tem que usar esse dinheiro para fazer contrapartida, para fazer mais casas para a população. Então não adianta fazer grandes propagandas porque aí não teremos dinheiro para fazer todas as casas.

Eu estava dizendo aqui para a deputada que eu não queria criticar o governo federal, porque ele é meu parceiro, mas eu tenho que dizer para vocês que no ano passado eu ganhei do governo federal trezentas casas e este ano também ganhei trezentas casas. Mas nem por isso eu estava aqui criticando, porque eles são parceiros e devem ter os seus motivos.

Agora, eu quero convidar vocês para serem minhas parceiras, para que a gente possa lutar junto com os nossos deputados, junto com a senadora Ideli Salvatti, que tem uma representante aqui, para buscarmos mais recursos, porque o Fundo de Garantia do Trabalhador, que é o nosso dinheiro, está lá. Está tudo lá! Temos que trazer para atender o nosso pessoal daqui.

Como Santa Catarina, o governo federal não tem orçamento para habitação, mas criou o FNHIS. Nós temos esperança e queremos criar o nosso Fundo aqui também.

Eu estava pedindo apoio para todos os deputados para criarmos o Fundo para que depois de criado (quem sabe no ano que vem a gente já tenha Fundo) possamos, no movimento que o Charles é o líder, no movimento de vocês e com os outros movimentos, ampliar o número de parcerias com os sindicatos que fazem um excelente trabalho. Mas tudo é limitado, gente!

Sobre as 300 casas que recebi, vou dizer mais: este ano fiz uma consulta prévia ao Ministério das Cidades, sobre casa para todos os municípios de vocês, e não foi pouco não! Eram 28 casas o máximo que podia permitir, e eu pedi o máximo. Eu corri com os meus projetos, viajei para Brasília e fiz o meu papel. Infelizmente o Ministério não aprovou! Dos 293 municípios, só aprovou para dez.

Em dez dias montamos todos os projetos e colocamos dentro da Caixa Econômica, gente! Nós estamos fazendo o que é possível.

Agora, a assessora da senadora Ideli Salvatti falou aqui que veio recurso do Crédito Solidário para Santa Catarina. Veio, sim! Está vindo, porque chamamos todas as cooperativas de Santa Catarina, que são nossas parceiras e dissemos: vamos fazer! Não sei fazer! Então, nós fizemos para vocês.

Fizemos consulta prévia, porque a Cohab não podia trabalhar com esse crédito para todas as cooperativas de Santa Catarina e o que tem saído aí (muitos dos projetos) tenho comprado com recurso da Cohab o terreno para ajudar.

Nós somos parceiros, sim, e estamos fazendo! Agora, é pouco! Estamos fazendo pouco ainda, mas tenho certeza de que se aprovarmos aqui na Assembléia a nossa política pública de habitação; se o governo federal regulamentar sua política pública, que ainda não está regulamentada; se criar o FNHIS (botar dinheiro e definir, ter regras claras), queremos resolver esse problema. Mas não é fácil!

Não pensem, vocês, que no ano que vem, com toda a boa vontade que tenho, que vocês têm, que muita gente tem, vamos chegar com o problema resolvido.

Os sindicatos se batem e não conseguem fazer moradia para os agricultores todos. Nunca foi feito antes! Agora que estamos fazendo, não é fácil!

Eu não me incomodo, acho justo e que vocês estão no papel de vocês de reivindicar, dizer *a, b ou c,* porque eu também (não pensem vocês que já não estive no papel de vocês) já estive.

Agora, sou parceira, sou parceira dentro das condições que se colocam.

Gente, o que disse aqui a deputada: "Ah, fez uma lei para aproveitar o material". Gente, nós nos antecipamos a isso. Nós fizemos protocolo com o Ministério Público e toda a madeira que eles apreendem e que nos passam, fizemos casas.

Nós pedimos a madeira da BR-101 e transformamos tudo em casas. Foram 150 casas, e repassamos, sabem para quem? Para todos os municípios, independente de partido, de cor, que corta a BR-101, de Palhoça a Passo de Torres. Se o dinheiro dá para fazer cinco casas ou dez casas, eles escolhem as famílias mais pobres do município e daí nós damos um pouco de recurso do Estado e outro pouco daquela madeira e fizemos 150 casas. São 150 famílias que moravam em barracos. E nós pedimos a supervisão do Ministério Público para que ninguém fizesse uso político do dinheiro, e o Ministério Público supervisionou e estão lá as casas. As famílias estão felizes porque não tinham onde tomar banho; não tinham onde dormir com conforto; e estão morando, as casas são pequenas porque o dinheiro que vem, o dinheiro que existe é pouco!

E aí dizem assim: Mas por que é tão pouco? Não sei! Não sei por que o governo manda tão pouco. Não sei por que o governo, aqui, ainda não tem recursos,

Nós trabalhamos no sentido de conquistar mais espaço. Essa luta não se resolve hoje! Eu estou dizendo que é critério lá na Cohab que a mulher, a chefe de família, tenha prioridade na escolha dos financiamentos.

Em Itajaí, estou fazendo parceria com o prefeito Morastoni onde estamos construindo o conjunto Dona Nina. Dona Nina foi uma parteira dos anos 1950, uma mulher que levantava a qualquer hora da noite para socorrer as outras mulheres, ajudando as crianças a virem ao mundo. E estamos, lá, privilegiando 80 famílias que a chefe é uma mulher.

Então, estamos fazendo o que é possível, o que é viável e espero contar com o apoio de vocês nessa luta, não só no Estado, mas na esfera federal.

Está participando do nosso Plano o Azevedo, que é o Coordenador do Movimento Estadual do Pró-Moradia. Ele é o representante de vocês lá, dos movimentos por moradia em Santa Catarina.

Então, as reivindicações de vocês têm que ser através dele e vocês têm de participar das discussões nos seus municípios, nas suas regiões, a respeito do plano que vamos construir juntos para Santa Catarina.

Gente, muito obrigada, vocês me desculpem, mas vou ter de sair porque estou indo, neste momento, contratar casas, com mulheres trabalhadoras, para comemorar a semana da mulher em Canelinha.

A SRA. NOEMI MARGARIDA CREFTA - Me desculpe, mas a minha questão ficou sem resposta. *(Palmas.)* Nós não estamos dizendo que o governo federal está às mil maravilhas, o governo federal está fazendo uma pequena parte. Nós queremos muito mais, porém queremos saber onde está o dinheiro do governo do Estado para a questão das moradias.

De forma alguma estamos, aqui, dizendo que o governo federal está às mil maravilhas, não está contemplando ainda a questão das moradias no meio rural. Agora, queremos saber onde está o dinheiro do governo do Estado, no Orçamento dele, para a questão das moradias no meio rural. Esse dinheiro vai para as SDR e de lá vai para onde?

A SRA. MARIA DARCI MOTA - Eu vou dizer como é que vai, como é que nós trabalhamos. A deputada já disse aqui, estou atrasada e ela está dizendo que o meu tempo acabou, mas vou responder essa pergunta, porque ela é muito séria.

Como é que fizemos? Tivemos, nesta semana, aprovados no governo do Estado R$ 10.210 milhões para fazer contrapartida para três mil casas que vamos contratar agora em vários municípios de Santa Catarina.

Como é que contratamos? Nós contratamos com cada pessoa interessada. Eu não mando dinheiro para a SDR e nem mando para o município. Eles são parceiros para ajudar, orientar a construção, acompanhar a construção, mas dou para cada uma das pessoas. É o beneficiário que abre a conta, que recebe o recurso, compra o seu material e constrói a sua moradia. As prefeituras, os sindicatos são parceiros. Então, não é um dinheiro que fica rolando aí e que alguém tira parcela. Esse dinheiro, do jeito que recebo do governo federal, do jeito que recebo do governo do Estado, eu financio.

Todo o dinheiro da Cohab que tenho arrecadado é por que arregacei a manga, porque ninguém pagava direito. Passo para fazer contrapartida e faço dentro desse trabalho sério, supervisionado. E qualquer uma de vocês que quiserem ver as contas elas estão abertas lá na Cohab, porque é assim que trabalhamos: com transparência.

Em cada município, se vocês quiserem saber, mandem um *e-mail,* que eu digo: quantas, com quem fizemos e onde foi, mas onde vocês verem uma casinha nova sendo construída tem uma parceria nossa.

Se o sindicato não está fazendo todas, com parceria nossa, é por que infelizmente o dinheiro não vem todo através da Cohab, tem o dinheiro que vem direto. Então, vamos fazer! Essa é uma luta para a qual também estou pedindo muito apoio.

Quero pedir para a nossa senadora Ideli para que passe junto e possamos fazer essa política pública de habitação juntos, que esse dinheiro que vamos ganhar do Estado sirva de contrapartida, mas que o governo também repasse para o nosso Fundo para que a Assembléia possa fiscalizar, o Tribunal de Contas possa fiscalizar; a Defensoria Pública possa fiscalizar e principalmente vocês possam nos ajudar, saber se esse dinheiro está sendo bem aplicado ou não e se as pessoas que estão recebendo esse beneficio são as que mais precisam no município de vocês. Mas, até agora tudo o que nós fizemos é para a população que ganha até um salário mínimo. Então, a nossa prioridade é beneficiar os que mais precisam em Santa Catarina. Quem ganha mais do que isso não tem recebido beneficio até aqui. Agora que nós vamos lançar uma parceria para atender outras faixas salariais.

Eu só quero dizer para vocês que o nosso trabalho é árduo, é duro, é muito sério e é transparente. Nós trabalhamos de portas abertas. A hora que vocês precisarem de qualquer esclarecimento estaremos lá para esclarecer, e vocês podem usar os deputados de vocês também, porque nós respondemos a todos os questionamentos que nos chegam.

Espero ter respondido o seu questionamento, mas, de qualquer forma, se não ficou bem claro, estamos à disposição para dar todos os esclarecimentos necessários.

Um grande abraço a vocês. Parabéns pelo Dia da Mulher. Parabéns pela forma como vocês lutam pelos seus direitos. O direito da mulher, o direito de habitação é um direito garantido pela constituição. Então, essa luta não é só de vocês, mas de nós todos. E vamos lutar para conseguirmos resolver esse problema tão sério que é a falta de uma referência, de uma proteção para a família, de uma casa, que é a carteira de identidade de todas as pessoas, é o ponto de referência e a proteção da família catarinense.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ana Paula Lima) - Depois se a Noemi não esclareceu bem essas dúvidas, nós, como parlamentares, nos colocamos à disposição para fazer o pedido de informação para as Secretarias afins.

Concedo a palavra à professora Dalva para dar as devidas explicações.

A SRA. SECRETÁRIA DE ESTADO DALVA MARIA DE LUCA DIAS (SC) - Eu queria aproveitar este momento para pedir desculpas se me excedi um pouco na apresentação. Na verdade, eu perguntei à presidente da Comissão quanto tempo eu dispunha e ela disse que eu tinha trinta minutos, e eu segui rigorosamente os trinta minutos.

Quero prestar os seguintes esclarecimentos, especialmente à companheira de Dionísio Cerqueira: os cursos oferecidos pelo Sine são cursos totalmente gratuitos para os alunos. Por quê? Quem paga por esses cursos? O trabalhador paga, porque esses recursos são financiados com recursos do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador - e disponibilizados através de projetos pelo Ministério do Trabalho e Emprego, embora se exija também uma contrapartida financeira do Estado. Então, a União e o Estado são parceiros na execução de cursos ofertados pelo Sine.

Nos cursos oferecidos pelo Sine, as demandas são levantadas de várias formas, por exemplo: eu estive agora em Chapecó fazendo um fórum com representantes de trabalhadores, representantes patronais, tinham muitas mulheres lá também, do setor privado, da indústria, das organizações da sociedade civil, e lá foram levantadas as demandas.

Hoje se vocês me perguntarem: secretária, o que Joaçaba está precisando de mão-de-obra? Construção civil. É o que foi levantado no fórum.

Na próxima semana vamos fazer o fórum em Florianópolis e assim realizamos os fóruns em todos os municípios ou regiões. Então vejam, além disso, fazemos estudos lá para levantar essas demandas.

Então, com relação às políticas públicas de trabalho estamos alavancando, recuperamos, resgatamos o Conselho Estadual do Trabalho que há quatro anos não se reunia no Estado de Santa Catarina. E estamos numa campanha para incentivar e apoiar a organização dos conselhos municipais de trabalho.

Com relação às demais políticas públicas - porque a nossa secretaria, além da área do trabalho, é responsável pela área da assistência social - quero dizer que tem sido permanentemente um espaço de interlocução. Eu recebo diariamente representante de todos os movimentos sociais, até porque sempre tive muita sensibilidade para isso. Eu vim do movimento social, do movimento popular. Eu venho de um partido que tem essa linha de entendimento, de apoio intransigente aos direitos sociais e trabalhistas e defendo isso brava e rigorosamente.

E ainda quero dizer que o pacto de aprimoramento de gestão no valor histórico para Santa Catarina de R$ 16 milhões é fato concreto, estão aprovados e assegurados. Estamos, sim, fazendo os encaminhamentos agora para ampliação dos CRAS, Centros de Referência de Assistência Social.

Devo dizer para vocês que na gestão passada eram 51 municípios atendidos com programas de asilo e de abrigos. Vocês sabem quantos municípios temos hoje? Ampliamos para 93. Os recursos foram rigorosamente assegurados e bancados pelo governo do Estado, tanto com o pacto de aprimoramento de gestão quanto para a política de ampliação dos CRAS, sem demagogia.

Eu sou uma mulher de compromisso com as causas populares. Por isso aceitei ser secretária. Acredito que a gente tem força e que esse é o desafio da esperança, Valéria, de que possamos realmente mudar esse quadro histórico de injustiça permanente com esses segmentos precarizados, empobrecidos e que abrangem o conjunto das mulheres catarinenses.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, professora e secretária Dalva.

Passo, agora, a palavra para a senhora Edna Correa Batistoti, que neste ato está representando o secretário de Estado da Ciência, Educação e Tecnologia, Paulo Bauer.

A SRA. SÔNIA DRESSEL - (*Inicia manifestando-se fora do microfone. Inaudível.)* Umas dez receitas que não vem o remédio no posto, e tem muita gente que precisa de mais remédio e não é fornecido pelo SUS. Eu gostaria de saber isso, por que não manda?

Obrigada.

A SRA. EDNA CORREA BATISTOTI - Boa-tarde a todos e a todas as colegas de trabalho. Somos todos trabalhadores e acho que a gente parte disso também.

Eu sou educadora, estou aqui representando o secretário Paulo Bauer, principalmente na responsabilidade de dizer o que há na educação. Vejo a pauta de discussão de vocês, quando vem à tona a própria situação de termos políticas educacionais direcionadas para todos, porque é dentro disso que a gente vem discutindo. Como fazer para que a educação, a formação das pessoas, chegue ao máximo em todos os municípios de Santa Catarina e principalmente em todas as áreas, seja rural, urbana e também que seja de qualidade?

Efetivamente o que temos feito? Acho que é isso também o que vocês querem ouvir aqui. Nós podemos debater sobre várias questões teóricas, metodológicas, da pedagogia, de como trabalhar bem com uma sala de aula, mas acho que vocês estão querendo ouvir é o que a temos feito na área educacional.

A Vera está colocando aqui quais foram as reivindicações que vocês levantaram. Eu trabalho na área de educação profissional, educação e trabalho.

O deputado Pedro, no ano passado, esteve na Secretaria da Educação, num primeiro momento discutindo e dizendo: olhem, o grupo das mulheres campesinas vai vir discutir com vocês a questão de informações técnicas sobre o nível médio e a questão da qualificação profissional no meio rural. E na realidade até hoje não recebemos um retorno, digamos, somente quem foi até lá nos procurar foi o deputado!

(Oradora não identificada manifesta-se fora do microfone. Inaudível).

Sim! Agora estou aqui com a pauta a onde tem indicativos disso.

(Oradora não identificada manifesta-se fora do microfone. Inaudível).

Sim! Ontem o professor Silvestre participou da discussão junto com vocês...

(Oradora não identificada manifesta-se fora do microfone. Inaudível).

Bom, o que temos feito? Primeiramente temos duas fontes de verbas: a fonte federal e a estadual, *o.k.*? Atualmente com a fonte federal, o que nós temos? Agora temos o Programa Brasil Profissionalizado e vamos estar criando projetos de cursos de formação técnica, seja no meio rural ou no meio urbano, isso advindo do governo federal. E os recursos são para a rede estadual e municipal. Então isso está bem dirigido.

E os Cefets, a parte da rede federal, já tem a sua parte financiada. Esse recurso é diretamente para a rede estadual. A partir disso podemos discutir projetos de formação técnica para todos buscando o máximo de cursos.

Dentro da rede estadual o que temos feito? No final do ano passado foi lançado, enquanto qualificação profissional (e aí nós temos trabalhos paralelos junto com o desenvolvimento trabalho e renda) e trabalhamos com cursos de qualificações profissionais dentro de centros e núcleos de educação profissional.

No final do ano foi aberta uma chamada pública. E quem nós chamamos? Entidades para apresentarem as suas necessidades de qualificação profissional. Tivemos uma enormidade, digamos assim, dentro de todas as regiões. Para Dionísio Cerqueira, que estava aqui, acho que tivemos dois ou três cursos sendo solicitados, certo?! Mas de que forma pode entrar nesse processo? Atendendo essa chamada pública, inscrevendo a sua entidade, daí nós chamamos entidades e não chamamos empresa, chamamos sindicatos, associações, cooperativas e tudo mais. Isso foi colocado na mídia e alguns se inscreveram e outros não. Foi a primeira vez que fizemos isso. Antes os centros e núcleos de educação profissional ofertavam os cursos, eles faziam o seu planejamento e identificavam as principais demandas, principalmente do mundo produtivo e daí produziam o seu elenco de cursos que desejavam ofertar. Invertemos a ordem disso: as entidades apresentam quais são as suas necessidades, as suas demandas e a partir disso os cursos são ofertados para a comunidade, certo?

Então essa inversão já demonstrou que isso é positivo. Primeiro, porque nós estamos ouvindo justamente quem tem a demanda na mão, quem sabe aquilo que é necessário, quais são as associações de vocês que identificam quais são as necessidades. Tinha uma conversa atrás de mim, na hora em que a gente estava aguardando, justamente sobre a questão das frutas, a sazonalidade, o período que tem a produção, o que fazer com essas frutas para não jogar fora. Isso é o curso de qualificação que pode estar sendo ofertado junto com essas unidades educacionais. Daí nós temos, sim, um foco educacional nesse processo. Não é apenas um treinamento, nós trabalhamos com formação de pessoa, buscando uma formação integral disso.

Então, tem essa parte da formação dentro da qualificação profissional que estamos atendendo e fechando os primeiros projetos dos cursos e são cursos que vão até 160 horas de trabalho. Não é pouca coisa, são de 80 até 160 horas, distribuídas dentro de um semestre ou dentro de quatro meses. Em julho a gente vai abrir novamente essa chamada pública, quando chamaremos as entidades e perguntaremos quais são as necessidades que têm.

Dentro da formação técnica, nós também estamos chamando as comunidades para discutir conosco. E nós estaremos fazendo exatamente o quê? Pré-qualificando as regiões, as localidades, através, é óbvio, das gerências regionais de educação que é o nosso veículo de trabalho. Eles são justamente os que estão perto de todos. E vocês também devem se direcionar para poder dizer assim: "Olha, é esse tipo de curso que nós precisamos". E depois, é óbvio, que a educação também lida com a parte da educação para jovens e adultos, que é aonde chega de uma forma um pouco mais ampliada. Mas eu acho que, principalmente, a gente tem que discutir quais são essas formações que nós precisamos em cada região. E a gente, enquanto Secretaria de Educação, está aberto para isso.

Foi apontado aqui, dentro da pauta que vocês colocaram, garantir os recursos para transporte escolar do ensino médio, que é a questão do segundo grau. E isso agora é possível através do Fundeb. Antes o Fundef, que era somente para o ensino fundamental, não abria possibilidade de que a gente conseguisse financiar o transporte escolar para o aluno do ensino médio. Era sempre aquela história de usar um ônibus que, através do ensino fundamental, chamava os alunos maiores.

A questão da escolarização da mulher camponesa - e aí eu não sei se estão falando da parte da educação básica, da questão do ensino médio e do ensino fundamental, se estão falando de jovens e de adultos ou se estão falando de formação profissional, mas isso é algo que a Secretaria também está aberta para fazer esse debate.

Aqui rever a responsabilidade do Estado com relação à educação infantil: existe, sim, a questão da municipalização da educação infantil! Então isso é algo que teríamos que estar vendo de que forma está sendo encaminhado, mas é uma responsabilidade constitucional do município.

Ampliar os serviços de ensino fundamental em período integral, é a questão aqui da escola em período integral que é falado. Acho que esse é um projeto nacional que vem do governo federal e que a gente precisa melhorar dentro do nosso Estado. Nós temos algumas experiências, mas precisam realmente ser implementadas e melhoradas.

Incluirmos currículos escolares, a questão de gênero, a questão de relações humanas, isso é algo que se eu for falar dentro da área da Pedagogia, eu vou dizer que isso está contido dentro do próprio currículo, os programas curriculares já têm essa obrigatoriedade de estar lidando com isso. É óbvio que talvez nós tenhamos que chamar um pouco mais atenção nessas questões. Se nós dissermos que vamos criar uma disciplina - se vocês me perguntarem quanto à área da Pedagogia, eu vou dizer: não, eu não concordo com isso porque eu não tenho que criar mais uma gaveta dentro da educação básica.

Esse é o conteúdo para estarmos discutindo em todas as disciplinas, em todo o conteúdo de formação integral desse jovem, desse adulto que está dentro das nossas escolas, principalmente dentro das escolas públicas, que é dessa que a gente fala e é essa que a gente quer melhorar.

Eu acho que ainda têm pessoas que querem discutir mais alguma coisa e a gente está à disposição, deputada.

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ana Paula Lima) - Obrigada, Edna. Agora eu passo a palavra para a senhora Arlene, que está aqui representando a Secretaria da Saúde.

A SRA. MARIA ARLENE PAGANI - Boa-tarde a todas. Na verdade, não houve nenhum questionamento para mim, mas eu fui designada pela nossa diretora-geral, senhora Carmen Zanotto, para dar uma resposta às reivindicações de vocês que chegaram para nós no ano passado.

Em maio do ano passado, a gerência da qual eu pertenço, que é a Gerência de Atenção Básica, em que está contido o Programa de Atenção à Saúde da Mulher, recebeu as reivindicações de vocês e nós respondemos ao governador. Veio uma solicitação formal dele, dos itens que vocês solicitavam para que nós ajudássemos a melhorar, a qualificar pessoas dentro do movimento para trabalhar as questões de saúde.

Então, o que eu trago para vocês é que nós demos uma reposta no ano passado a esse questionamento - e eu vou ser bem sucinta -, e o que nós respondemos foi o seguinte: (E aí se vocês tiverem algum questionamento em relação a isso, eu também estou à disposição.) Com relação específica à solicitação do Movimento de Mulheres Campesinas, com relação à saúde, nós respondemos que o Estado de Santa Catarina tem 65% da sua população atendida pela estratégia de saúde da família.

É responsável essa estratégia de saúde da família, as equipes da saúde da família, pela atenção básica de saúde no município e que, portanto, essas ações estão sob a responsabilidade do gestor municipal.

Nós somos 293 municípios no Estado. Temos em todos, pelo menos, uma equipe do Saúde da Família. Então, somos 65% da população coberta pela estratégia; temos, pelo menos, uma equipe em cada município. Não é o ideal, mas é o possível. E essa cobrança vocês têm que fazer ao gestor de saúde de vocês, para que as equipes do Saúde da Família cumpram o que é determinado: que o médico cumpra as suas oito horas, que visite mensalmente a casa de vocês, e que os agentes comunitários sejam os portadores das necessidades de vocês.

Essa é a primeira resposta que a gente tem. E nós, da Secretaria de Estado, temos a responsabilidade de capacitar, de monitorar e de avaliar as ações executadas pela estratégia de Saúde da Família nos municípios - isso em consonância com o que preconiza a política nacional.

É claro que temos bastantes deficiências; é claro que a estratégia de Saúde da Família não consegue abranger tudo o que a população precisa, especialmente o que vocês precisam, mas a gente vem tentando melhorar, qualificar as equipes para um olhar maior, uma qualificação maior de toda a atenção, desde a gestação até o climatério, desde a criança, a vacinação básica, até as doenças endêmicas que a gente tem.

Então, se não estamos melhores é porque ainda não conseguimos. Eu sou uma defensora do SUS, acredito nele, acho que a gente não pode mais ficar no discurso de dizer que o SUS é um adolescente porque tem apenas 15 anos. Creio que se formos analisar concretamente, desprovidos de algumas questões, veremos que avançamos em alguma coisa.

A estratégia de Saúde da Família é um avanço no nosso país. O médico do Saúde da Família está lá e vocês têm que fiscalizar. Vocês, através do controle social, do Movimento de Mulheres, do movimento sindical, vão poder participar dos conselhos municipais. Vocês podem cobrar a efetividade desse atendimento, não só do médico como também do enfermeiro e dos agentes comunitários de saúde, que são o elo do setor saúde com vocês.

Agora, a gente precisa avançar, sim. Avançar em quê? Nós precisamos avançar na saúde das mulheres rurais, das mulheres camponesas, das mulheres negras, das mulheres lésbicas, das mulheres com deficiência, da mulher idosa, porque ainda tem uma política que precisa ser implementada. Mas já temos bastante avanço, temos trabalhado fortemente na questão da violência contra a mulher, com a estruturação de redes de atendimento - temos redes de atendimento a mulheres vítimas de violência em onze municípios do Estado, e em dois deles elas são regionalizadas, São José, que atende toda a região da Grande Florianópolis, e Chapecó, e estamos propondo, para 2008, a estruturação de mais nove redes.

A gente também tem ampliado bastante na questão das maternidades, orientando e checando o acompanhamento da mulher pelo seu parceiro, pelo seu companheiro, pelo seu marido, não só na entrada e no pós-parto, mas também no parto. A gente vem tentando fazer cumprir a Lei do Acompanhante.

A gente vem trabalhando a questão dos óbitos maternos. A investigação de todos os óbitos maternos é obrigação nossa; temos que retornar aos municípios onde essas mortes ocorreram e ver se poderiam ou não ser evitadas. Por isso, temos os comitês regionais e os comitês municipais.

Então isso tudo a gente elencou como questões em que a gente vem avançando. Falta-nos, com certeza, trazer a participação maior de vocês, que é uma reivindicação. Capacitá-las para também trabalhar, provavelmente nos conselhos municipais, no melhor atendimento e num melhor gerenciamento das questões relativas à saúde.

Com relação à medicação que aquela senhora falou, eu gostaria depois de poder falar em particular com ela, porque com relação à assistência farmacêutica não estava na pauta e eu não trouxe, não tenho nenhuma resposta se não ouvir o que ela realmente tem para perguntar.

Eu estou à disposição. Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ana Paula Lima) - Obrigada à Edna e à Arlene.

Bem, nós temos um prazo aqui no Tribunal, mas tem ainda uma pessoa que quer usar da palavra, que é o presidente do Sindicato.

Peço seja breve, porque temos uma série de encaminhamentos que foram tirados desta audiência pública e precisamos votar, principalmente as duas moções e outros encaminhamentos que foram relatados aqui.

Com a palavra o Mário.

O SR. MÁRIO ANTÔNIO DA SILVA - Certo, deputada, quinze minutos são suficientes. *(Risos.)*

Gostaria de saudar a deputada Ana Paula Lima, proponente desta audiência, os demais membros da mesa, a companheira Schirlei, a Carmem, o deputado Pedro Uczai.

Eu gostaria também de falar em nome das mulheres do nosso sindicato, pois hoje mais de 50% dos componentes da direção são mulheres *(palmas.)*, e aqui estender essa felicitação à companheira Maria Cláudia, nossa secretária-geral, que está presente.

Quero dizer que lamento profundamente a forma como o governo trata uma audiência pública como esta. Vejam bem: há mais de quinze dias, pelo que sei, foi marcada esta audiência. Por que não a parte governamental se organizar para ficar aqui até meia-noite se for preciso? Até porque trabalhadoras como vocês, guerreiras que vieram de vários cantos do Estado, merecem toda a consideração e respeito deste governo.

A terra de Anita Garibaldi, a terra de Antonieta de Barros, a terra de Santa Catarina, que dá o nome a este Estado, não são respeitadas. Precisamos resgatar isso! Com todo o respeito às representantes do governo, por que não vieram os titulares? Por que não veio aqui o governador? *(Palmas.)*

Existe uma blindagem muito grande neste governo, ninguém chega ao governador. Nós não conseguimos negociar com o governador. Servidores públicos não têm acesso ao governador, é só secretário. Por quê? Porque secretário não decide, secretário não toma posição! E tem mais uma, muito mais grave: o conselho gestor do governo é composto só por homens. Vocês já viram o grupo de articulação do governo ter alguma mulher? O representante do governo pode confirmar, não existe! Aí não é discriminação pura e simples das mulheres?! Então, qual é a razão?

Nós temos aqui, citado pelos representantes do governo que nós queríamos ouvir, e a gente veio aqui também para ouvir, prestigiar este ato, a pauta de vocês contempla toda a luta dos urbanos, dos sindicatos dos servidores públicos... E precisamos fazer uma pauta única, uma agenda positiva neste Estado das lutas sociais, acabar com a discriminação, com a criminalização dos movimentos. Isso tudo é papel nosso, e temos que fazer esse enfrentamento, cedo ou tarde.

Se o governo fosse do sexo feminino, com certeza estaria aqui, porque teria a sensibilidade, porque vocês, mulheres, têm sensibilidade. *(Palmas.)*

Então, a homenagem a vocês neste dia não é só por este dia, mas por todos os dias. Nós somos gerados por mulheres, somos filhos de vocês, precisamos respeitar isso dia-a-dia. Este governo sabe que no ano passado teve uma pauta e que este ano tinha de novo. Por que não organizar o governo e vir receber?! O governador deveria estar aqui ouvindo todo mundo, as críticas e as não-críticas. E vocês ouviram bem quais foram as lamentações das secretárias aqui, que agora não estão mais presentes: que não tem verba, que não tem orçamento. Por que não tem orçamento? O orçamento do governo só para este ano, de Comunicação, é superior ao das seis secretarias. É muito maior do que das Secretarias da Agricultura, da Saúde, da Educação, enfim, do que das outras secretarias! Todos os secretários aqui hoje poderiam dizer: companheiros, o governo hoje está assinando o compromisso assumido no mês anterior. Por que não? Ele não seria aplaudido? Seria! Por que o Sinte está em greve, que deliberou ontem? Porque o governo não cumpre com a palavra assumida, o governador não recebe entidade alguma! Ele recebeu vocês?

(*Manifestação da plenária: "Não!"*)

Não recebeu! Esse "não" já diz tudo!

Então, qual é a razão central deste governo? Começar assumir o seu compromisso de governante, de gestor público e receber todas as entidades, não apenas grupos empresariais. Ele está sempre em coquetéis, sempre viajando e para nós não tem agenda. Para nós nunca tem agenda! Os movimentos populares do campo e da cidade precisam derrubar essas barreiras e é para isso que nós estamos aqui hoje, apoiando essa luta das mulheres, porque precisamos de vocês, assim como vocês precisam de nós. Juntos, vamos derrubar essas barreiras.

Obrigado, companheiros. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ana Paula Lima) - Obrigada, Mário.

Finalizando esta audiência pública, gostaria de dizer que vários encaminhamentos foram registrados aqui.

Primeiramente, vamos votar uma moção encaminhada pelas mulheres camponesas em repúdio ao Projeto de Lei nº 2.335/07 e, também, ao Projeto de Lei nº 268/07, de autorias da deputada federal Rose de Freitas, do Espírito Santo, e do deputado federal Eduardo, do Paraná.

Então, eu coloco em votação essa moção de repúdio.

Quem aprova, levante a mão.

Aprovada.

Essa moção será encaminhada também ao presidente da Câmara dos Deputados, senhor Arlindo Chinaglia, ao presidente do Senado Federal, senhor Garibaldi Alves Filho, ao presidente da República, senhor Luiz Inácio Lula da Silva, e, também, à senhora ministra da Casa Civil, Dilma Roussef.

A outra moção de repúdio, que já passou hoje pela manhã na Assembléia Legislativa, nós, deputados e deputadas, já votamos... Acho que nesta audiência pública vocês todos assinaram a lista de presença, que a gente encaminhará junto para a governadora do Estado do Rio Grande do Sul, senhora Yeda Crusius, e ao secretário de Segurança Pública pela violência praticada contra as mulheres e as crianças da Via Campesina.

Quem está de acordo, por favor, manifeste-se.

Aprovada. Ela, também, será encaminhada.

As outras questões que foram debatidas aqui, nós, parlamentares, encaminharemos ao governo do Estado e aos secretários de Estado, e cobraremos todos os dias, publicamente, a execução dessas reivindicações, não é Pedro? Colocar no Orçamento de 2009 os recursos para a pauta das mulheres urbanas, das mulheres camponesas com o recorte racial. E, também, convocar os secretários afins para implantarem e executarem o Orçamento Mulher, que foi aprovado no ano passado.

Também foi encaminhado à mesa - não sei se vamos aprovar aqui - um manifesto de repúdio ao governador Luiz Henrique por mais um ano não ter recebido os movimentos de mulheres de Santa Catarina. É isso?

(*Manifestação favorável da plenária.*)

(A senhora Zenaide Colet manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

Zenaide, então vocês foram recebidas ontem por diversos secretários, pela senhora Vera Teixeira, que também se manifestou, não é? Vocês estão dando mais um voto de confiança ao governo do Estado, é isso?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. EDNA CORREA BATISTOTI - Peço a palavra, senhora deputada.

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ana Paula Lima) - Pois não.

A SRA. EDNA CORREA BATISTOTI - Eu não sei se a senhora participou ontem da reunião, mas o que foi acordado, os encaminhamentos que foram dados, é que a Associação das Mulheres encaminhará à Coordenadoria Estadual da Mulher uma nominata da Comissão. Eu vou acompanhá-las em todas as secretarias...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

Em relação ao projeto de construção das cisternas, ontem à tarde mesmo já fizemos uma pequena reunião. Não é a minha área, mas junto com o diretor-geral da Epagri está sendo vista a possibilidade de usar o Projeto Microbacias, esse financiamento a fundo perdido - ontem foi muito bem debatido isso. Foram feitos esses encaminhamentos e eu me comprometi, como coordenadora, a acompanhá-las em todas as audiências; inclusive, a colega da Secretaria da Educação vai me passar um material que encaminharei à Associação, que marcará uma data para virmos aqui para ver alguns encaminhamentos - por sinal, muitos já estão sendo contemplados.

A SRA. CARMEM MUNARINI - Eu queria falar um pouquinho sobre essa questão, só para entendermos melhor.

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ana Paula Lima) - Pois não.

A SRA. CARMEM MUNARINI - Ontem eu estava junto e o projeto das plantas medicinais foi entregue à Secretaria da Saúde para eles olharem, já que não tinham conhecimento. Então, eles só vão dar o parecer depois que avaliar os projetos. Temos que dar um tempo para eles para depois conversarmos. Temos que construir juntos, senão não vai acontecer nada.

A outra questão é o projeto das cisternas. Ficou para darem uma olhada na Epagri. O secretário da Agricultura não tinha conhecimento, assim como a Epagri, então, como eles poderiam dar um parecer? É um projeto! Tem que ler, estudar! Eles ficaram também de dar um prazo, dia 29 de abril.

Então, até 29 de abril, companheiras! Para este ano, não tem mais recurso nenhum, porque até 29 de abriu ele extrapola todas as datas para encaminharmos. Por esse motivo, temos que ter as pernas boas para poder caminhar muito ainda atrás disso.

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ana Paula Lima) - Eu acho que entendi as duas posições. Uma posição, que mandaram para a mesa, é um manifesto de repúdio ao governador do Estado por não receber as mulheres. É isso?

(Manifestação favorável da plenária.)

Este é o segundo ano que vocês estão em Florianópolis e não foram recebidas pelo governante do Estado. Foram recebidas pelos secretários, mas queriam ser recebidas pelo governador.

A SRA. ZENAIDE COLET - Quero salientar que fomos recebidas pelos secretários, mas queremos que de fato seja... Um trabalho este ano, para que, após as eleições, esse projeto possa ser implementado, porque senão estaremos aqui em 8 de março do ano que vem, será a terceira vez. Isso precisa ter um andamento.

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ana Paula Lima) - Vamos votar, então.

Um dos encaminhamentos é um manifesto de repúdio ao governador Luiz Henrique por mais um ano não ter recebido os movimentos de mulheres do Estado de Santa Catarina.

Quem concorda, levante a mão.

Está aprovado.

O segundo é um pedido de informação ao governador sobre quais encaminhamentos estão sendo dados a respeito do pacto assinado das políticas para as mulheres de Santa Catarina, que é a pauta de reivindicação de vocês. É isso?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Eu acho que poderia ser acrescentado...

A SRA. EDNA CORREA BATISTOTI - Eu acho que não é isso. São os encaminhamentos que foram feitos a partir da reunião que fizemos ontem.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - E qual o prazo para executar a pauta no exercício de 2008. É isso, não é?

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ana Paula Lima) - O deputado Pedro encaminhará essa votação.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Mais ou menos concilia essa questão com o que a Zenaide falou: que no exercício de 2008, independentemente a eleição municipal, seja cumprida a pauta de reivindicação das mulheres camponesas e urbanas. Foi o que entendi, porque em 2009 já vem outra pauta.

A SRA. EDNA CORREA BATISTOTI - Deputado Pedro, eu gostaria de fazer um esclarecimento com relação à sua colocação. Na realidade, ontem foi feito um encaminhamento para resposta das reivindicações...

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Para o dia 29 de abril.

A SRA. EDNA CORREA BATISTOTI - Como?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Para o dia 29 de abril. É isso?

A SRA. EDNA CORREA BATISTOTI - A reunião com o pessoal da Epagri.

(manifestação fora do microfone. Inaudível.)

Mas estamos dependendo de um detalhamento das reivindicações. Certo?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - A sua preocupação está correta, mas vamos ver se ficou claro isso que foi colocado aqui: que neste ano seja cumprida a pauta apresentada pelo Movimento ao governo do Estado.

Esta é uma decisão política. Se o governo vai fazer e quando vai fazer... Abril, maio, junho, julho, outubro, novembro, dezembro... Ajudar a discutir esse cronograma com vocês, mas que no exercício de 2008 se execute a pauta de reivindicação apresentada pelo Movimento de Mulheres. É isso? *(Palmas da plenária.)*

Então, levante a mão quem concorda.

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ana Paula Lima) - Estão aprovadas as três moções e um encaminhamento.

Passo a palavra à Schirlei, para as considerações finais.

A SRA. SCHIRLEI AZEVEDO RIBEIRO - Eu gostaria só de desejar a todas uma boa viagem e que a gente possa se abraçar rapidinho novamente. Vamos ficar em comunicação, porque a luta, como já percebemos, é de todas nós, agora fortalecida ainda mais com os sindicatos. Quem sabe no ano que vem teremos mais pautas, não só a pauta do ano passado.

Quero dizer que estamos saindo daqui vitoriosas, sim, as guerreiras de sempre, e poderosas. Que no retorno às nossas casas não esqueçamos que dia 8 ainda estamos nas ruas para gritar que é o Dia Internacional da Mulher, por resistência e luta.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ana Paula Lima) - Eu gostaria de agradecer ao deputado Pedro; à Vera Teixeira, da Coordenadoria da Mulher; à Edna, da Secretaria da Educação; à Maria Arlene e às deputadas que compareceram, mas, principalmente, a cada uma de vocês, porque essa luta não termina aqui. Nós podemos perder uma batalha, mas a guerra não está terminada.

Parabéns à Schirlei, que representa aqui o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Urbanas; à Carminha; à Noeli e a todas as mulheres agriculturas que estão na capital do Estado de Santa Catarina há três dias.

Quero dizer que vocês não estão sozinhas nesse movimento, nessa luta. Nós, parlamentares, vamos cobrar diariamente a execução dessas demandas, porque são muito mais do que justas, é um dever do Estado. Nós estamos na luta pela vida!

Muito obrigada a todas. Bom retorno.

Está encerrada a audiência pública.

DEPUTADA ADA DE LUCA
PRESIDENTE

*** X X X ***

ATA DA PROCURADORIA

Fábio Magalhães Furlan - Procurador Presidente
Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 1639ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de abril do ano de dois mil e oito, as quatorze horas, sob a presidência do procurador-geral, Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembléia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1639ª sessão ordinária. Presentes: Doutores Anselmo Inácio Klein, Maria Margarida Bittencourt Ramos, Luiz Alberto Seccon, Paulo Henrique Rocha Faria Junior, José Buzzi, Nazarildo Tancredo Knabben, Fausto Brasil Gonçalves, Sérgio Augusto Machado e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior, o procurador-geral deu conhecimento ao colegiado do Ofício nº. 177/2008/27ªPJC, de 25/03/08, interessado: Durval da Silva Amorim - Promotor de Justiça, "arquivamento no procedimento administrativo preliminar nº. 139/2006/27ªPJC". 1) Em regime de vista: Processo n.º 2348/07, de Rosa Maria Spritze, relator Dr. Anselmo Inácio Klein, aprovado por maioria pelo indeferimento, voto vista do Dr. Luiz Alberto Seccon. 2) Relatoria do Dr. Anselmo Inácio Klein, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo n.º 0431/08, de Edson Knapp; Processo n.º 0432/08, de Ana Maria Maia Ramos e Consulta - Of. CL n.º 101/08 de 25/03/08, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Convênio - Centro de Idiomas Gama D'Eça". 3) Relatoria da Drª. Maria Margarida Bittencourt Ramos, aprovado parecer pelo indeferimento do Processo n.º 0271/08, de Luiza Doin Vieira. Continuando, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo n.º 0330/08, de Raul José Lummertz Filho; Processo n.º 0334/08, de Mari Ângela Pauli; Processo n.º 0440/08, de Rose Meri Benedet; Processo n.º 0441/08, de Neusa da Silva Mattos; Correspondência de 26/03/08, interessado: Mário Carvalho e Silva Garcia, Engenheiro Civil, servidor da Prefeitura Municipal de Florianópolis "requer informações valores remuneração dos Deputados Estaduais de Santa Catarina entre dezembro de 1992 e dezembro de 2000". Continuando, a relatora deu conhecimento do parecer exarado na Consulta - Of. CL n.º 098/08 de 25/03/08, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Protocolo Intenções entre a ALESC e TRE/SC". 4) Relatoria do Dr. Luiz Alberto Seccon, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo n.º 0374/08, de Sérgio Ney Sant'Ana; Processo n.º 0369/08, de Iracema Verginia Martins e Consulta - Of. CL n.º 109/08 de 28/03/08, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Estande Feira da Esperança". Retirado de pauta, com pedido de vista do Dr. José Buzzi, Ofício nº. 003/08/OI/SC, de 28/03/08, interessado: Deputada Odete de Jesus "disponibilizar um computador e uma impressora para a UNALE". 5) Relatoria do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Júnior, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo n.º 0444/08, de Adilor Guglielmi; Processo n.º 0438/08, de Bernadete Carlessi; Processo nº. 0342/08, de Altemir Bez. Aprovados pareceres pelo indeferimento: Of. n.º PL/025/2008 de 12/03/08, Interessado: Caetano Pedro Costa - Presidente da Câmara Municipal de Içara "solicitação de todas as entidades de Içara que foram contempladas pela ALESC de 2005 a 2007" e Of. n.º 17/2008-PL de 12/03/08, Interessado: Casemiro Golombiescki Junior - Presidente da Câmara Municipal de Cocal do Sul "informações sobre recursos recebidos pela Associação Beneficente e do Amparo ao Menor Carente e Adolescente de Cocal do Sul - AMPARAR". 6) Relatoria do Dr. José Buzzi, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo n.º 0433/08, de Sânia Barreto Perfeito e Processo n.º 0435/08, de Vâneo Niehues. Parecer aprovado por maioria, Of. n.º 049/2008 de 19/03/08, Interessado: Deputado Estadual Sargento Amauri Soares "solicita relação das Entidades do Município de Içara que receberam subvenção social da ALESC de 2005 a 2007". 7) Relatoria do Dr. Nazarildo Tancredo Knabben, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo n.º 0436/08, de Silmara Quintão da Silveira; Processo n.º 0357/08, de Anselmo Inácio Klein; Processo n.º 0385/08, de Flávia Maria de Souza Godin de Oliveira; Processo n.º 0305/08, de Pedro Ideraldo Sampaio e Processo n.º 0339/08, de Juarez José Tortato. 8) Relatoria do Dr. Fausto Brasil Gonçalves, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo n.º 0439/08, de Afonso Prates da Silva Junior; Processo n.º 0443/08, de Rejani Mari Paludo; Consulta - Of. CL n.º 108/08 de 28/03/08, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Protocolo de Intenções - IBC" e Of. n.º 12/08/CECCON de 26/03/08, Interessado: Gercino Gerson Gomes Neto - Procurador-Geral de Justiça "análise de constitucionalidade do art. 2º da Lei estadual nº. 14.246/07". 9) Relatoria do Dr. Sérgio Augusto Machado, aprovados pareceres, por unanimidade, aos processos: Processo n.º 0384/08, de Clêo Fátima Manfrini; Processo n.º 0437/08, de Rita de Cássia Althoff Coutinho e Processo n.º 0414/08, de Zany Estael Leite, sendo este último com aditamento do Dr. Paulo Henrique Faria Junior, acompanhado pela maioria. 10) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, aprovados pareceres, por unanimidade, aos processos: Processo n.º 0434/08, de Paulo da Silva Pacheco e Processo n.º 0442/08, de Maria José Werner Salles. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada a sessão, convocando outra, ordinária, para o próximo dia nove (09) de abril. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presentes. Sala das Sessões, em 02 de abril de 2008.

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que fará realizar no dia 08 de abril de 2008, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - n.º 007/2008, destinado a **AQUISIÇÃO DE 04 (QUATRO) IMPRESSORAS BRAILLE,** conforme especificações do Edital. Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 10:00 h do dia 08 de abril de 2008.

O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 035 no Anexo da ALESC e na página da ALESC na internet (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 24 de março de 2008.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

EXTRATO

Extrato CL N.º 039/2008

REFERENTE: Contrato CL n.º 016/2008, celebrado em 31/03/2008.
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Design Móveis e Decorações Ltda. - EPP.
OBJETO: aquisição de mobiliários diversos, com instalação e montagem no local, todos da marca DESIGN MÓVEIS, de acordo com as especificações constantes dos lotes n.º 01 e 04 do Edital, seus anexos, projetos e, com as condições propostas no Contrato.
VALOR GLOBAL: R$ 140.500,00 (cento e quarenta mil e quinhentos reais).
VIGÊNCIA: compreendida entre a data da assinatura do Contrato, data 31/03/2008, até o recebimento definitivo do objeto, estendidos seus efeitos até o decurso do prazo de garantia do mesmo.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93; Edital de Pregão Presencial CL nº 004/2008, e Autorização para Processo Licitatório n.º 0059/2008, partes integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe.
Florianópolis, 31 de março de 2008.
Deputado Julio Garcia - Presidente ALESC
Pedro Manoel Filho - Design Móveis

*** X X X ***

OFÍCIOS

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Of. CCJ. nº 083/2008 Florianópolis, 03 de abril de 2008
Excelentíssimo Senhor
Deputado JULIO GARCIA
Digníssimo Presidente do Poder Legislativo Catarinense
Nesta Casa

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, informamos que esta Comissão na reunião do dia 04 de março, decidiu pela realização de audiência pública, conjunta com as Comissões de Finanças e Tributação e Trabalho, Administração e Serviço Público, para debater a organização do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina - IPREV (PLC/0050.6/2007), conforme calendário a seguir:

Dia 14/04 - Florianópolis - 8h30
Dia 15/04 - São Miguel D'Oeste - 15h
Dia 16/04 - Chapecó - 9h
Dia 16/04 - Joaçaba - 19h30
Dia 28/04 - Criciúma - 9h
Dia 28/04 - Lages - 19h
Dia 29/04 - Rio do Sul - 10h
Dia 29/04 - Blumenau - 19h
Dia 30/04 - Joinville - 14h

Diante do exposto solicitamos a Vossa Excelência que suspenda as Sessões Plenárias nestas duas semanas em que acontecerão as Audiências, devido ao interesse dos Senhores Parlamentares em acompanharem as mesmas.

Sendo o que se apresenta para o momento aproveitamos a oportunidade para externar votos de apreço e consideração.

Atenciosamente,
Deputado Romildo Titon
Presidente da CCJ
Deputado Jorginho Mello
Presidente da CFT
Deputado Jean Kuhlmann
Presidente da CTASP

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 024/08

SOCIEDADE PAVILHÃO DA CARIDADE
CENTRO EDUCACIONAL INFANTIL MARIA OFÉLIA GUIMARÃES
OF. Nº 10/08

Joinville, 28 de março de 2008.

À
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
FLORIANÓPOLIS - SC

Excelentíssimos Senhores,

Com os nossos cordiais cumprimentos, segue em apenso, o Relatório de Atividades referente ao ano de 2007, bem como, o Balanço de Receitas e Despesas.

Sendo o que tínhamos para o momento, agradecemos, elevando os nossos sinceros votos de estima e apreço.

Atenciosamente.
EVELISE CRISTIANE PINHEIRO ROECKER
COORDENADORA GERAL

Lido no Expediente
Sessão de 08/04/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 025/08

ADIJO - ASSOCIAÇÃO DOS DIABÉTICOS DE JOINVILLE

Joinville/SC, 26 de março de 2008.

À
Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Rua: Dr. Jorge Luiz Fontes nº 310
CEP: 880920 - 900
Florianópolis - SC

ENCAMINHAMENTO DE DOCUMENTO

Prezados Senhores,

ADIJO - Associação dos Diabéticos de Joinville, vem através desta encaminhar os documentos abaixo citados para análise e providência.

1) - Relatório das atividades do ano de 2007.
2) - Cronograma de atividades para o ano 2008.
3) - Balanço patrimonial exercício de 2007.

Atenciosamente.
Roni Schiochet
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 08/04/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 026/08

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO BAIRRO ITINGA
OF. 14/2008
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Joinville, 28 de março de 2008.

Senhores:

Apresentamos o Relatório de Atividades de 2007, circunstanciado dos serviços que foram prestados a coletividade, bem como o relatório financeiro, atestando o pleno funcionamento da AMORABI - Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Itinga.

Atenciosamente.
Sérgio Aristides Corrente
Presidente da Amorabi

Lido no Expediente
Sessão de 08/04/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 027/08

AARPN Associação de Apoio à Reabilitação

Relatório Quantitativo e Qualitativo de atividades desenvolvidas pela AARPN ano 2007

Neste ano foram desenvolvidas as seguintes ações abaixo descritas:

Oficina de Montagem e embalagem de peças (contra turno da escola)

Para 05 jovens com necessidades especiais.
Horários de funcionamento das 13:30 às 17:30 horas
1 vez na semana, com duração de 2 horas, com duração de 11 meses.
Desta oficina foram colocados no mercado de trabalho 05 jovens capacitados para área de produção e serviços.

Oficina de informática (contra turno da escola)

2 turmas, com 4 alunos em cada turma, aulas 2 vezes na semana com duração de 2 horas cada aula. Uma turma ser de deficientes físicos, outra de deficientes mentais leves e outra de deficiente auditivo. Conteúdo programático será aprendizado sobre como é o computador, como se liga, desliga, qual os programas a serem utilizados e de que forma.
Duração de 6 meses.

Oficina de Cartões (contra turno da escola)

Nesta Oficina foram realizadas a confecção de cartões páginas, os alunos utilizaram papéis e papelões reciclados para recortarem e fazer o cartão de vários tamanhos e formatos, utilizarão o computador para imprimir dizeres e gravuras, também.
Utilizaram lápis de cor, giz de cera, canetas de diversos tipos, tintas de diversos tipos e cores, envelopes e embalagens plásticas. 08 alunos participaram.

Curso de Artes Visuais em produção (Oficina de Pintura em tela)

Oferecida a 03 jovens com necessidades especiais, 1 turma.
Realizada 2 vezes na semana, em oficinas de 2 horas, número de 11 alunos em cada turma, totalizando um número de 20 alunos, com duração de 11 meses.
Os jovens que na qual participaram deste passaram a ter uma visão melhor sobre o mundo do trabalho, e um maior interesse pelo trabalho produtivo. Projeto por AVIZ materiais de construção.
Foi realizado um total de 25 orientações profissionais e 96 atendimentos de terapia ocupacional, tendo como resultado uma maior independência dos usuários nas Atividades da vida diária e vida prática.
Trabalho de inclusão de pessoas com deficiência Colégio Conselheiro Mafra 360 horas utilizada em dinâmica com alunos, pais e professores.
Palestras nas empresas com o título colocação no trabalho de pessoas com deficiência, apresentação de resultado de pesquisa realizada com empresas e pessoas com deficiência sobre mercado de trabalho, discriminação e sistema de cotas. Total 325 horas.
01 comunicação oral sobre resultado de pesquisa colocação no trabalho de pessoas com deficiência I Congresso de Psicologia de Joinville.
Avaliação e cadastramento para o trabalho 29 cadastrados
Encaminhamento para entrevistas em empresas 62
Colocações e acompanhamentos na empresa 04

André Luiz Brenneisen
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 08/04/08

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 086/08

Dispõe sobre a criação do Programa ADOTE UM LEITO, que visa a adoção de Leitos Hospitalares por pessoas jurídicas na rede estadual de saúde pública.

Art. 1º Fica criado o Programa ADOTE UM LEITO que institui a adoção de leitos hospitalares, vinculado à Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 2º O programa consiste na adoção por pessoa jurídica de direito privado nacional e internacional, de um ou mais leitos da rede pública hospitalar do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º A adoção de leitos hospitalares dar-se-á através de doações em espécie e, ou em produtos a serem realizadas mediante levantamento de custos gerais de uma enfermaria.

Parágrafo 1º - Os custos serão definidos pela somatória das despesas, dividindo-se pelo número total de leitos existentes na unidade de saúde, obtendo-se assim o valor de cada COTA/LEITO.

Parágrafo 2º - A menor parcela para o patrocínio é a cota/leito, que engloba toda a estrutura necessária para sua operacionalização.

Art. 4º Os adotantes poderão ter suas marcas expostas em locais de fácil visualização nas unidades estaduais de saúde, a título de conhecimento público.

Art. 5º Ficam autorizadas as unidades de saúde a firmarem contrato de vigência da adoção com a adotante.

Parágrafo único - O período de vigência do contrato será no mínimo de seis meses.

Art. 6º Os adotantes poderão utilizar espaços internos e externos dos prédios das unidades de saúde para uso publicitário, proporcionais às cotas/leitos adotadas, conforme regulamentos.

Parágrafo único - Fica vedado à cessão de espaços para divulgação de que trata o *caput* deste artigo às empresas que comercializem produtos tabagistas, bebidas alcoólicas, artigos eróticos, armas de fogo, marcas de empresas que incitam a violência e marcas de empresas ou produtos alimentícios percebidos como não saudáveis ou com propriedades nutricionais baixas, de acordo com regulamentos.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04 de março de 2008.

Deputado Manoel Mota

Líder da Bancada do PMDB

Lido no Expediente
Sessão de 08/04/08

JUSTIFICAÇÃO

A presente propositura busca não somente fomentar os investimentos na saúde pública catarinense, mas ir além e estabelecer critérios para que as parcerias entre o poder público e as empresas privadas sejam estabelecidas de forma criteriosa, para que sejam gerados benefícios para todas as partes envolvidas: poder público, sociedade e iniciativa privada.

Faz-se imperativo em políticas públicas modernas, a abertura regrada de espaços para realização de parcerias com a iniciativa privada, que ofereçam um impacto positivo direto à população do Estado, fazendo com que recursos públicos possam abranger a cada vez mais pessoas com qualidade e respeito aos seus direitos constitucionais.

Partindo dessas premissas, tenho a honra de submeter ao exame e consideração dessa Casa legislativa o presente Projeto de Lei, solicitando o apoio dos nobres colegas para sua aprovação.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 087/08

Autoriza o Governo do Estado a instituir o programa "Santa Catarina Agradece"

Art. 1º Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação, a criar o Programa "Santa Catarina Agradece", que tem por objetivo reservar 3% (três por cento) das moradias populares entregues pelo Governo do Estado de Santa Catarina, para empregadas domésticas que, comprovem o exercício da referida função, por pelo menos 5 (cinco) anos.

Parágrafo único. A beneficiária do programa, a que se refere o *caput*, não poderá ser proprietária de outro imóvel no Estado.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento vigente.

Art. 3º A presente lei deverá ser regulamentada 90 (noventa) dias após sua publicação.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Odete de Jesus

Partido Republicano Brasileiro - PRB/SC

Lido no Expediente
Sessão de 08/04/08

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

A presente proposta legislativa, visa mais uma vez oportunizar ao Governo do Estado por meio da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação, criar o Programa "Santa Catarina Agradece", tem por objetivo reservar 3% (três por cento) das moradias populares entregues pelo Governo catarinense, para empregadas domésticas que, comprovem o exercício da referida função, por pelo menos 5 (cinco) anos.

Quem de nós não dependeu na infância de empregadas domésticas? Quem de nós, como profissional, não dependeu e ainda depende dos seus serviços? Será que não lembramos, ou talvez já tenhamos esquecido, dos dias que passamos ao lado delas, ou das incontáveis horas que deixamos, a elas, o cuidado de nossos filhos? Será que, realmente, já refletimos quanto à seriedade dos seus trabalhos?

O que mais satisfaria ao sonho de uma mulher, senão uma casa para bem cuidar de seus filhos?

Como disse Georges Pompidou, "não basta ser um grande homem, é preciso sê-lo no bom momento". Este é o momento, prezados senhores.

Nossa proposta uma vez aprovada autoriza ao Governo do Estado a oportunizar àquelas que sempre estiveram a margem da sociedade, não trata de 'doação' de casas, mas da 'destinação' de uma pequena parte delas às empregadas domésticas, pois, quando contempladas, aquelas arcariam, como qualquer outro premiado, com o pagamento das devidas prestações do imóvel adquirido.

O projeto "Santa Catarina Agradece" destina moradias às mulheres, trata-se de medida inédita, respeitosa e ao mesmo tempo gratificante.

Pelo acima exposto, considerando a relevância da matéria, submeto à elevada consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando ao final o acolhimento e a aprovação da matéria.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 088/08

Renumera o parágrafo único e acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 14.371, de 11 de fevereiro de 2008, que cria o serviço de investigação de crianças e adolescentes desaparecidos

Art. 1º Renumera parágrafo único e acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 14.371, de 11 de fevereiro de 2008, que cria o serviço de investigação de crianças e adolescentes desaparecidos, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º O serviço de que trata o *caput* será incumbido de centralizar o registro de ocorrências e de promover investigações e inquéritos policiais referentes a crianças e adolescentes desaparecidos no território do Estado, inclusive aqueles já instaurados.

§ 2º Será criado site oficial do Serviço de Investigação de Crianças e Adolescentes Desaparecidos - SECRIADE, com dados atualizados, onde poderá ser mantido parcerias com o Ministério Público de Santa Catarina e com o Conselho Estadual dos direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Odete de Jesus

Partido Republicano Brasileiro - PRB/SC

Lido no Expediente
Sessão de 08/04/08

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Nosso projeto de lei ora apresentado pretende renumerar o parágrafo único e acrescentar o parágrafo 2º ao artigo 1º da Lei nº da Lei nº 14.371, de 11 de fevereiro de 2008, que cria o serviço de investigação de crianças e adolescentes desaparecidos.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 11.259, em 30 de dezembro de 2005, que "Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para determinar investigação imediata em caso de desaparecimento de criança e adolescente". Com a nova legislação, os órgãos competentes devem comunicar o fato imediatamente a portos, aeroportos, polícias rodoviárias e companhias de transporte interestaduais e internacionais, fornecendo todos os dados necessários.

Neste sentido, ao ser criado um site oficial sobre o Serviço de Investigação de Crianças e Adolescentes Desaparecidos - SECRIADE, com dados atualizados, através de parcerias com o Ministério Público de Santa Catarina e com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, poderemos expandir este importante serviço, ao mesmo tempo em que oportunizaremos o acesso a toda população.

Conforme já amplamente divulgado na imprensa, no Brasil, ocorrem aproximadamente 40 mil casos de desaparecimento todos os anos, e de 10% a 15% permanecem por longo período desaparecidos ou jamais são encontrados.

Esse será um importante instrumento de divulgação e comunicação entre o poder público e a comunidade.

Assim, submeto à elevada consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando ao final o acolhimento e a aprovação da matéria.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 089/08

Declara de Utilidade Pública a Associação Mãos que Salvam Vidas - AMAVI, com sede no município de Tubarão.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Mãos que Salvam Vidas - AMAVI, com sede no município de Tubarão.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º "A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subseqüente, para o devido controle, sob pena de renovação da presente Lei, os seguintes documentos;

I. relatório anual de atividades;

II. declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III. cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV. balancete contábil."

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Genésio Goulart
Deputado

Lido no Expediente
Sessão de 08/04/08

JUSTIFICATIVA

Trazemos à consideração deste Parlamento proposta de Lei que visa declarar de utilidade pública a Associação Mãos que Salvam Vidas - AMAVI, com sede no município de Tubarão.

Com o fito de proporcionar a esta Casa a análise sobre os aspectos justificadores da concessão do "status" pretendido, em apenso acostamos os documentos de titularidade da entidade, notadamente para caracterizar o preenchimento dos requisitos insculpidos na legislação estadual de regência da espécie.

Trata-se de entidade sem fins econômicos e que visa, entre seus relevantes objetivos, desenvolver atividades voltadas à captação de recursos para a manutenção do Hospital Nossa Senhora da Conceição, estimular e desenvolver o pleno exercício da cidadania, visando à melhoria da qualidade de vida da população, bem como estimular e estabelecer parceria, diálogo e solidariedade entre os diferentes segmentos sociais.

Através de seus objetivos destacam-se as características peculiares ao alcance da pretensão em evidência.

Assim, por entendermos que a oportunização da declaração de utilidade pública ensejará em concretizar incentivo às condições de trabalho da entidade epigrafada, solicitamos aos nobres Pares deste Parlamento o acolhimento da presente proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 090/08

Declara de utilidade pública a Associação Recreativa e Esportiva Cuba, com sede no município de Porto Belo.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Recreativa e Esportiva Cuba, com sede no município de Porto Belo.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subseqüente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprido os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jorginho Mello

Lido no Expediente
Sessão de 08/04/08

JUSTIFICATIVA

Levo à consideração dos Senhores Deputados o projeto de lei que visa declarar de utilidade pública estadual a Associação Recreativa e Esportiva Cuba, com sede no município de Porto Belo.

Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 6 de julho de 1998, apolítica, autônoma, de direito privado, com prazo de duração indeterminado.

É uma associação de caráter cultural, esportiva e familiar que tem por finalidade prestar ampla assistência social e esportiva a todos os seus associados e familiares.

Assim, para dar prosseguimento a essas dignas ações de interesse público, faz-se necessário que a referida entidade seja reconhecida de utilidade pública estadual.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 091/08

Dispõe sobre o atendimento dos programas habitacionais de interesse social implementados pelo Poder Executivo Estadual

Artigo 1º Os programas habitacionais desenvolvidos pelo Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação e da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - COHAB deverão atender prioritariamente as famílias de baixa renda, garantindo-lhes o direito à moradia digna e sustentável, de forma integrada às demais políticas públicas de desenvolvimento urbano e inclusão social desenvolvidas pelo Poder Público.

§1º Para efeito da aplicação desta lei considera-se de baixa renda a família cuja renda familiar seja inferior a 5 (cinco) salários mínimos vigentes no Estado de Santa Catarina, e que não seja proprietária de outro imóvel, bem como as famílias moradoras de assentamentos habitacionais que apresentem condições precárias de habitabilidade, tais como favelas, cortiços, palafitas e áreas de risco.

§2º As famílias de baixa renda serão beneficiadas com a concessão de subsídio para aquisição de sua moradia, conforme normas estabelecidas em regulamento específico.

Artigo 2º As famílias cuja renda familiar esteja situada na faixa de 6 (seis) a 10 (dez) salários mínimos vigentes no Estado de Santa Catarina poderão ser atendidas por meio dos programas habitacionais desenvolvidos pelo Poder Executivo Estadual, desde que os recursos destinados ao atendimento desta demanda, independente de sua fonte de origem, não ultrapassem a 20% (vinte por cento) do orçamento total da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação e da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - COHAB.

Artigo 3º O atendimento das famílias de baixa renda por meio dos programas habitacionais de interesse social desenvolvidos pela Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação e da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - COHAB deverão priorizar as iniciativas voltadas à provisão de moradias ou a urbanização e melhoria:

I - de assentamentos habitacionais que apresentem condições precárias de habitabilidade, tais como favelas, cortiços, palafitas e áreas de risco;

II - através de regime de autogestão;

III - localizadas em áreas ou zonas habitacionais de interesse social, definidas por legislação municipal.

Artigo 4º Os conjuntos habitacionais implantados com recursos do Poder Executivo Estadual deverão atender às seguintes diretrizes:

I - observância dos princípios e normas estabelecidas pela legislação urbanística, em especial a Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade;

II - observância da legislação urbanística estadual e municipal, em especial o Plano Diretor de cada município, especificamente no que concerne às áreas prioritárias para adensamento e expansão urbana e capacidade da infra-estrutura urbana instalada e projetada, de forma a utilizar prioritariamente as áreas dotadas de infra-estrutura urbana não utilizadas ou subutilizadas;

III - inserção na malha urbana, bem como proximidade dos centros ou sub-centros urbanos e do sistema de transporte coletivo público;

IV - implantação de áreas de lazer, áreas verdes e de uso comum no interior do conjunto habitacional proporcionalmente ao número de famílias do referido conjunto.

Artigo 5º Para atender aos objetivos desta lei o Poder Executivo Estadual deverá buscar a integração com as políticas desenvolvidas pelo governo federal, bem como pelos governos municipais.

Artigo 6º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias e suplementadas se necessário.

Artigo 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Odete de Jesus
Partido Republicano Brasileiro - PRB/SC

Lido no Expediente
Sessão de 08/04/08

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

O déficit habitacional urbano no Estado de Santa Catarina é de 126.410 moradias, segundo dados da própria COHAB/SC (www.cohab.sc.gov.br) no ano de 1994, sendo distribuído por mesorregião: Oeste 36.967; Vale 21.665; Florianópolis 20.079; Serrana 17.771; Norte 16.034; Sul 13.894.

Em nosso estado muitas famílias ainda são excessivamente oneradas pelo aluguel, que coabitam uma moradia ou que moram em unidades habitacionais inadequadas.

Portanto, para o atendimento desta demanda é necessária a aplicação de recursos públicos combinada com uma política concreta de subsídios, que tornem a moradia acessível às famílias de baixa renda. Os recursos públicos por sua vez são limitados, sendo necessário para uma política de habitação de interesse social bem sucedida tanto a integração das políticas federais, estaduais e municipais de habitação, quanto a implementação de um conjunto de programas, que possam contemplar diferentes necessidades e realidades.

Assim, os investimentos da política habitacional do governo estadual devem certamente priorizar o atendimento da demanda das famílias de baixa renda.

Portanto, o projeto de lei ora apresentado vem ao encontro dos programas propostos pelo Executivo Estadual, onde priorizamos iniciativas voltadas à urbanização e melhoria dos assentamentos habitacionais que apresentem condições precárias de habitabilidade, tais como favelas, cortiços, palafitas e áreas de risco.

Além disso, tais programas deverão se coadunar com as diretrizes estabelecidas pela legislação urbanística, em especial o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor de cada município catarinense, onde houver, e buscar a integração com as políticas desenvolvidas pelo governo federal e municipal.

Tais diretrizes buscam principalmente garantir o atendimento da população que mais precisa de moradia em assentamentos habitacionais integrados à cidade e otimizar a aplicação dos recursos públicos, diminuindo assim efetivamente o déficit habitacional no Estado.

Pelo acima exposto, considerando a relevância da matéria, submeto à elevada consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando o acolhimento e aprovação da presente proposta legislativa.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 092/08

GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 599

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Fazenda, o projeto de lei que "Autoriza a alienação de ações de empresas de telecomunicações das quais o Estado, suas autarquias, fundações e empresas públicas, ativas ou extintas, sejam acionistas minoritários, e estabelece outras providências".

Florianópolis, 02 de abril de 2008

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado

Lido no Expediente
Sessão de 08/04/08

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
Florianópolis, 17 de dezembro de 2007.

Ao Governador do Estado
Dr. LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS nº 116/2007

Senhor Governador do Estado,

1. Com os meus cumprimentos, venho submeter à apreciação e aprovação de Vossa Excelência o anteprojeto de Lei que "*Autoriza a alienação de ações de empresas de telecomunicações das quais o Estado, suas autarquias, fundações e empresas públicas, ativas ou extintas, sejam acionistas minoritários, e dá outras providências.*"

2. O anteprojeto que ora apresento a Vossa Excelência decorreu de estudo efetuado no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda, em que ficou evidenciado que os órgãos e entidades estaduais são titulares de aproximadamente R$ 6.700.587,21 em ações, de empresas oriundas da cisão do antigo "Sistema Telebrás", sendo possível a sua alienação, nos termos do art. 17, inciso 11, alínea "c" da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, desde que, entre outros requisitos, haja autorização legislativa específica nesse sentido.

3. A proposta permite, ainda, na forma do art. 3º, que os Poderes Legislativo e Judiciário, bem como o Ministério Público e o Tribunal de Contas possam, a seu critério, adotar a medida prevista na presente Lei, revertendo para o respectivo órgão ou Poder, o produto da venda das ações que possuam na condição de acionistas minoritários.

4. Cumpre-me esclarecer, finalmente, que a matéria foi analisada tanto pela Consultoria Jurídica desta Pasta (Parecer COJUR nº 176/2007), quanto pela Procuradoria Geral do Estado (Parecer nº 453/07), tendo havido a concordância de ambos no que tange à juridicidade da medida.

5. Diante do exposto e, considerando que a medida é conveniente em face do interesse público tutelado e representa uma oportunidade financeira vantajosa para os órgãos e entidades que compõem a Administração Pública Estadual venho manifestar-me pelo envio de Mensagem à Augusta Casa Legislativa, submetendo à apreciação o anexo anteprojeto de lei.

Atenciosamente,

SÉRGIO RODRIGUES ALVES
Secretário de Estado da Fazenda

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
CONSULTORIA JURÍDICA
COMUNICAÇÃO INTERNA
Nº 108/2007

PARA: Sr. Consultor Jurídico.

ASSUNTO: Processo PSEF 80025/072. Anteprojeto de Lei que autoriza a alienação de ações de empresas de telecomunicações das quais o Estado, suas autarquias, fundações e empresas públicas, ativas ou extintas, sejam acionistas minoritários.

Trata-se de anteprojeto de Lei que "*autoriza a alienação de ações de empresas de telecomunicações das quais o Estado, suas autarquias, fundações e empresas públicas, ativas ou extintas, sejam acionistas minoritários*" e cujo Processo foi encaminhado à Procuradoria Geral do Estado em função de dúvida quanto à constitucionalidade da previsão, em decreto do Poder Executivo, da mesma autorização solicitada a ALESC, aos Poderes Legislativo e Judiciário e, ainda, ao Ministério Público e ao TCE.

O Órgão Central do Sistema de Serviços Jurídicos, por intermédio do Parecer nº 453/07 (fls. 447) manifestou-se pela constitucionalidade da medida, tendo apenas sugerido uma inversão na posição dos artigos 2º e 3º.

Assim, entendemos possa o presente Processo, acompanhado do anteprojeto de lei, em anexo, e respectiva Exposição de Motivos, serem encaminhados ao Gabinete do Sr. Secretário de Estado da Fazenda, para as providências subseqüentes, junto à Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação.

Florianópolis, 17 de dezembro de 2007.

LEILA REGINA BISSOLI NICOLAU
OAB/SC 3442
Analista da Receita Estadual

PARECER COJUR nº 176/2007

ASSUNTO: PSEF 80025/072 oriundo da Gerência de Auditoria de Contas Públicas desta Pasta, referente à proposta de Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a alienar ações que o Estado, suas autarquias e fundações possuem na qualidade de acionistas minoritários.

1 . Trata-se de proposta oriunda da Gerência de Auditoria de Contas Públicas, desta Pasta, no sentido do encaminhamento de projeto de lei, à Assembléia Legislativa Estadual, solicitando autorização para que o Poder Executivo possa efetuar a alienação das ações de empresas de telecomunicações de que o Estado, suas autarquias, fundações e empresas públicas, ativas ou extintas, sejam acionistas minoritários.

2. A proposta decorreu de estudo efetuado por aquela unidade organizacional, consubstanciado na Informação DIAL nº 238/2007, de fls. 417/426, na qual ficou evidenciado que os órgãos e entidades estaduais são titulares de aproximadamente R$ 6.700.587,21 em ações de empresas oriundas da cisão do antigo "Sistema Telebrás", sendo possível a sua alienação, nos termos do art. 17, inciso II, alínea "c" da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, desde que, entre outros requisitos, haja autorização legislativa específica para tal. A proposta pretende, ainda, estender a mesma autorização ao Ministério Público e Tribunal de Contas, bem como aos Poderes Legislativo e Judiciário (desde que acionistas minoritários).

3. Análise do anteprojeto apresentado enseja, ao nosso ver, algumas alterações, para adequação à legislação vigente, conforme segue:

a) no art. 1º, como a proposta não abrange apenas a administração direta, autárquica e fundacional, mas também as empresas públicas do Estado, entendemos deva ser feita referência expressa à necessidade de observância da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, com as alterações posteriores, que dispõe sobre as Sociedade por Ações, uma vez que no âmbito dessas entidades, todo um procedimento especial se impõe, incluindo a aprovação pelos respectivos Conselhos de Administração, quando se trata de alienação de bens ou ações;

b) também se faz necessária, ao nosso ver, a menção à Lei Federal nº nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamentou o art. 37, inciso XXI, da Constituição, instituindo normas sobre licitações e contratos na Administração Pública das três esferas de Governo, para deixar claro ao Parlamento e mesmo à Sociedade Catarinense, que a Administração Pública não agirá "ao seu alvedrio" após a autorização pretendida, mas procederá em estrita observãncia àquela normativa quando da implementação dos procedimentos subseqüentes;

c) consta no parágrafo único, do art. 1º do anteprojeto, que para atendimento do disposto naquele dispositivo, as entidades ali mencionadas deverão transferir suas ações à Secretaria de Estado de Fazenda, para oferta em Bolsa de Valores. Entendemos que se deva acrescentar à essa redação a expressão "na *forma do que díspuser Decreto do Chefe do Poder Executívo",* para dar legitimidade ao regulamento que se pretende expedir, após a edição da Lei autorizativa. Como se sabe, o Poder Regulamentar, expresso em sua grande maioria em atos administrativos normativos de efeitos externos, como os Decretos, é limitado' como fonte secundária de Direito, não lhe cabendo, senão, dar operacionalização à Lei.

4. Isto posto, cabe considerar que é no art. 2º do anteprojeto que reside a nossa dúvida. A proposta da DIAG nele consubstancia extensão da mesma autorização legislativa ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas, bem como aos Poderes Legislativo e Judiciário, desde que acionistas minoritários.

5. Em que pese o fato de se deixar claro, por intermédio do art. 3, que constituirão recursos do Tesouro do Estado apenas os oriundos da alienação a que se refere o art. 1º da Lei (e não os pertencentes ao MP, ao TCE e aos Poderes do Estado), preservando, assim, a sua independência e autonomia constitucionais; ou, ainda, que se acrescente, como propomos, a expressão *"cabendo a cada qual decidir sobre a conveniência e oportunidade da operacionalização da medida",* resta-nos incerteza quanto à constitucionalidade de tal previsão, uma vez que se trata de o projeto de iniciativa do Poder Executivo.

6. Por esta razão, solicitamos seja o presente processo encaminhado à Procuradoria Geral do Estado, para análise da minuta substitutiva, em anexo, e orientação quanto à ocorrência de eventual vício de iniciativa no que tange à proposta de redação constante do art. 2º, em face da autonomia e independência constitucionais de que gozam os órgãos e Poderes ali mencionados.

É o parecer.

Florianópolis, 21 de setembro de 2007.,

LEILA REGINA BISSOLI NICOLAU
Analista da Receita Estadual / COJUR
OAB/SC 3442

Aprovo o presente Parecer. Encaminhe-se o processo à Procuradoria Geral do Estado, para análise da minuta substitutiva, em anexo.

Florianópolis, 21 de setembro de 2007.

OCTÁVIO ACÁCIO ROSA
Consultor Jurídico

ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PAR 453/07
Processo nº PPGE 6742/072
Origem: Secretaria de Estado da Fazenda

Ementa: Exame de anteprojeto de Lei. Autorização de venda de ações. Atendimento aos pressupostos da Lei nº 8.666/93.

Senhor Procurador-Geral,

Os presentes autos foram remetidos esta Procuradoria para exame do anteprojeto de lei, que autoriza Poder Executivo a alienar ações de empresas de telecomunicações.

A matéria foi analisada adequadamente pela Consultoria Jurídica, da Secretaria de Estado da Fazenda, por meio do Parecer COJUR nº 176/2007 (fls. 443/445), razão pela qual, a princípio, não há qualquer reparo a fazer.

A indagação que deu ensejo a remessa dos autos a esta Procuradoria diz respeito as disposições do art. 2º, que estende ao Poderes Judiciário e Legislativo, bem como ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público, a autorização de vendas de ações.

Nesse ponto, entendo que não há qualquer afronta a independência e a autonomia constitucional dos demais órgãos e Poderes do Estado, porquanto a medida inserida no anteprojeto de lei não é impositiva, mas visa tão somente oferecer uma oportunidade de participação de processo de venda de ações.

À vista disso, não constatamos a existência de qualquer dispositivo ilegal, inconstitucional, abusivo ou contrário ao interesse público, podendo ser dado prosseguimento a matéria.

A título de colaboração, apresentamos uma proposta de alteração do texto do anteprojeto de lei de fls 446, a fim de melhor explicitar as suas disposições, porém, sem modificar a sua essência.

As modificações propostas são as seguintes:

a) inverter a posição dos artigos 2º e 3º;

b) dar nova redação ao art. 2º (que passará a ser o art. 3º):

"Art. 3º - Os Poderes Legislativo e Judiciario, bem como Ministério Público e o Tribunal de contas poderão, a seu critério, adotar a medida prevista na presente Lei, revertendo para o respectivo órgão o produto da venda de ações".

Este é o parecer que submetemos a elevada consideração de Vossa Excelência.

PGE, em 4 de novembro de 2007.

Sílvio Varela Junior
Procurador Administrativo

Processo PPGE nº 6742/076
Origem: Gerência de Auditoria de Contas Públicas
Sr. Procurador-Geral do Estado
De acordo com a manifestação retro. Vossa consideração.
Florianópolis, 19 de novembro de 2007
Leandro Zanini
Procurador-Chefe da Consultoria Juridica
Visto,
Florianópo is 19 de novembro de 007
Sérgio Liz Mar Pinto
Subprocurador-Geral do Contencioso
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO

PPGE nº 6472/072

Assunto: Exame de anteprojeto de lei. Autorização de venda de ações. Atendimento aos pressupostos da Lei nº 8.666/93.
Interessado: Secretaria de Estado da Fazenda.

DESPACHO

Acolho o **Parecer nº 453/07** de fls. 447/448 da lavra do Procurador Administrativo, Sílvio Varela Júnior, referendado pelo Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica, Leandro Zanini.
Encaminhe-se à origem.

Florianópolis, 21 de Novembro de 2007.

ADRIANO ZANOTTO
Procurador-Geral do Estado

PROJETO DE LEI PL./0092.0/2008

Autoriza a alienação de ações de empresas de telecomunicações das quais o Estado, suas autarquias, fundações e empresas públicas, ativas ou extintas, sejam acionistas minoritários, e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a alienação das ações de empresas de telecomunicações das quais o Estado, suas autarquias, fundações e empresas públicas, ativas ou extintas, sejam acionistas minoritários, respeitadas as normas das Leis federais nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

Parágrafo único. Para atendimento do disposto neste artigo, as entidades mencionadas deverão transferir suas ações à Secretaria de Estado de Fazenda, para oferta em Bolsa de Valores, na forma estabelecida em Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 2º - Os recursos oriundos da alienação a que se refere o art. 1º desta Lei serão destinados a obras de melhoria, à expansão de vagas e à aquisição de mobiliário e equipamentos no sistema prisional.

Art. 3º - Os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e o Tribunal de Contas poderão, a seu critério, adotar a medida prevista na presente Lei, revertendo para o respectivo órgão ou Poder, o produto da venda das ações.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 011/08

Altera dispositivo da Lei Complementar nº 170, de 7 de agosto de 1998, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação.

Art. 1º O art. 25 da Lei Complementar nº 170, de 7 de agosto de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.25 O calendário escolar terá início no primeiro dia útil do mês de março e deve adequar-se às peculiaridades da comunidade a ser atendida, considerados os fatores climáticos e econômicos que envolvam seu modo de vida, sem reduzir o número mínimo de horas de efetivo trabalho escolar dos educandos, previsto nesta Lei Complementar."

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jorginho Mello

Lido no Expediente
Sessão de 08/04/08

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei complementar tem por escopo alterar o calendário escolar, que terá início no primeiro dia útil do mês de março, devendo adequar-se às peculiaridades da comunidade a ser atendida, considerados os fatores climáticos e econômicos que envolvam seu modo de vida, sem reduzir o número mínimo de horas de efetivo trabalho escolar dos educandos, previsto na Lei Complementar nº 170, de 1998.

Isto se faz necessário para respeitar as particularidades inerentes às diversas regiões de nosso Estado, minimizando prejuízos advindos do atual calendário praticado.

Ao exposto, acrescento que toda a forma de contribuição ao ensino é de suma importância, eficiente e eficaz e de interesse público, e para progredir, esta proposição necessita do apoio dos nobres Pares.

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 330, de 08/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **LUIZ HENRIQUE HESSMANN**, matrícula nº 5544, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-12, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 31 de março de 2008 (Deputado Sgto. Amauri Soares).

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 331, de 08/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **HILÁRIO CARLOS SCHERNER**, matrícula nº 4010, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-45, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Liderança do PDT).

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 332, de 08/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR HILÁRIO CARLOS SCHERNER, matrícula nº 4010, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-60, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Deputado Sgto. Amauri Soares).

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 333, de 08/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **SILVIO PELEGRINI JÚNIOR**, matrícula nº 5257, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-54, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Deputado Sgto. Amauri Soares).

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 334, de 08/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR SILVIO PELEGRINI JÚNIOR, matrícula nº 5257, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Deputado Sgto. Amauri Soares).

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 335, de 08/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **ADRIANA CARVALHO**, matrícula nº 5381, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Deputado Sgto. Amauri Soares).

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 336, de 08/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR ADRIANA CARVALHO, matrícula nº 5381, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-39, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Deputado Sgto. Amauri Soares).

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 337, de 08/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **RENATA FERRACINI RODRIGUES**, matrícula nº 5466, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-4, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Liderança do PDT).

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 338, de 08/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e suas alterações,*

NOMEAR RENATA FERRACINI RODRIGUES, matrícula nº 5466, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Liderança, código PL/GAL-37, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Liderança do PDT).

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 339, de 08/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR IDEMAR EUGÊNIO TIEPO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-23, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Deputado Sgto. Amauri Soares).

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 340, de 08/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e suas alterações,*

NOMEAR LUIZ MARCELO CAMARGO, matrícula nº 3891, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Liderança, código PL/GAL-23, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Liderança do PDT).

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 341, de 08/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **DEJAIR DO NASCIMENTO JERÔNIMO**, matrícula nº 5379, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-23, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 31 de março de 2008 (Deputado Sgto. Amauri Soares).

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 342, de 08/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR FRANCISCO DA SILVA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-23, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Deputado Sgto. Amauri Soares).

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 343, de 08/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **BRUNO BOTELHO COSTA**, matrícula nº 5375, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-46, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 31 de março de 2008 (Deputado Sgto. Amauri Soares).

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 344, de 08/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR MAURO DE SOUZA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-23, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Deputado Sgto. Amauri Soares).

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 345, de 08/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **CARLOS AUGUSTO DA ROSA**, matrícula nº 5541, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-19, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Deputado Flávio Ragagnin).

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 346, de 08/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **NILSON GERMANO VIEIRA**, matrícula nº 1881, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-46, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Deputado Flávio Ragagnin).

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 347, de 08/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **OSVALDO GERN**, matrícula nº 5339, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Deputado Flávio Ragagnin).

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 348, de 08/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **ROMINTON BERTOLLO**, matrícula nº 5369, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-25, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Deputado Pedro Uczai).

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 349, de 08/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR ROMINTON BERTOLLO, matrícula nº 5369, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-45, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Deputado Pedro Uczai).

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 350, de 08/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **CARLOS EDUARDO DE SOUZA**, matrícula nº 3809, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-44, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Deputado Pedro Uczai).

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 351, de 08/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **VERA LÚCIA CASTELLAIN**, matrícula nº 4179, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-57, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Deputado Pedro Uczai).

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 352, de 08/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR CARLOS EDUARDO DE SOUZA, matrícula nº 3809, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-57, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Deputado Pedro Uczai).

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 353, de 08/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **MAURO JOÃO POSTAL**, matrícula nº 3104, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-32, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Deputado Pedro Uczai).

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 354, de 08/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR A PEDIDO o servidor **ARNALDO SCHMITT NETO**, matrícula nº 4532, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-44, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Deputado Serafim Venzon).

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 355, de 08/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **MOISES SOUZA MADEIRA**, matrícula nº 4269, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-1, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Deputado Dagomar Carneiro).

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 356, de 08/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **JOELCI TISCOSKI**, matrícula nº 4666, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-48, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Deputado Julio Garcia).

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 357, de 08/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR JOELCI TISCOSKI, matrícula nº 4666, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-39, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Deputado Julio Garcia).

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 358, de 08/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR RODRIGO GRACIANO REUS, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-8, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Deputado Julio Garcia).

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 359, de 08/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR nos assentamentos funcionais, o nome da servidora LIANE BOTH AZEVEDO**,** matrícula nº 5213, nomeado pela Portaria nº 444, de 01/02/07, fazendo constar como sendo **LIANE BOTH DE AZEVEDO**.

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 360, de 08/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR nos assentamentos funcionais, o nome da servidora SEVERINE DE MACEDO**,** matrícula nº 5678, nomeado pela Portaria nº 209, de 14/03/08, fazendo constar como sendo **SEVERINE CARMEM MACEDO**.

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 361, de 08/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **ANTONIO JOSE ORSO**, matrícula nº 5564, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-21, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Deputado Dirceu Dresch).

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 362, de 08/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **JUVINO DA SILVA CAMARGO**, matrícula nº 5575, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-21, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Deputado Dirceu Dresch).

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 363, de 08/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **LUIZ CARLOS BACKES**, matrícula nº 5497, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-21, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Deputado Dirceu Dresch).

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 364, de 08/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **RICARDO PELEGRINELLO**, matrícula nº 5317, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-31, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Deputado Dirceu Dresch).

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 365, de 08/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **MILTON LUIS WOLF**, matrícula nº 5472, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-2, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Deputado Pedro Uczai).

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 366, de 08/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **GILMAR LUIZ MAGNANTTI**, matrícula nº 3578, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-12, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Deputado Pedro Uczai).

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 367, de 08/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR VALDECIR VARGAS, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-23, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Deputado Narcizo Parisotto).

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 368, de 08/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **LEANDRO LORENZETTI**, matrícula nº 5498, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-26, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Deputado Narcizo Parisotto).

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 369, de 08/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR A PEDIDO o servidor **JOÃO CARLOS DOS SANTOS**, matrícula nº 5406, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-11, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Deputado Serafim Venzon).

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 370, de 08/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63,* caput*, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1872	ROSANA PIO SILVEIRA	30	13/03/08	515/08
1969	MARISTELA DARONCO DA SILVEIRA LIMA	30	17/03/08	514/08
1917	LICIAMARA FARIA LAUS CAMPOS	20	18/03/08	419/08
1686	EDISON KNAPP	30	24/03/08	523/08
1889	ANITA MARIA CARDOSO VIEIRA	20	26/03/08	522/08
0451	MARILIA MACHADO	30	31/03/08	521/08

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 371, de 08/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
0599	MARIA SALETE DE BEM URBAN	30	16/03/08	517/08
1521	JONAS LEMOS CAMPOS	30	16/03/08	516/08
1134	MARIA LUIZA BRASIL	45	21/03/08	520/08
2188	LUIZ HENRIQUE B. DE MELO	30	04/04/08	518/08
1888	MARIA DO CARMO LOPES DOS REIS	30	05/04/08	524/08

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 372, de 08/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 513/08,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA para repouso à gestante à servidora **DANIELA OTTILIA HASSE ZEREDE**, matrícula nº 5478, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 18/02/08.

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 055/08

Dá nova redação ao art. 3º, da Lei nº 11.514, de 2000, que inclui no calendário oficial a Semana de Prevenção ao Câncer de Mama.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O art. 3º, da Lei nº 11.514, de 28 de agosto de 2000, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 3º O Poder Executivo promoverá, na Semana de Prevenção, campanha de esclarecimento sobre a importância da realização de exames periódicos de prevenção ao câncer de mama e sobre os direitos das mulheres acometidas, quais sejam:

I - tratamento custeado pelo Sistema Único de Saúde, inclusive com medicamentos;

II - auxilio doença quando segurada do INSS;

III - saque do FGTS;

IV - saque do PIS; e

V - cirurgia plástica reconstrutiva de mama no caso de mutilação total ou parcial, custeada pelo Sistema Único de Saúde ou por plano de saúde, quando segurada." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 08 de abril de 2008

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 085/08

Declara de utilidade pública a Sociedade Hospitalar São Francisco de Assis, com sede no município de Santo Amaro da Imperatriz.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Hospitalar São Francisco de Assis, com sede no município de Santo Amaro da Imperatriz.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até trinta de junho do exercício subseqüente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 08 de abril de 2008

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE CONVERSÃO EM LEI DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 145/2008

Concede Prêmio Educar aos servidores ativos ocupantes dos cargos de Professor, Especialista em Assuntos Educacionais, Assistente Técnico-Pedagógico e Assistente de Educação do Quadro do Magistério Público Estadual e aos Professores Admitidos em Caráter Temporário da Secretaria de Estado da Educação e da Fundação Catarinense de Educação Especial e estabelece outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído, a partir de 1º de março de 2008, o Prêmio Educar aos servidores ativos ocupantes dos cargos de Professor, Especialista em Assuntos Educacionais, Assistente Técnico-Pedagógico e Assistente de Educação, do Quadro do Magistério Público Estadual e aos Professores Admitidos em Caráter Temporário da Secretaria de Estado da Educação, lotados e em exercício nas unidades escolares, e da Fundação Catarinense de Educação Especial.

Art. 2º O valor do Prêmio Educar será pago mensalmente com base nos seguintes critérios:

I - R$ 100,00 (cem reais), de março a julho, para os ocupantes do cargo de Professor, com carga horária de 40 horas semanais, que estejam efetivamente ministrando aulas, que passarão a perceber R$ 200,00 (duzentos reais) a partir de agosto de 2008;

II - R$ 100,00 (cem reais), de março a julho, para os ocupantes do cargo de Professor do Quadro do Magistério da Fundação Catarinense de Educação Especial, que atuam nas APAEs e campus da Fundação, efetivamente ministrando aulas, com carga horária de 40 horas semanais, que passarão a perceber R$ 200,00 (duzentos reais) a partir de agosto de 2008; e

III - R$ 75,00 (setenta e cinco reais), de março a julho, para os ocupantes dos cargos de Especialista em Assuntos Educacionais, Assistente Técnico-Pedagógico e Assistente de Educação, com carga horária de 40 horas semanais, atuando na unidade escolar, que passarão a perceber R$ 150,00 (cento e cinqüenta reais) a partir de agosto de 2008.

§ 1º O Prêmio Educar de que trata este artigo somente será concedido aos ocupantes do cargo de Professor que estiverem ministrando aulas dentro do estabelecido nos arts. 4º e 11 da Lei Complementar nº 1.139, de 28 de outubro de 1992.

§ 2º Aos professores do Quadro do Magistério que atuam na Área 7, com carga horária de 40 horas semanais, será concedido o Prêmio Educar no valor de R$ 75,00 (setenta e cinco reais), de março a julho, e a partir de agosto de 2008 passarão a perceber R$ 150,00 (cento e cinqüenta reais).

Art. 3º O valor do Prêmio Educar de que trata o art. 2º desta Lei será concedido proporcionalmente ao regime de trabalho.

Art. 4º Sobre o valor do Prêmio Educar de que trata o art. 2º desta Lei não incidirá nenhum adicional, gratificação ou vantagem, exceto a gratificação natalina, bem como não servirá de base de cálculo para as consignações a que estiver sujeito o servidor, exceto a tributação de outra esfera de governo.

Art. 5º O Prêmio Educar não será concedido aos servidores em afastamento por motivo de saúde própria, de saúde do cônjuge ou de pessoa da família, readaptação, licença especial prevista na Lei Complementar nº 58, de 30 de julho de 1992, licença para freqüentar curso de pós-graduação, licença para concorrer ou exercer mandato eletivo, permuta entre estados, usufruto de licença-prêmio, férias, em convocação ou à disposição de outro órgão e outros afastamentos legais.

Art. 6º O servidor que estiver em licença para trato de assuntos particulares, licença para freqüentar curso de pós-graduação, licença especial prevista na Lei Complementar nº 58, de 1992, licença para concorrer ou exercer mandato eletivo, à disposição para outro órgão, com ou sem ônus, em permuta entre estados, quando do seu retorno, deverá exercer suas atividades, de acordo com os critérios previstos no art. 2º desta Lei, por período de noventa dias para início do recebimento do Prêmio Educar.

Art. 7º O art. 2º da Lei Complementar nº 289, de 10 de março de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O percentual fixado no Anexo Único desta Lei Complementar incidirá sobre o valor do vencimento do nível MAG-12-A da carreira do Magistério Público Estadual, observada a proporcionalidade da carga horária exigida para o exercício das funções de que trata esta Lei Complementar." (NR)

Art. 8º O Anexo XIII da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007, passa a vigorar em conformidade com o disposto no Anexo Único desta Lei.

Art. 9º O art. 2º da Lei Complementar nº 305, de 17 de novembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Os servidores designados para o exercício da função de Diretor e Assessor de Direção dos Centros de Educação Profissional - CEDUP da rede pública estadual perceberão o percentual da função de acordo com o disposto no Anexo Único desta Lei Complementar.

Parágrafo único. Nos Centros de Educação Profissional Agrotécnico, os servidores designados para a função de Diretor, perceberão o percentual pela Dedicação Exclusiva - DE, considerando somente o número de alunos, independente do número de turnos." (NR)

Art. 10. Fica acrescido o inciso VII ao art. 59, da Lei nº 6.844, de 29 de julho de 1986, com a seguinte redação:

"Art. 59. .....

VII - Qualificação Profissional."

Art. 11. Fica acrescido o inciso VII ao art. 9º, da Lei nº 8.391, de 13 de novembro de 1991, com a seguinte redação:

"Art. 9º .....

VII - Professor - Área 7

Habilitação - código 100 - 90% de PE MAG-4-A"

Art. 12. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Estado.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 08 de abril de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

ANEXO ÚNICO

"ANEXO XIII

FUNÇÕES GRATIFICADAS DA ESTRUTURA DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

(Lei Complementar nº 381, de 2007)

Denominação da Função	Quantidade	Percentual (*)
Coordenador de Grupo de Trabalho	14	100%
Articulador de Serviços de Gabinete e de Coordenação	09	90%
Assistente de Serviços de Gabinete e de Coordenação	06	70%
Articulador de Serviços Jurídicos	06	90%
Assistente de Serviços Jurídicos	02	70%
Articulador de Desenvolvimento Humano	25	90%
Articulador de Gestão de Pessoal	15	90%
Assistente de Gestão de Pessoal	20	70%
Articulador de Serviços Técnico Pedagógicos	25	90%
Assistente de Serviços Técnico Pedagógicos	10	70%
Assistente de Educação e Projetos	08	70%
Articulador de Serviços Técnico Administrativos	15	90%
Assistente de Serviços Técnico Administrativos	18	70%
Assessor de Grupo de Trabalho	25	50%
Articulador de Serviços de Gabinete - CEE	06	90%
Assistente do Conselho Estadual de Educação	04	70%
Supervisor de Atividades Administrativas	01	90%
Supervisor de Atividades Educacionais	02	90%
Integrador de Atividades Técnico Administrativas	17	70%
Integrador de Atividades Técnico Pedagógicas	04	70%
Integrador de Atividades Educacionais	04	70%
Responsável pela Escola de Aplicação do IEE	01	90%
Integrador de Serviços Educacionais do IEE	05	70%
Supervisor de Recursos Humanos do IEE	01	90%
Articulador de Grupo de Trabalho/IEE	25	30%
Supervisor Geral	17	100%
Supervisor de Educação	17	90%
Supervisor de Gestão de Pessoal	17	90%
Articulador de Tecnologia de Informação e Sistema de Registro Escolar	17	30%
Supervisor de Educação Especial/FCEE	01	90%
Integrador de Educação Especial/FCEE	02	70%
Articulador de Grupo de Trabalho/FCEE	20	30%
Supervisor de Atividades Educacionais Nucleares/FCEE	01	90%
Supervisor de Atividades Educacionais Extensivas/FCEE	01	90%
Coordenador do Centro de Atendimento Especializado/FCEE	11	70%

(*) Percentual incidente sobre o Nível MAG-10-A, 40 horas, do Grupo Magistério."

*** X X X ***